

## Relatório Final

### XLIII REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

15 e 16 de março de 2022

*Sede da CPLP*  
*- com participação por videoconferência -*

#### 1. Sessão de Abertura

O Ponto Focal de Angola (PFC ANG), Carlos Sardinha, deu as boas-vindas aos presentes e aos que acompanhavam os trabalhos em formato virtual e agradeceu ao SECPLP pela organização da RPFC. Destacou a relevância da partilha de informações entre os Estados-Membros da CPLP quanto à implementação dos ODS. Acrescentou, também, que seria apresentado o calendário das Reuniões Ministeriais Setoriais.

O Diretor Geral da CPLP (DG), Armindo Brito Fernandes, em nome do SECPLP, saudou todos os Pontos Focais de Cooperação (PFC), incluindo aqueles que estavam a seguir a reunião em formato virtual. Recordou a importância da RPFC enquanto reunião estatutária responsável por toda a atividade de cooperação e renovou os votos de que a Reunião pudesse conduzir a deliberações com impactos cada vez mais positivos nos trabalhos da nossa Comunidade.

Sublinhou a mais-valia resultante da implementação dos instrumentos aprovados no quadro do novo e melhorado enquadramento estratégico da cooperação da CPLP, notando o seu potencial para reforçar o diálogo com diferentes parceiros de desenvolvimento e abrir portas para novas parcerias, por via dos Observadores Associados e Observadores Consultivos, mas igualmente com outros atores interessados em reforçar a sua aproximação à CPLP.

Explicou, porém, que subsiste o desafio de encontrar uma maior sustentabilidade de recursos para o pilar de cooperação da CPLP, que permita incrementar a sua previsibilidade e sustentabilidade.

O Embaixador Oliveira Encoge, Coordenador do Comité de Concertação Permanente (CCP), usou da palavra para cumprimentar os PFC, recordando a ausência prolongada das reuniões presenciais por conta da pandemia. Aproveitou para desejar muitos êxitos na materialização da cooperação na Comunidade, desejando êxitos à condução dos trabalhos pelo Embaixador Carlos Sardinha.

A lista de presenças da reunião encontra-se no **Anexo 1**.

## **2. Aprovação da Agenda de Trabalho e do Programa**

A agenda e o programa da RPFC foram colocados à apreciação, tendo os PFC de Portugal, Cabo Verde, Brasil e Angola solicitado a inserção de pontos na agenda.

A Ponto Focal de Cooperação do Brasil (PFC BR) solicitou a inclusão de dois temas no ponto 7. Informações e Outros Assuntos:

- Ferramenta virtual de partilha de experiências na área de alimentação escolar, “Visita de Estudos Virtual: Brasil”
- Aprimoramento das metodologias para levantamento de estatísticas referentes à cooperação jurídica internacional

A Ponto Focal de Cooperação de Portugal (PFC PT) solicitou a introdução de um ponto de informação, também no item 7, sobre os resultados do Exame do CAD (Comité de Ajuda ao Desenvolvimento) à cooperação portuguesa. Solicitou, ainda, que a Presidência pudesse fazer um ponto de situação sobre a preparação da “Capital da cultura da CPLP”.

Com a introdução destes 4 pontos no item 7, a agenda foi aprovada por unanimidade (**Anexo 2**).

## **3. Partilha de informações pelos Estados-Membros sobre as Atividades em execução nos respetivos contextos**

3.1 Atividades em contexto de Pandemia

3.2 Progressos na implementação dos ODS nos Estados-Membros

O PFC ANG informou que a Pandemia da COVID-19 afetara a todos os sectores e forças vivas dos Estados-Membros, tendo, inclusive, assolado a arena internacional. Face à situação, os Estados reforçaram as medidas de prevenção e controlo sanitário e, em muitos casos, viram-se obrigados a cancelar muitas agendas internacionais, como foi o caso de Angola. Aditou que os Estados-Membros da CPLP não haviam ficado à margem dos efeitos da COVID-19, o que provocara o cancelamento e adiamento de várias iniciativas da agenda multilateral. Contudo, destacou a resiliência que caracterizara as ações dos Estados-Membros e da Sociedade Civil. No que concerne a Angola, explicou que buscou estratégias que conduziram, apesar das limitações, à identificação de soluções de acordo com a natureza dos Sectores. A título de exemplo registou-se:

- Revolução na Saúde: através de novos protocolos e da abertura de novas unidades sanitárias. No que concerne à vacinação, esta teve início com as faixas etárias mais vulneráveis, sendo hoje promovida a vacinação para crianças até aos 12 anos. De uma população elegível para a vacinação de 20.754 946 de habitantes foram vacinados, até ao momento, com a 1ª dose, 11.401,192 (54,93%) e a cobertura com a 2ª dose é de 5.818,818 (28,04%).
- Na Educação: Substituição das aulas presenciais por tele-aulas ao nível da Educação e do Ensino Superior;
- Nos sectores produtivos: incremento de horas de tele-trabalho e generalização desta prática;

- Na Economia e nas Finanças: registou-se, inicialmente, a retração, tendo, em fase posterior, aumentado a diversificação da economia com a abertura interna de fábricas de transformação e de médias empresas. Constata-se também o incremento da produção e a diversificação do cultivo de produtos agrícolas;
- Nas áreas do Comércio, Hotelaria e Cultura: foram as mais afetadas e encontram-se, de momento, em fase de ressurgimento;
- No que concerne à circulação documental, regista-se a desmaterialização paulatina de documentos.

A PFC BR indicou que o governo brasileiro garante o acesso gratuito, universal e igualitário à vacinação, priorizando os grupos mais vulneráveis e os de maior risco de contaminação pelo vírus. Em setembro último, concluiu-se a distribuição de imunizantes suficientes para vacinar toda a população adulta com ao menos uma dose. Forneceu ainda as seguintes informações:

- Fora iniciada a vacinação de adolescentes de 12 aos 18 anos, e a aplicação de doses de reforço a adultos que tomaram a segunda dose. Além disso, iniciamos a vacinação contra a COVID-19 de crianças de 5 a 11 anos em janeiro.
- Até 13/3, já haviam sido aplicadas 402 milhões de doses de vacinas contra a COVID-19 no Brasil. Desse montante, 175 milhões foram aplicadas como 1ª dose (82% da população brasileira); 158 milhões (73%) como 2ª dose ou do regime de dose única; e 69 milhões como dose de reforço (32%). O Ministério da Saúde (MS) já distribuiu 465 milhões de doses – de um total de 585 milhões de doses contratadas. Além dos acordos da Fiocruz com a AstraZeneca e do Instituto Butantan com a Sinovac, o governo assegurou o fornecimento de doses de vacinas da Pfizer e da Janssen, assim como conta com parte no portfólio da COVAX Facility.
- No âmbito multilateral, o Brasil tem participado de iniciativas que promovem a solidariedade internacional na busca de soluções universais para a crise sanitária que assola todos os países.
- O Brasil defende o acesso equitativo e a preços acessíveis a vacinas, testes diagnósticos e tratamentos seguros, eficazes e de qualidade, e acredita que a promoção de mecanismos e ferramentas de transferência de tecnologia para fortalecer os sistemas nacionais de saúde é essencial.
- O Brasil está engajado no ACT Accelerator e na COVAX Facility, além de apoiar o Solidarity Call to Action e o COVID-19 Technology Access Pool.
- O Brasil tem trabalhado em estreita colaboração com a OPAS, países vizinhos e de diferentes regiões no fortalecimento dos sistemas de saúde e no compartilhamento de melhores práticas.
- No tocante a doação de vacinas, levando-se em conta a iniquidade no acesso global a vacinas, o governo brasileiro considerou importante iniciar um processo de doação a outros países.
- O governo brasileiro está empenhado em facilitar processos que favoreçam a transferência de tecnologia para o Brasil e outros países em desenvolvimento, que acreditam ser de interesse estratégico para promover a saúde global e superar emergências sanitárias. Há um

interesse especial do Governo brasileiro em incorporar a tecnologia de vacinas de RNA mensageiro (mRNA).

- Receberam a decisão da OMS e da OPAS de apoiar o Brasil, juntamente com a Argentina, nos esforços para sediar centros regionais de produção de vacinas com tecnologia de mRNA.
- O Brasil respondeu ao apelo por assistência humanitária para atender às necessidades mais prementes do povo ucraniano, por meio do envio de doação àquele país, em caráter de cooperação humanitária e emergencial, sem comprometer estoques nacionais. A operação conta com a participação dos Ministérios das Relações Exteriores, da Justiça e Segurança Pública, da Defesa e da Saúde. A doação incluiu: 50 purificadores de água, de tecnologia e fabricação nacionais, com capacidade combinada para purificar por volta de 300 mil litros de água por dia; em torno de 9 toneladas de alimentos desidratados de alto teor nutritivo, equivalentes a cerca de 360 mil refeições; e meia tonelada de insumos essenciais e itens médicos, que totalizam aproximadamente 20 mil itens doados pelo MS, sem comprometimento do abastecimento nacional. A carga foi transportada em aeronave KC-390 Millennium, da Força Aérea Brasileira, que partiu no dia 07 de março de Brasília para Varsóvia em missão de repatriação de nacionais.

O Ponto Focal de Cabo Verde (PFC CV) referiu que o turismo é um sector principal da economia em Cabo Verde e que foi muito afetado pela pandemia. Destacou, ainda, a realização de duas reuniões importantes em Cabo Verde, designadamente a Cimeira Portugal-Cabo Verde, entre os Primeiros-Ministros de cada país e a realização de uma comissão mista entre Cabo Verde e Angola.

O Representante da Guiné-Bissau partilhou que seriam remetidas ao SECPLP informações sobre as atividades desenvolvidas em contexto de Pandemia e sobre os progressos alcançados, para circulação aos demais Estados-Membros.

A Ponto Focal de Cooperação da Guiné-Equatorial (PFC GE), observou o impacto da pandemia na implementação dos ODS no seu país e informou sobre a realização de uma Conferência Nacional sobre o tema, tendo em vista a necessidade de alinhamento da estratégia nacional de desenvolvimento com os ODS. Destacou também a relevância de se efetuar uma adequada monitorização da implementação de atividades relacionadas com os ODS, acrescentando que, até aquela data, tinham atividades relacionadas com 158 metas ODS.

No que respeita ao combate à COVID-19, afirmou que a Guiné-Equatorial tinha naquele momento 15.894 pessoas confirmadas com coronavírus, com 10 casos confirmados desde o início deste mês de março, com uma taxa de positividade de 0,4 do total de casos confirmados (56,7% do sexo masculino e 43,2% do sexo feminino). Naquele momento eram 183 as pessoas falecidas por coronavírus. O número de contatos diretos acumulados era de 26.765, dos quais 346 são contatos ativos. Ao nível da vacinação, havia um total de 259.685 vacinados com a primeira dose, 204.299 com a segunda e 1.760 com a terceira, o que perfaz um total de 467.504 vacinas administradas. A distribuição dos vacinados por grupos profissionais era a seguinte: 91,61% dos vacinados são de diferentes profissões



não relacionadas com saúde ou militares. O grupo militar representava 4,89% do total vacinado e o grupo profissional de saúde representava 3,50%.

A representante de Moçambique destacou os efeitos negativos da pandemia no seu país. Informou que os dados mais recentes indicavam que mais de 14 milhões de pessoas haviam sido vacinados desde o início da pandemia e que mais de 274 mil cidadãos haviam recebido doses de reforço. Considerou também importante preservar as questões da transparência e a solidariedade da comunidade internacional visando a possibilidade da produção autónoma das vacinas. Por fim, abordou os impactos dos ciclones que, nos últimos anos, assolaram o seu país e agradeceu a ajuda humanitária dos Estados-Membros da CPLP.

A PFC PT destacou o sucesso da VI Cimeira Portugal - Cabo Verde, realizada na Praia, a 7 março 2022, na qual se celebrou um Programa Estratégico de Cooperação entre os dois países para os próximos 5 anos. Observou, ainda, que se registava uma cooperação ativa com alguns países há mais de 20 anos, realçando, além de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Moçambique, todos eles com Planos Estratégicos de Cooperação renovados. Em relação às respostas à pandemia, destacou medidas de minimização do impacto socioeconómico nos grupos mais vulneráveis, como o prolongamento de apoios sociais; dispensa de cobrança de taxas moderadoras; e acesso a serviços por parte de migrantes e refugiados, entre outros. Sobre o apoio externo, referiu o plano de ação de resposta à pandemia em PALOP e TL, que incluiu a doação de vacinas e formação específica. Referiu que, no quadro da Presidência Portuguesa da União Europeia (UE), fora promovido um mecanismo de salvaguarda, que previa que 5% do lote adquirido por Portugal pudesse vir a ser disponibilizado aos PALOP+TL, percentagem que conheceu aumentos.

O Ponto Focal de São Tomé e Príncipe (PFC STP) fez referência à implementação de atividades relativas aos ODS no âmbito da execução de um Programa com o PNUD, focado em cinco eixos, para implementar os seguintes ODS: 1, 8, 9, 14 e 16. Acrescentou, ainda, que o seu país acrescentara a esse programa mais dois ODS, para reforçar implementação, os ODS 13 e 15. Forneceu os dados atualizados sobre o impacto da Pandemia em São Tomé e Príncipe e agradeceu aos parceiros de cooperação, designadamente a Portugal, Brasil e Angola, pelo seu apoio. Por fim, destacou o empenho do seu país em desenvolver o turismo e o desporto e sublinhou a realização da Cimeira de Negócios da CPLP, que tivera lugar em São Tomé em março de 2022.

O Ponto Focal de Cooperação de Timor-Leste (PFC TL) apresentou os dados mais recentes sobre a pandemia no seu país. Destacou alguns sectores e atividades que foram realizadas como o apoio ao ensino, cercas sanitárias, confinamento, progresso da vacinação e a celebração do Dia Mundial da Saúde. Destacou, ainda, a vacinação realizada ao abrigo do programa COVAX, que conta com a participação de Portugal, Austrália, China, Estados Unidos da América e Japão. Fez ainda referência ao cancelamento de voos internacionais para o seu país.

### 3.2. Progressos dos ODS nos países

O PFC ANG solicitou que todos os EM enviassem por escrito ao SECPLP, um memorando sobre o tema.

### 3.3 Calendário e modelo das Reuniões Ministeriais Setoriais da CPLP

O PFC ANG informou que, no que concerne às reuniões ministeriais sectoriais, se pretendia ultrapassar as dificuldades impostas pela pandemia, explicando que optaram por três modelos, nomeadamente as reuniões presenciais, as reuniões virtuais e híbridas.

De seguida, apresentou um calendário, que previa a realização das reuniões seguintes:

Nº	Atividade	Data e Local	Formato
1	Reunião do Grupo Técnico da Saúde	24 de março	Híbrido
2	Reunião de Conjunta de Peritos da Economia, Finanças e Comércio	24 de março	Híbrido
3	VI Reunião de Ministros da Saúde	25 de março	Híbrido
4	Reunião de Conjunta de Peritos da Economia, Finanças e Comércio	31 de março	Híbrido
5	Mesa Redonda Ministerial “Os desafios da reorganização curricular com vista à garantia das aprendizagens em tempos de emergência na CPLP”.	31 de março	Virtual
6	II Reunião Extraordinária de Ministros da Educação	31 de março	Virtual
7	Reunião Técnica de Peritos pela Igualdade do Género da CPLP	20 de abril	Híbrido
8	VII Reunião de Ministros Responsáveis pela Igualdade do Género da CPLP	22 de abril	Híbrido
9	I Reunião de Conjunta de Peritos da Economia, Finanças e Comércio	27 de abril	Híbrido
10	I Reunião Ordinária Conjunta de Ministros da Economia, Finanças e Comércio	29 de abril	Híbrido
11	Encontro Informal sobre Educação em Tempo de Emergência	Abril (dia a indicar)	Virtual
12	XXVII Reunião Ordinária de Conselho de Ministros	3 de junho	Presencial
13	I Exercício de Práticas Conjuntas de Inspeção da Educação da CPLP	Segunda semana de junho	Presencial
14	V Reunião Ordinária dos Ministros dos Assuntos do Mar	Mês de junho (a confirmar)	(a definir)

Seguidamente, partilhou informação sobre a realização conjunta da Reunião da Cultura e do Turismo, no âmbito da “Capital da cultura da CPLP” e sobre a próxima Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar, que iria coincidir com Conferência dos Oceanos. Acrescentou que o Conselho de

Ministros da CPLP (CM) se realizaria a 3 junho e que era intenção da Presidência realizar posteriormente a RPFC, em formato híbrido.

O PFC CV discordou da proposta da Presidência, alertando para o desvirtuamento da RPFC, caso esta ocorresse após o CM, explicando que, face à natureza do órgão, esta antecede o CM, constituindo uma das fases de preparação do mesmo. Sugeriu que se ponderasse a realização em formato virtual antes do CM.

PFC ANG indicou que iriam equacionar o melhor calendário e formato para a reunião.

#### 3.4 Constituição do Grupo de Trabalho para elaboração de um documento orientador sobre os mecanismos de cooperação em cenários de emergência – Ponto de situação

O PFC ANG afirmou que os cenários de emergência têm sido registados a nível mundial, sendo cada vez mais frequentes e violentos, tanto ao nível de perdas humanas como materiais. Nesse sentido, avançou que a Comunidade constituíra um Grupo de Trabalho para a elaboração de um documento orientador sobre os mecanismos de cooperação em cenários de emergência nos Estados-Membros da CPLP.

Explicou o enquadramento desta atividade com a “Resolução sobre o Reforço da Cooperação na CPLP em Situações de Emergência”, aprovada na XXV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros (ROCM), e reiterada pela XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Luanda, a 17 de julho de 2021. A título de exemplo referenciou três acontecimentos recentes, nomeadamente o ciclone Gombe, em Moçambique, as cheias no Brasil e a seca em Angola.

Para o efeito, indicou que se consideraram como importantes os sectores da Saúde, Administração Interna, Defesa e Educação para constituírem o grupo de trabalho que deverá apresentar a proposta de mecanismos de cooperação em cenários de emergência. Referiu, ainda, o conteúdo da Nota Informativa de março de 2022 sobre o Reforço da Cooperação da CPLP em Situações de Emergência (**Anexo 3**). Explicou, também, que, reconhecendo a existência de contributos de todos os Sectores responsáveis pela matéria, a Presidência buscará reativar, em breve, os Pontos Focais dos Sectores afins para que possam apresentar propostas suas contribuições para o Documento Orientador sobre os Mecanismos de Cooperação em Cenários de Emergência.

A PFC BR usou da palavra para afirmar que era premente a necessidade de se implementar a “Resolução sobre o Reforço da Cooperação na CPLP em Situações de Emergência”, aprovada na XXV ROCM (09/12/20), por meio da convocação urgente do referido grupo de trabalho. A delegação observou que a resolução do Conselho de Ministros tem dois propósitos. Um deles o de reafirmar o papel dos Chanceleres na estrutura da organização, considerando que o referido Conselho é a 2ª instância, logo abaixo dos Chefes de Estado e, portanto, acima das Reuniões Ministeriais setoriais. O segundo propósito seria o de garantir a devida coordenação e visão de conjunto, o que resultaria em mais racionalidade, mais eficácia, rapidez e economicidade no

atendimento de eventuais demandas em situação de emergência. De acordo com o Brasil, o atendimento às demandas oriundas de situações de emergência é baseado numa decisão política (tomada por vezes no mais alto nível) e não técnica e/ou setorial. A morosidade nessa convocação, enquanto os grupos de trabalho setoriais (Saúde, Defesa e Administração Interna) avançam, faz com que o sentido da Resolução se dilua e o papel do grupo, a quem caberia a elaboração do documento orientador, perca objeto.

A PFC do Brasil identificou assim a necessidade de se proceder à convocação tempestiva do GT para elaborar o documento orientador, porque, entretanto, iriam avançando as Reuniões Ministeriais setoriais. Alertou que deveria ser o GT a anteceder essas Reuniões Ministeriais setoriais. Caso assim não fosse, o papel de coordenação dos PFC, ficaria dificultado. Concluiu, solicitando que a metodologia deste GT previsse a elaboração de um documento mais macro, com um caráter mais orientador para os trabalhos setoriais, cujos resultados deveriam retornar à RPFC para consolidação.

A representante de Moçambique também solicitou convocação do GT, notando a necessidade de elaborar documento orientador

O DC explicou que o SECPLP vinha incentivando os setores mencionados a prosseguirem esforços no sentido de apresentarem as respectivas visões técnicas à RPFC, para que este órgão pudesse ser municiado com informação técnica substantiva que permitisse a elaboração de um documento orientador com caráter mais político. Observou que o mandato era, efetivamente, da RPFC e que seria urgente proceder à convocatória do GT. E acrescentou que caberia à Presidência apresentar o calendário para essa reunião.

O PFC ANG indicou que, até final de mês de março de 2022, a Presidência iria avançar calendário para convocação do Grupo de Trabalho, composto por Angola, Brasil, Cabo Verde e Moçambique. Disse também que, na primeira reunião do GT, seria elaborado um documento mais macro com atendimento mais orientador dos trabalhos setoriais que deveriam prosseguir e que após esse trabalho setorial, o documento retornaria à RPFC para consolidação.

### 3.5 Atualização da lista de contatos dos Pontos Focais Setoriais

O Coordenador solicitou o envio de listas completas até final de mês de março.

## **4. Acompanhamento das Atividades em execução no âmbito do Fundo Especial da CPLP**

### 4.1 Seguimento das deliberações da XLII RPFC

O DC apresentou o quadro de deliberações da RPFC anterior para verificação do ponto de situação das mesmas.

#### 4.2 Execução Financeira do Fundo Especial (dezembro 2021)

O DC informou que a documentação fora disponibilizada na plataforma e permitia assim seguir o grau de execução financeira.

Seguidamente usou da palavra o Diretor de Administração e Finanças da CPLP (DAF), que procedeu à apresentação do quadro de execução financeira de 2021 (**Anexo 4**).

Destacou uma variação positiva na disponibilização dos recursos para o Fundo Especial da CPLP. Refletiu, porém, que se registara um grau de execução muito baixo, na casa dos 17%, sendo que de 46 atividades com recursos disponíveis, apenas 26 tiveram mobilização efetiva. Apresentou ainda o valor total de recursos livres que, nesse momento, totalizavam 216.993,79 Euro.

#### 4.3 Relatório das Atividades do Quadro Bienal de Cooperação 2020-2022

O DC passou em revista as atividades do Quadro Bienal de Cooperação (QBC).

- A PFC BR agradeceu e aproveitou a oportunidade para fornecer elementos adicionais sobre projetos executados por instituições nacionais. Assim: No referente ao projeto de Capoeira, informou que se verificavam conversas avançadas sobre a extensão do projeto à Guiné-Bissau e que, caso fosse possível, seria realizada uma missão de validação em maio de 2022. Recordou que o parceiro identificado a nível nacional era a Faculdade de Motricidade Humana da Guiné-Bissau.
- Relativamente ao projeto RIPES, avançou que o mesmo fora reconhecido como prioritário no Plano Estratégico Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e que seria importante acelerar a sua execução.
- Quanto ao projeto de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência), avançou que para a conclusão do desenho do novo Programa, a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e a ABC optaram por concluir a minuta de projeto de forma virtual, com os pontos focais setoriais indicados pelos Estados-Membros, para validação e identificação dos temas prioritários que deverão ser objeto da nova iniciativa. Ademais, aguarda-se o resultado de consulta em curso junto a IBGE, para indicação de interesse em apoiar atividade relativa ao levantamento de dados censitários da população de pessoas com deficiência. Informou ainda sobre a realização do II Seminário Regional MERCOSUL-CPLP: Políticas Públicas para a Promoção e Proteção das Pessoas com Deficiência - Perspetivas sobre os efeitos da pandemia de Covid-19 na vida das pessoas com deficiência e doenças raras, realizado de 18 a 20 de outubro de 2021. O informe final do evento está sendo finalizado e tão logo concluído, será disponibilizado aos países parceiros e ao SECPLP.

#### 4.4 Apuramento de saldos remanescentes de Atividades do Fundo Especial

O DC procedeu à projeção do quadro de recursos disponíveis no FE.

A PFC PT expressou a sua preocupação pela baixa execução verbas, notando que a pandemia não seria a única causa. Nesse sentido afirmou que seria importante refletir com seriedade para poder contornar a situação.

### **5. Acordos firmados entre a CPLP e Organismos Internacionais – estágio de Implementação**

A PFC BR solicitou a introdução deste ponto na agenda da reunião, tendo observado que, na sua ótica, vários acordos não registavam o desenvolvimento esperado. Questionou o que poderia ser feito para uma maior operacionalização destes Acordos e/ou Memorandos. Sugeriu ações como a identificação de prioridades e a verificação da validade jurídica. Reconheceu que alguns haviam tido desdobramentos reportados nos relatórios da Direção de Cooperação. Salientou o Acordo com a ONU Mulheres e a relevância de se retomar diálogo, no seguimento da RM para a Igualdade de Género de 2018 e também com a UNESCO, no quadro de uma visita feita à sede da CPLP por responsáveis dessa organização em dezembro de 2021.

A PFC PT manifestou a sua concordância com a utilidade do exercício.

O DC concordou com as intervenções. Considerou que a avaliação feita pelo SECPLP sobre este Acordos era mista, pois alguns revelavam utilidade e pertinência, mantendo-se o contacto e colaboração com essas organizações num patamar regular de relacionamento, mas outros nem tanto. Apontou também casos de boa colaboração com organizações com quem não existem acordos ou memorandos.

### **6. Propostas de Atividade para apreciação/deliberação**

O PFC ANG indicou que, como era do conhecimento dos PFC, várias atividades estavam em curso no quadro do Quadro Bial de Cooperação (QBC). Contudo, afirmou que a dinâmica das instituições conduz a novas visões e compromissos. Nessa perspetiva, seria relevante analisar e avaliar as novas propostas de atividade cujo objeto fosse enquadrável no QBC.

#### 6.1 Novas Propostas de Atividade

##### 6.1.1 Plataforma ODSlocal CPLP

Foi realizada uma apresentação pelo Professor João Guerra, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), sobre esta atividade (**Anexo 5**).



### 6.1.2 Manuais de Arquitetura Sustentável para Brasil e Guiné Equatorial

Foi realizada uma apresentação pelo Professor Correia Guedes, do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, sobre esta atividade (**Anexo 6**).

### 6.1.3 Desenvolvimento do Surf de Competição na CPLP

Foi feita uma apresentação pela Dra. Maria Magalhães e pela Dra. Filipa D'Avilez, da Brand New Territories e pela ONG SOMA (**Anexo 7**).

O representante de Timor-Leste interveio para manifestar interesse de que o projeto Desenvolvimento do Surf de Competição na CPLP pudesse ser alargado ao seu país, tendo sido respondido positivamente, que se pretendia desenvolver e expandir para poder replicar em todos os países e ter competição.

### 6.1.4 Desenvolvimento de estudo alargado relativo aos procedimentos de avaliação e regulação adotados pelas agências reguladoras e estruturas nacionais de avaliação e regulação do ensino superior dos Estados-membros da CPLP

Foi realizada uma apresentação pelo Dr. Jorge Dias, Administrador da Agência Reguladora do Ensino Superior (ARES) de Cabo Verde (**Anexo 8**), na qual destacou a importância do projeto de avaliação e regulação ensino superior nos EM CPLP, que se enquadra na agenda da mobilidade entre EM CPLP.

O PFC ANG afirmou que, em Angola, o Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (INAREES), estava a desenvolver uma proposta sobre procedimentos de avaliação e regulação do Ensino Superior dos Estados-Membros da CPLP em parceria com um perito de Cabo Verde, conforme o documento 6.1.4. Referiu que o projeto contribuirá para a implementação de recomendações das Agências de Regulação do Ensino Superior e estruturas congêneres dos Estados-Membros que têm realizado reuniões técnicas sobre a importância de criação de uma plataforma digital que apoie os processos de acreditação, reconhecimento e equivalência de graus e diplomas académicos, a definição e adoção de indicadores comuns e a capacitação institucional. Destacou que a criação da rede de apoio constitui um incentivo à cooperação técnica, que contribuirá igualmente para a implementação do acordo de mobilidade da CPLP.

A representante de Moçambique referiu a importância de que se reveste a regulação do ensino superior no contexto nacional, atendendo ao contributo que a formação superior tem prestado ao desenvolvimento do país. Saudou o projeto e incentivou a sua implementação pela Agência de

Regulação do Ensino Superior de Cabo Verde, em articulação com as congéneres nacionais, que em Moçambique é a Comissão de Avaliação do Ensino Superior (CNAES). Afirmou que Moçambique tem participado deste fórum de reuniões técnicas e especializadas no contexto da CPLP, pela relevância que atribui à mobilidade académica e, conseqüentemente, ao diálogo entre as instituições nacionais responsáveis pela regulamentação e avaliação do ensino superior.

O PFC STP referiu a importância deste projeto no contexto nacional, na medida em que STP encontra-se na fase de instalação da agência nacional de avaliação e regulação do ensino superior. Destacou a importância da dimensão da capacitação institucional por forma que cada Estado-Membro possa assegurar o seu processo nacional. Referiu a importância da cooperação neste domínio e manifestou disponibilidade de STP para acolhimento de especialistas dos Estados-Membros, com destaque para a Agência A3ES - Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, de Portugal, para capacitação de quadros santomenses que trabalham no setor do ensino superior.

#### 6.2 Identificação de Recursos Livres do Fundo Especial e recursos aportados pelos EM para as propostas de Atividade

O DC informou que foram apurados um total de 27.837,61€ em saldos remanescentes, que ficariam disponíveis para financiamento de novas Atividades. Estas novas disponibilidades resultavam do apuramento de saldos das seguintes Atividades já concluídas:

- Instituto da Água - COOPT007 - 9.109,52€
- Diretrizes de apoio à agricultura familiar - H201603 - 13.952,18€
- Apoio jovens agricultores Cachéu - H2014029 - 3.207,43€
- Portal dos Mares - COOPTL002 - 1.568,48€

Acrescentou que este montante seria somado aos recursos apurados a partir dos limites de consignação de 2020 e 2021, no valor de 216.993,79€.

A XLIII RPFC apurou assim um total de recursos disponíveis no valor de 244.831,40€. Contudo, recordou que deste montante, haveria que considerar uma decisão da 250ª Reunião do Comité de Concertação Permanente (CCP), de mobilizar 35.421,24€ para uma ação pontual de “Reforço do PAIGE”, pelo que o montante disponível para decisão da RPFC correspondia a 209.410,16€.

Em processo de consulta posterior aos PFC e em período fora das atividades relatadas neste documento, foi solicitada à RPFC uma aprovação eletrónica da transferência de salvos vencidos das atividades “II Feira do Livro da CPLP” e “Capital da Cultura da CPLP”, num montante total de 48.042,12€, que viriam a ser aplicados pela 251ª Reunião do CCP na Ação pontual “Capital da Cultura da CPLP - Luanda 2022” (emails de 30 de março de 2022 e email de 13 de abril de 2022 do DC).

### 6.3 Deliberação sobre Propostas de Atividade para inclusão no QBC

No espaço reservado à deliberação sobre novas propostas de atividade para inclusão no QBC foram produzidas as reflexões e propostas que em seguida se abordam.

O PFC CV afirmou que considerava necessário repensar a seleção de projetos, desde a sua submissão até à sua chegada à RPFC. Acrescentou que se despendia uma parte muito considerável do tempo das RPFC a analisar projetos e a ouvir os proponentes. Observou, negativamente, a diversidade de temas que eram trazidos à consideração dos PFC. Sugeriu que houvesse mais atenção e que se criasse um momento para os PFC terem contacto com as propostas de projeto antes da RPFC. Aditou que havia considerado as perguntas colocadas pelo Brasil durante a fase de diálogo com as entidades proponentes como pertinentes e que deveria ter havido oportunidade de o fazer anteriormente.

A PFC PT considerou ser oportuno que se repensasse a forma e o calendário da apresentação dos projetos. Solicitou que o SECPLP pudesse analisar esta questão, criando uma oportunidade para falar com as entidades proponentes, mas que a decisão mais fundamentada sobre o eventual financiamento só seria efetuada na Reunião subsequente. Observou que a variedade de projetos era demonstrativa da diversidade de interesses, e que projetos bem fundamentados não deveriam ser travados.

O PFC STP notou que existiam normas que regiam a submissão de projetos e que para chegar à RPFC esses projetos têm de cumprir etapas.

O PFC ANG concordou com as apreciações de Cabo Verde e de Portugal.

O DC esclareceu que os procedimentos previstos conforme estabelecidos no novo Manual de Cooperação haviam sido integralmente cumpridos. Informou que todos os projetos que chegam ao SECPLP seguem esses procedimentos e observou, que as matrizes de análise têm sido disponibilizadas atempadamente para facilitar a análise dos PFC e apoiar a decisão que é tomada em sede de RPFC.

A PFC BR indicou que iria transmitir ao SECPLP a avaliação feita pelo Brasil dos projetos apresentados. Recordou que o projeto ODSlocal já havia sido apresentado na RPFC anterior. Avançou que quanto aos Manuais de Arquitetura, embora se tratasse de um projeto conhecido, pretendia desenvolver uma articulação já iniciada com uma estrutura universitária nacional.

O PFC CV afirmou ser necessário ter em conta não só a pontuação dos projetos, mas também as prioridades nacionais dos Estados-Membros e das instituições do Estado. Aventou a possibilidade que o projeto ODS local pudesse colidir com o papel das instituições estatais.

A PFC PT, referindo-se ao projeto: Plataforma ODSlocal CPLP, reconheceu o sucesso o projeto em Portugal, sugerindo que este pudesse iniciar em apenas 2 Estados-Membros, tendo avançado com a proposta de uma aprovação condicionada.

O PFC CV corroborou a proposta no sentido de recomendar o faseamento do projeto.

A PFC PT referiu-se em seguida ao projeto de Surf, reconhecendo que embora possa não ser considerado prioritário, tratava-se da promoção de um desporto que é uma modalidade olímpica, com possibilidade de movimentar investimento e turismo. Sugeriu uma aprovação condicionada, mediante readequação do projeto com maior destaque para a questão ambiental. Aditou que um eventual apoio financeiro deveria ser entendido como uma força motriz para garantir outros fundos e assim assegurar a sustentabilidade da iniciativa. Deste modo, este apoio poderia permitir galvanizar esforços para próximas edições. Concluiu, indicando a necessidade de se assegurar a visibilidade da CPLP.

O PFC CV explicou que não pretendia tirar mérito do projeto, apenas notar o seu caráter não prioritário, embora útil, sobretudo no que concerne ao potencial de atração turística.

O representante de Timor-Leste reiterou o interesse e importância para o país, expressando interesse na sua expansão.

Após o debate realizado, foi sugerida a seguinte metodologia para auscultação das Entidades Proponentes / Executoras:

1. Receber o projeto das Entidades Proponentes / Executoras para apreciação por cada Estado-Membro, respeitando o prazo para acolhimento de propostas de projetos tal como estabelecido nos normativos da RPFC: de 15 de dezembro a 15 de maio;
2. Na semana que antecede a RPFC, realização de uma reunião, em plataforma eletrónica, para apresentação dos projetos pelas entidades proponentes e posterior troca de impressões entre os PFC;
3. Na RPFC, deliberar / tomar decisão sobre as propostas de projetos com base num consenso alicerçado nas apreciações nacionais em relação aos mesmos.

## **7. Informações e outros assuntos**

### **7.1 Programa de Apoio à Integração da Guiné Equatorial na CPLP 2021-2022 (PAIGE)**

A PFC GE fez um pequeno resumo da missão realizada a Malabo em março de 2022 e avançou algumas informações sobre a missão de abril 2022.

## 7.2 Cimeira de Sistemas Alimentares - Proposta para uma “Coligação Internacional para a Promoção de Sistemas Alimentares Territoriais Sustentáveis”

O DC referiu que os desenvolvimentos sobre a Cimeira de Sistemas Alimentares e a proposta de uma “Coligação Internacional para a Promoção de Sistemas Alimentares Territoriais Sustentáveis”, tem sido partilhada com os EM por via de Notas Verbais. Realçou a missão realizada em dezembro de 2021 a Nova Iorque, para apresentação da proposta a parceiros vários, entre os quais Observadores Associados, continuando o SECPLP um trabalho de alinhamento internacional neste desiderato.

## 7.3 Plano de Ação da CPLP para o Combate ao Trabalho Infantil 2021-2025 – Declaração conjunta à V Conferência Global para a Erradicação Sustentada do Trabalho Infantil (África do Sul, 2022);

O PFC ANG informou que os Estados-Membros reafirmam o seu compromisso de forma a acabar com o trabalho infantil, até 2025, em todas as suas formas, manter vigente o problema, de forma a evitar que a situação da criança em situação de vulnerabilidade seja agravada, conforme a Versão2 da Declaração Conjunta da CPLP à V Conferência Global sobre a Erradicação do Trabalho Infantil, Forçado e Tráfico de Crianças.

Acrescentou que Angola reafirmava o seu compromisso e informou que, para além dos instrumentos internacionais já ratificados, o seu Executivo aprovava a Lei sobre os 11 Compromissos da Criança que constam da pauta política, mas também social e jurídica. A prova é que estes compromissos estão plasmados no Manual de Educação Moral e Cívica da 5ª Classe, portanto no Ensino Primário. Por outro lado, a lei prevê a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo o recrutamento e a utilização de crianças-soldado.

Por fim referiu que Angola tinha participado de todas as Conferências fazendo-se representar por dois Sectores Ministeriais, nomeadamente o Ministério da Família, Ação Social e Promoção da Mulher e o Ministério da Administração Pública Trabalho e Segurança Social.

## 7.4 2ª Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, Lisboa, 27 de junho a 1 de julho de 2022;

O PFC ANG informou que a 2ª Conferência dos Oceanos das Nações Unidas (UNOC), adiada desde 2020 devido à situação pandémica, realizar-se-ia em Lisboa, de 27 de junho a 1 de julho de 2022, com o tema geral: Reforçar a ação dos oceanos com base na ciência e na inovação para a implementação do ODS14: avaliação, parcerias e soluções. Acrescentou que se tratava de um evento organizado pelos Governos de Portugal e do Quênia cujo propósito é o de mobilizar o apoio global para implementar, criar, conservar e utilizar, de uma forma sustentável, os mares, oceanos e os recursos marinhos.

A PFC PT reiterou a importância deste evento de escala global, num tema da maior importância na proteção e qualidade de vida no e do planeta. Referiu o processo de articulação com a presidência angolana, para a realização de uma Reunião Ministerial dos Assuntos dos Mares da CPLP (ou reunião de alto nível da CPLP) à margem do evento e a importância e oportunidade da ocorrência do mesmo.

O DC informou sobre o evento de alto nível, em preparação em colaboração com a FAO, sobre o *“Acordo para a Criação da Plataforma de Cooperação na Promoção da Pesca Sustentável e Combate à Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada entre os Estados-Membros da CPLP”*, que deverá decorrer em paralelo à Conferência dos Oceanos.

#### 7.5 9º Fórum Mundial da Água, Dakar, 22 a 27 de março de 2022

O DC recordou os contatos e as tentativas empreendidas pelo SECPLP, para uma participação concertada da CPLP, no 9º Fórum Mundial da Água, a qual não se efetivou. Informou também sobre o Painel de Alto Nível dedicado à língua portuguesa no 9.º FMA: *A Cooperação em Língua portuguesa no quadro do abastecimento de água e do saneamento – perspetivas políticas e institucionais”*, organizado por Portugal, com uma intervenção do Secretário Executivo da CPLP (em formato vídeo).

#### 7.6 2ª Edição da Ação de Formação em Direito Internacional Humanitário

O PFC ANG recordou que o objetivo desta atividade era de promover a proteção humanitária em conflitos armados e terrorismo, promovido pela Cruz Vermelha. Aproveitou a ocasião para informar que nos dias 3, 5, 10 e 12 de maio, a convite da Cruz Vermelha e do Governo Suíço, seria realizada a Reunião Virtual de Peritos Governamentais sobre o Direito Internacional Humanitário com o objetivo de promover discussões sobre leis, regulamentos, procedimentos e políticas nacionais, bem como as boas práticas que os Estados desenvolveram para a proteção ambiental em fase de conflitos armados.

#### 7.7 Informações sobre a Escola Nacional de Administração Pública do Brasil (ENAP) e possibilidade de cooperação

A PFC BR recordou a realização, a 10 de janeiro, de uma reunião com o DC e instituições responsáveis por ações de capacitação de servidores públicos nos Estados-Membros. Participaram do evento, representantes de Cabo Verde (Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública), de Moçambique (Instituto de Formação em Administração Pública e Autárquica, Ministério da Administração Estatal e Função Pública, e da Universidade Joaquim Chissano), de Portugal (Direção de Serviços de Cooperação, Conhecimento e Comunicação, Direção



de Serviços da Formação e Qualificação e do Departamento de Gestão da Formação), São Tomé e Príncipe (Ministério dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização), e do Timor-Leste (Ministério da Educação), com a Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Acrescentou que nessa ocasião fora apresentada a Escola Virtual de Governo. Por fim, recordou que se encontrava em andamento o curso “MBA em Gestão Pública”, também oferecido pela ENAP, no qual vários Estados-Membros estavam a participar.

#### 7.8 Informações sobre o andamento do Programa de Cooperação para Fortalecimento, Disseminação e Elaboração de Guias Alimentares na CPLP

O DC enquadrou a iniciativa aprovada no âmbito da V Reunião de Ministros da Saúde da CPLP, informando que haviam sido enviados questionários a todos os EM, tendo apenas sido recebidas respostas de Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, exortando os restantes Estados-Membros a reagir à solicitação no melhor calendário possível.

A PFC BR apelou aos PFC que apoiem no sentido de receber os formulários até 31 de março.

#### 7.9 VII Congresso de Educação Ambiental da CPLP

A PFC de Moçambique, apresentou brevemente a proposta de Moçambique de acolher o VII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa e Galiza (CEA), apresentada e aprovada no VI CEA, em novembro de 2021, e que deverá decorrer em julho 2023, no Parque Nacional de Maputo.

O projeto foi submetido ao SECPLP, a 20 de janeiro de 2022, pelo que será alvo de apreciação apenas na XLIV Reunião de Pontos Focais, em maio de 2022. O projeto tem um custo total de € 217,416.40, do qual é solicitado ao Fundo especial da CPLP €93,004.40.

O DC, aproveitou para lembrar que no âmbito do VI Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa e Galiza, foi possível dar início às deliberações da VIII Reunião de Ministros de Ambiente da CPLP (26 de novembro 2020) decidindo assim *“reforçar a cooperação no eixo da educação ambiental, tornando-a mais efetiva e inclusiva, apoiando os Congressos de Língua Portuguesa para a Educação Ambiental e sustentando uma participação regular dos Pontos Focais de Ambiente nos mesmos, para a definição de prioridades para a elaboração e implementação de uma Estratégia de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa.”*

#### 7.10 Ferramenta virtual de partilha de experiências na área de alimentação escolar, “Visita de Estudos Virtual: Brasil”

A PFC BR apresentou este ponto, onde informou que a iniciativa se insere no âmbito do projeto de cooperação técnica Sul-Sul trilateral com organismos internacionais, denominado “Programa de Execução” e executado em parceria do Governo brasileiro (ABC, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), por meio do Centro de Excelência contra a Fome do PMA (CdE/PMA), sediado em Brasília.

Acrescentou que a referida Visita de Estudos Virtual tem como objetivo apresentar pontos fundamentais da experiência brasileira em alimentação escolar no âmbito da cooperação Sul-Sul, de modo a apoiar países que desejam iniciar ou continuar seu investimento neste setor. Assim, constitui uma metodologia de compartilhamento virtual que o Brasil coloca à disposição dos demais Estados-Membros.

Observou ainda que a Visita seria organizada pela referida parceria, sob demanda, sendo composta por uma série de 6 vídeos em inglês (com legendas em português e em espanhol) que simula uma rápida imersão no Programa Nacional de Alimentação Escolar brasileiro. Além dos vídeos, a metodologia da visita favorece troca de experiências entre gestores dos países interessados e parceiros brasileiros. Importa ressaltar que, o plano de trabalho para o ano de 2022 do Programa de Execução, prevê atividades de apoio direcionadas aos Estados-Membros da CPLP.

Referiu que se tratava de uma iniciativa de cooperação trilateral, que envolve cinco Estados-Membros da CPLP para além do Brasil – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, a UNESCO, a OIT, o PAM e a UNICEF, com o objetivo de fortalecer programas de alimentação escolar sustentáveis e simultaneamente fortalecer e consolidar a segurança alimentar e nutricional, no Sul Global.

#### 7.11 Aprimoramento das metodologias para levantamento de estatísticas referentes à cooperação jurídica internacional.

A PFC BR Brasil, apelou aos PFC que apoiem o envio dos formulários até 31 de março.

#### 7.12 Preparação da capital da cultura da CPLP

O PFC ANG informou que a Comissão Organizadora havia realizado, até ao momento, três reuniões. Nestas reuniões foram partilhadas informações sobre a Capital da Cultura e discutidas iniciativas a serem levadas para a Capital da Cultura – Luanda 2022. Na última reunião, a III Reunião da Comissão Organizadora, aprovou-se os Termos de Referência da Capital da Cultura da CPLP e um cronograma de atividades sobre as reuniões das subcomissões de trabalho, nomeadamente a) Música, dança e espetáculo; b) Livro, arquivo e exposições; Cinema e audiovisual; Arte e artesanato. Reconhecendo existirem ainda algumas indefinições, informou que o Ministério da Cultura,

Turismo e Ambiente conduziria a 17 de março, a IV Reunião da Comissão Organizadora da Capital da Cultura, com vista a avaliar os resultados das reuniões das subcomissões de trabalho.

A PFC PT questionou se existia uma verba disponível para apoiar a iniciativa.

O DC informou que se encontravam disponíveis no FE recursos consignados a duas atividades (I2016002 - II Feira do Livro da CPLP e I2016003 -Capital da Cultura da CPLP) que, eventualmente, poderiam ser mobilizados para essa finalidade. Porém, uma vez que o Diretor de Ação Cultural, que melhor poderia saber sobre a pertinência de mobilizar os recursos dessa atividade, não estava presente na reunião e, não tendo havido concertação prévia sobre o tema, não poderia formalmente avançar com essa proposta.

### 7.13 Exame do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE à Cooperação Portuguesa

A PFC PT partilhou que estaria previsto para o dia 21 de abril de 2022 o lançamento do Relatório do Exame do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE à Cooperação Portuguesa 2022, convidando os PFC a acompanhar o lançamento, o que seria possível em formato virtual.

Destacou que a Cooperação Triangular foi reconhecida como boa prática da Cooperação Portuguesa neste exercício, apelando a que as RPFC possam ser um contexto de partilha de informação sobre iniciativas em curso e boas práticas entre os Estados Membros da CPLP com vista, também, a reforçar a cooperação triangular que envolve a CPLP.

Mais transmitiu que o a versão traduzida para língua portuguesa do Relatório Dinâmicas de Desenvolvimento em África de 2022, seria dedicado às cadeias de valor para uma cooperação sustentável”, para cujo evento de lançamento, a ter lugar este ano, à semelhança das edições anteriores, envolveria a CPLP e convidaria à participação os PFC.

## 9. Preparação da Grelha de Deliberações

A Grelha de Deliberações foi preparada pela DIRCOOP no termo das deliberações da XLIII RPFC.

## 10. Aprovação da Grelha de Deliberações

O DC apresentou a Grelha de Deliberações, que foi debatida e aprovada pelos PFC (**Anexo 9**).

## **11. Encerramento dos Trabalhos**

O Coordenador agradeceu a todos os contributos prestados que contribuíram para o sucesso da RPFC, em particular ao Secretariado Executivo, pela preparação da documentação da reunião e pela organização logística da mesma.

Não havendo nada mais a declarar, deu-se por encerrada a Reunião.

### **Lista de Anexos:**

- 1) Lista de Participantes
- 2) Agenda da XLIII RPFC – versão final
- 3) Nota Informativa de Março de 2022 do corrente ano sobre o Reforço da Cooperação da CPLP em Situações de Emergência:
- 4) Quadro Resumo de Execução Financeira do ano de 2021 do Fundo Especial
- 5) Apresentação pelo Professor João Guerra Plataforma (ODSlocal CPLP)
- 6) Apresentação pelo Professor Correia Guedes (Manuais de Arquitetura Sustentável para Brasil e Guiné Equatorial)
- 7) Apresentação pela *Brand New Territories* e pela ONG SOMA (Desenvolvimento do Surf de Competição na CPLP)
- 8) Apresentação pelo Dr. Jorge Dias, (Agência Reguladora do Ensino Superior de Cabo Verde ARES)
- 9) Grelha de Deliberações XLIII RPFC



## **XLIII REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCALIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP**

15 e 16 de março de 2022

*Sede da CPLP*  
*- com participação por videoconferência -*

### **LISTA DE PARTICIPANTES**

- **ANGOLA**

- Carlos Sardinha Dias, Embaixador, Ponto Focal de Cooperação e Diretor da Direção de Cooperação Internacional, Ministério das Relações Exteriores;
- Ana Paula Henriques, Presidente da Comissão Nacional do IILP, Ministério da Educação de Angola;
- Gildo Santos, Ministério das Relações Exteriores;
- Esperança Cunha, Segunda-Secretária, Missão Permanente de Angola junto da CPLP.

- **BRASIL**

- Alessandra Ambrosio, Coordenadora-Geral de Cooperação Técnica com a CPLP da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e Ponto Focal de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores;
- Pedro Guerreiro, Missão do Brasil junto à CPLP;
- Zeli Rocha, Analista da Coordenação-Geral de Cooperação Técnica com a CPLP, ABC;
- Myriam Abitam, ABC, Brasil;
- Alda Silva, ABC - Brasil;
- Secretário Christian Bicca Estivallet, Subchefe da Divisão de África II - Brasil.

- **CABO VERDE**

- António Alves Lopes, Ponto Focal de Cooperação, Ministério dos Negócios Estrangeiros das Comunidades;
- Filomena Lopes, Embaixada de Cabo Verde em Portugal.

- **GUINÉ-BISSAU**

- Mariama Pinto, Embaixada da República da Guiné-Bissau em Portugal;



- Fernando Ialá, Diretor de Serviços da Cooperação Multilateral da Guiné-Bissau.
  
- **GUINÉ EQUATORIAL**
  - Cristina Mangué Abeso, Ponto Focal de Cooperação, Embaixadora no Ministério dos Negócios Estrangeiros;
  - Ricardo Mateo Sila, Técnico Superior do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Guiné Equatorial.
  
- **MOÇAMBIQUE;**
  - Ilda Trigo Raivoso, Conselheira e Diretora adjunta da Direção para Organizações Internacionais e Conferencias (DOIC), Ponto Focal de Cooperação Adjunta;
  - Nelson Manuel Domingos Rondinho, Desk officer CPLP;
  - Maria do Céu Cardoso, Embaixada de Moçambique;
  - Florêncio Papelo, Embaixada de Moçambique;
  - Guilhermina Amurane, Ministério da Terra e Ambiente de Moçambique;
  - Eliseu Chiandela, Ministério da Terra e Ambiente de Moçambique.
  
- **PORTUGAL**
  - Filipa Sousa, Chefe de Divisão dos Assuntos Multilaterais, Camões-ICL, IP;
  - Ana Rita de Castro, Técnica Superior, Divisão de Assuntos Multilaterais, Camões-ICL, IP.
  
- **SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**
  - Esterline Género, Ponto Focal de Cooperação, Diretor do Gabinete da CPLP, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
  
- **TIMOR-LESTE**
  - Aviano Faria, Ponto Focal de Cooperação;
  - Alfaro Júlio-Araújo, Segundo-Secretário, Missão de Timor-Leste junto da CPLP;
  - Francisco Gusmão, Missão de Timor-Leste junto da CPLP;
  - Andreia Pires, Missão de Timor-Leste junto da CPLP.
  
- **SECPLP**
  - Armindo Brito Fernandes, Diretor Geral do Secretariado Executivo da CPLP;

- Manuel Clarote Lapão, Diretor da Cooperação;
- Macsud Ismail, Diretor de Administração e Finanças;
- Chloe Dindo, Assessora Político-Diplomática;
- Arlinda Cabral, Técnica Superior da Direção de Cooperação;
- Clara Justino, Técnica da Direção de Cooperação;
- Philip Baverstock, Técnico da Direção de Cooperação.

## **XLIII REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP**

15 e 16 de março de 2022

*Formato Videoconferência*

**(Horário GMT)**

### **Proposta de PROGRAMA**

#### **Dia 1 - 15 de março de 2022**

- |       |   |
|-------|---|
| 11H00 | <b>1. Abertura</b>  |
| 11H10 | <b>2. Aprovação da Agenda de Trabalho e do Programa</b>   |
| 11H15 | <b>3. Partilha de informações pelos Estados-Membros sobre as Atividades em execução nos respetivos contextos</b> <ul style="list-style-type: none"><li>3.1 Atividades em contexto de Pandemia</li><li>3.2 Progressos na implementação dos ODS nos Estados-Membros</li><li>3.3 Calendário e modelo das Reuniões Ministeriais Setoriais da CPLP</li><li>3.4 Constituição do Grupo de Trabalho para elaboração de um documento orientador sobre os mecanismos de cooperação em cenários de emergência - Ponto de situação</li><li>3.5 Atualização da lista de contatos dos Pontos Focais Setoriais</li></ul> |
| 12H30 | <b>4. Acompanhamento das Atividades em execução no âmbito do Fundo Especial da CPLP</b> <ul style="list-style-type: none"><li>4.1 Seguimento das deliberações da XLII RPFC</li><li>4.2 Execução Financeira do Fundo Especial (dezembro 2021)</li><li>4.3 Relatório das Atividades do Quadro Bienal de Cooperação 2020-2022</li><li>4.4 Apuramento de saldos remanescentes de Atividades do Fundo Especial</li></ul>   |
| 13H15 | <b>5. Acordos firmados entre a CPLP e Organismos Internacionais - estágio de implementação</b>  |
| 13H30 | Conclusão do 1º dia de trabalhos  |

## Dia 2 - 16 de março de 2022

11H00 **Reinício dos trabalhos**

11H05 **6. Propostas de Atividade para apreciação/deliberação**

- 6.1 Novas Propostas de Atividade
  - 6.1.1 Plataforma ODSlocal CPLP
  - 6.1.2 Manuais de Arquitetura Sustentável para Brasil e Guiné Equatorial
  - 6.1.3 Desenvolvimento do Surf de Competição na CPLP
  - 6.1.4 Desenvolvimento de estudo alargado relativo aos procedimentos de avaliação e regulação adotados pelas agências reguladoras e estruturas nacionais de avaliação e regulação do ensino superior dos Estados-membros da CPLP
- 6.2 Identificação de Recursos Livres do Fundo Especial e recursos aportados pelos EM para as propostas de Atividade
- 6.3 Deliberação sobre Propostas de Atividade para inclusão no QBC

12H15 **7. Informações e outros assuntos**

- 7.1 Programa de Apoio à Integração da Guiné Equatorial na CPLP 2021-2022 (PAIGE)
- 7.2 Cimeira de Sistemas Alimentares - Proposta para uma “Coligação Internacional para a Promoção de Sistemas Alimentares Territoriais Sustentáveis”
- 7.3 Plano de Ação da CPLP para o Combate ao Trabalho Infantil 2021-2025 - Declaração conjunta à V Conferência Global para a Erradicação Sustentada do Trabalho Infantil (África do Sul, 2022)
- 7.4 2ª Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, Lisboa, 27 de junho a 1 de julho de 2022
- 7.5 9º Fórum Mundial da Água, Dakar, 22 a 27 de março de 2022
- 7.6 2ª Edição da Ação de Formação em Direito Internacional Humanitário
- 7.7 Informações sobre a Escola Nacional de Administração Pública do Brasil (ENAP) e possibilidade de cooperação
- 7.8 Informações sobre o andamento do Programa de Cooperação para Fortalecimento, Disseminação e Elaboração de Guias Alimentares
- 7.9 VII Congresso de Educação Ambiental da CPLP - Proposta de Mocambique
- 7.10 Ferramenta virtual de compartilhamento de experiências na área de alimentação escolar, “Visita de Estudos Virtual: Brasil”
- 7.11 Aprimoramento das metodologias para levantamento de estatísticas referentes à cooperação jurídica internacional
- 7.12 Preparação da capital da cultura da CPLP
- 7.13 Exame do CAD (Comité de Ajuda ao Desenvolvimento)

13H00 **8. Preparação da Grelha de Deliberações**

13H30 **9. Aprovação da Grelha de Deliberações**

13H40 **10. Encerramento dos Trabalhos**



## Nota informativa

### “Reforço da Cooperação da CPLP em Situações de Emergência”

(março de 2022)

No seguimento das deliberações da XLII Reunião dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP (RPFC), realizada em Luanda, a 12 e 13 de julho de 2021, e, no seguimento do ponto 4.3. da respetiva grelha de deliberações, apresenta-se um ponto de situação sobre os instrumentos de cooperação em cenários de emergência criados no espaço de deliberação das Reuniões de Ministros da CPLP nos setores da Saúde, Administração Interna, Defesa e Educação.

A presente informação visa apoiar os esforços em curso para constituição de um “Grupo de Trabalho” para elaboração de um documento orientador sobre os mecanismos de cooperação em cenários de emergência no seguimento da **“Resolução sobre o Reforço da Cooperação na CPLP em Situações de Emergência”**, aprovada na XXV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP (ROCM), de 9 de dezembro de 2020, assunto que foi reiterado pela XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP (CCEG), realizada em Luanda, a 17 de julho de 2021, que reforçou “o propósito de robustecer a cooperação multilateral em tempos de emergência, capitalizando as capacidades dos Estados-Membros e criando sinergias entre as suas instituições, em prol de respostas mais rápidas e eficazes”.

Apresentam-se em seguida as informações que o SECPLP conseguiu obter no quadro dos setores da Saúde, Administração Interna, Defesa e Educação.

Pretende-se que a nota informativa apresente um ponto de situação tão exaustivo quanto possível e que seja sujeita às atualizações que se revelem pertinentes e em apoio dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP no seu esforço de preparação de um “documento orientador” os mecanismos de cooperação em cenários de emergência.

Recorde-se que, no quadro das deliberações da XLII RPFC, se previa que a Coordenação da RPFC, em parceria com o SECPLP, propusesse, até ao final de setembro de 2021, uma data para realização da primeira reunião do Grupo de Trabalho em apreço.



## **1. SETOR DA SAÚDE**

### **1.1. Instrumentos**

A IV Reunião Ordinária dos Ministros da Saúde da CPLP (RMS), realizada em Brasília, entre 24 e 26 de Outubro de 2017, aprovou a “Resolução sobre o Fortalecimento de Capacidades em Vigilância e Resposta a Emergências em Saúde Pública”, que previa a criação do “grupo de Trabalho sobre Capacitação em Resposta a Emergências em Saúde Pública (EMARESP-CPLP), composto por representantes dos Estados-Membros e coordenado por Portugal, para que, em um prazo de 120 dias, apresentassem à consideração dos Ministros uma proposta de cooperação técnica visando a fortalecer as capacidades básicas dos Estados-Membros de vigilância e resposta a emergências de saúde”.

Esta decisão:

- Preconiza a capacitação de recursos humanos especializados na gestão de crises de saúde pública, fundamentalmente por via da partilha de experiências, colaboração científica, formação e treinamento;
- Está alinhada com enquadramento internacional para a coordenação de respostas conjuntas solidárias a situações de emergência, tal como proposto pelo Regulamento Sanitário Internacional – RSI da Organização Mundial da Saúde – OMS<sup>1</sup>
- Reconhece a importância das emergências de Saúde Pública como temas de interesse e alcance global, que podem condicionar a segurança nacional e internacional, e que requerem respostas coordenadas, como ficou demonstrado nas crises provocadas pelos vírus Ébola e Zika, assim como na atual conjuntura de pandemia provocada pelo SARS-Cov-2 (COVID-19)

### **1.2. Desenvolvimentos**

O assunto foi retomado no âmbito da V Reunião Ordinária Ministros da Saúde da CPLP, realizada em Lisboa, a 13 de dezembro de 2019, que, à luz da referida Resolução, decidiu “fortalecer a coordenação entre os Estados-Membros na vigilância e resposta a emergências em Saúde Pública, incluindo epidemias e desastres”.

A III Reunião Extraordinária dos Ministros da Saúde da CPLP, realizada em plataforma eletrónica, a 6 de novembro de 2020, recordou a Resolução da IV

---

<sup>1</sup> [https://www.who.int/health-topics/international-health-regulations#tab=tab\\_1](https://www.who.int/health-topics/international-health-regulations#tab=tab_1)

RMS, de outubro de 2017, tendo decidido “reforçar a coordenação entre os Estados-Membros na vigilância e resposta a emergências em saúde pública, incluindo epidemias e desastres, por via da constituição de um *Grupo de Trabalho sobre Capacitação em Resposta a Emergências em Saúde Pública (EMARESP-CPLP)*, que deverá estar operacional no primeiro trimestre de 2021”.

De acordo com indicações recebidas de Portugal, a coordenação do Grupo de Trabalho será realizada pelo Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge (INSA), de Portugal, entidade assessora do SECPLP para o setor da saúde, que tem realizado trabalho relevante no quadro da sua Unidade de Resposta a Emergências e Biopreparação (UREB), que dá resposta a emergências biológicas a nível de Portugal.

Quanto à indicação de representantes para constituição do Grupo de Trabalho, o SECPLP efetuou diferentes diligências por Nota Verbal (NV 560, de 22 de outubro de 2020 e NV 004, de 6 de janeiro de 2021) e em sede de informação prestada ao Comité de Concertação Permanente da CPLP (CCP), alertando para a necessidade de indicação de representantes dos Estados-Membros até 29 de janeiro de 2021, uma vez que se pretendia que este Grupo se operacionalizasse até ao final do primeiro trimestre de 2021, o que ainda não ocorreu.

Até ao dia 4 de outubro de 2021, foram indicados, por ordem cronológica, os seguintes representantes dos Estados-Membros:

- a) Portugal, Fernando Almeida, Presidente do Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge (INSA);
- b) Brasil, Eliane Lima Silva, Servidora da Secretária de Vigilância em Saúde – NV 159, de 11 de dezembro de 2020. Esta indicação foi alterada no dia 8 de março de 2022 (NV 34 da Missão do Brasil), tendo sido designados como pontos focais a Senhora Janaína Sallas, do Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalho e Vigilância das Emergências em Saúde Pública (DSASTE/SVS) e o Senhor Pedro Henrique Presta Dias, como ponto focal suplente, do mesmo serviço;
- c) Cabo Verde, Domingos Teixeira, Médico de Saúde Pública e Diretor do Serviço de Vigilância Integrada e Resposta (SVIR) – NV 001/MPCV-CPLP/21, de 6 de janeiro de 2021;
- d) Angola, Helga Freitas, Directora Nacional de Saúde Pública – NV 006/MA-CPLP/2021, de 4 de março de 2021. Esta indicação foi alterada por via da NV 013/MA-CPLP/2021, de 11 de junho de 2021, que indica o Senhor

Eusébio Manuel, Chefe do Departamento da Direção Nacional de Saúde;

- e) Guiné-Bissau, Vitorino Martinho Aiogalé, médico, Gabinete do Ministro da Saúde Pública da Guiné-Bissau – NV 327/ERGBP/2021, de 2 de julho de 2021;
- f) Timor-Leste, Ivo Ireneo da Conceição Freitas e Narciso Fernandes, do Ministério da Saúde – email de 7 de setembro de 2021;
- g) Moçambique, Domingos Guihole, Médico de Saúde Pública – NV905/EMP/GE/995/2021, de 28 de setembro de 2021;
- h) São Tomé e Príncipe, Isaulina Neto Viegas Barreto, Diretora Clínica do Hospital Central Ayres Menezes – NV 73, de 1 de outubro de 2021.

O SECPLP deu continuidade às concertações desenvolvidas com a Direção Geral de Saúde (DGS) e com o INSA, de Portugal, para avaliar a possibilidade de início dos trabalhos do GT EMARESP no melhor calendário possível.

Nesse sentido, no dia 7 de outubro de 2021, foi realizada uma reunião de coordenação entre o SECPLP, DGS e INSA, que avaliou a possibilidade de poder ser convocada a primeira reunião do GT EMARESP até ao final do mês de novembro de 2021. Esta reunião serviu, igualmente, para debater linhas gerais para o funcionamento do Grupo, e que o seu funcionamento, enquanto mecanismo de cooperação, não deverá representar encargos suplementares para os Estados-Membros.

A primeira reunião do GT EMARESP teve lugar a 3 de novembro de 2021. Nela estiveram presentes os membros do GT de Portugal, acima indicados, que coordenou a reunião, bem como de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Para além destes representantes, o Brasil esteve representado pelo seu ponto focal de cooperação. A Embaixada de Cabo Verde em Lisboa e a Missão de Timor-Leste junto da CPLP também acompanharam a reunião. O SECPLP foi representado pelo Diretor de Cooperação.

Nessa ocasião foi apresentada uma proposta de trabalho, com o propósito de dar resposta ao mandato conferido pela IV RMS da CPLP, realizada em Brasília, em outubro de 2017, que previa a criação do “grupo de Trabalho sobre Capacitação em Resposta a Emergências em Saúde Pública (EMARESP-CPLP)”. Essa proposta abordou a forma como se poderia formalizar a articulação institucional da iniciativa, os recursos a aplicar para a sua institucionalização e sua sustentabilidade futura. Esta proposta foi apresentada para reflexão do

grupo de trabalho a 9 de dezembro de 2021, tendo sido sugerida uma nova reunião, a realizar no início de 2022, para debate e consolidação das ideias apresentadas.

Durante esta reunião, o Diretor de Cooperação esclareceu que a proposta resultante do setor da saúde, bem como dos setores da defesa e administração interna, constituiria um subsídio a apresentar aos Pontos Focais de Cooperação da CPLP para cumprimento do mandato que lhes foi conferido para elaboração de um “Documento Orientador” sobre os mecanismos de cooperação em cenários de emergência.

A segunda reunião do GT EMARESP teve lugar a 8 de março de 2022, tendo servido para passar em revista as propostas apresentadas durante a primeira reunião e auscultar as perceções e recomendações dos representantes dos Estados-Membros quanto à sua execução. Nesta reunião, foi informado por Portugal que a coordenação do GT EMARESP passaria a ser assumida pela DGS de Portugal. Aguarda-se que sejam circulados documentos oficiais que deem continuidade a este processo.

## **2. SETOR DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA/INTERIOR**

### **2.1. Instrumentos**

A IV Reunião de Ministros do Interior e Administração Interna da CPLP (RMAI), realizada em Díli, em outubro de 2015, reconheceu a necessidade de serem definidos mecanismos de resposta rápida e medidas conjugadas para a prevenção de catástrofes naturais que afetam pessoas e bens.

A Declaração Final, no capítulo relativo à área da salvação pública, proteção civil e bombeiros propunha (i) a promoção de ações de cooperação no âmbito da “Plataforma de Redução de Riscos de Desastre”, operacionalizando-a a partir do sítio Internet da Proteção Civil e Bombeiros da CPLP, por forma a otimizar a partilha de experiências e de conhecimentos técnicos; (ii) a promoção do intercâmbio de peritos e das atividades de capacitação, bem como a celebração de acordos multilaterais de forma a tornar mais eficientes as relações institucionais com vista a agilizar os procedimentos operacionais em caso de emergência.

A V Reunião de Ministros do Interior e Administração Interna da CPLP, realizada na Praia, a 24 de abril de 2019, retomou estes assuntos e, no ponto 6 da Declaração Final, relativo à Salvação Pública, Proteção Civil e Bombeiros, as seguintes iniciativas<sup>2</sup>:

- A criação de uma “Rede de formação em matéria de proteção civil da CPLP”, com vista a reforçar o conhecimento em matéria de prevenção, preparação, resposta e recuperação (prevendo a identificação das necessidades de formação até dezembro de 2019 e da oferta formativa, até junho 2020, assim como a elaboração de um “Plano de Ação Conjunta de Formação para o biénio 2021/2022”.
- O reforço da “Plataforma de Redução de Riscos de Catástrofes da CPLP” (plataforma online de partilha com vista à mitigação dos efeitos, de natureza essencialmente preventiva e não reativa, criada na sequência da IV Reunião Ministerial), operacionalizando-a através do sítio da proteção Civil e Bombeiros;
- Partindo do impacto das alterações climáticas na ocorrência de catástrofes naturais e identificando a necessidade de adoção de medidas conjugadas de prevenção da exposição a tais fenómenos, a Declaração Final da V Reunião Ministerial (i) sublinha a importância da criação de um “mecanismo de intervenção coordenada em situações de emergência humanitária” e (ii) encoraja o aprofundamento dos trabalhos em torno da “Plataforma da Redução de Riscos de Catástrofe da CPLP”, considerada fundamental para a promoção de uma cultura de resiliência global perante os desafios sociais, económicos e ambientais e (iii) convida à realização de um seminário sobre a visão nacional das alterações climáticas, projetado para decorrer em Cabo Verde, em 2020.

Estas questões foram tratadas a coberto da NV 514/GSE/CPLP/19, de 30 de abril de 2019, que retransmitiu os documentos finais da V RMAI.

## **2.2. Desenvolvimentos**

A Reunião de Ministros do Interior e Administração Interna da CPLP não reúne desde abril de 2019 e este Secretariado não conhece avanços na implementação das deliberações da V RMAI ou avanços na implementação dos instrumentos referenciados.

---

<sup>2</sup> Constantes das conclusões e recomendações propostas pela V Reunião do Conselho de Comandantes Nacionais, Diretores Nacionais, Presidentes de Salvação Pública, Proteção Civil e Bombeiros da CPLP.

Aventa-se a possibilidade de, no espaço de articulação para preparação da VI RMAI, eventualmente convocar pela Presidência em exercício, se considerar a necessidade de definição dos princípios gerais para esta atuação bem como identificar pontos focais e respectivas responsabilidades, tendo em mente a necessidade de aprovação de um programa de atividades.

No seguimento da partilha, em outubro de 2021, de um ponto de situação com a informação sobre este tópico, Portugal informou o SECPLP, a 21 de dezembro de 2021, sobre o respetivo ponto de contacto para o setor da administração interna:

- Ana Freitas  
Técnica Especialista  
Gabinete do Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)  
ana.freitas@prociv.pt

### **3. SETOR DA DEFESA**

#### **3.1. Instrumentos:**

De acordo com informação prestada pelo Secretariado Permanente dos Assuntos de Defesa (SPAD) em setembro de 2021, a XVIII Reunião dos Ministros da Defesa, realizada em Malabo, em maio de 2017, aprovou o documento relativo aos princípios gerais e orientações de base para, no quadro da CPLP, conduzirem à criação de um “eventual mecanismo de resposta a situações de catástrofes da CPLP”. Foi, assim, dado início ao documento de operacionalização do mecanismo, nomeadamente ao elencar das capacidades a disponibilizar em caso de necessidade.

Na reunião extraordinária de Diretores de Política de Defesa Nacional (DPDN), em outubro de 2017 e outubro de 2018, assim como na 20.ª Reunião de CEMGFA/CPLP, em abril de 2018, o Brasil informou estar em circulação interna, pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, *um documento de aperfeiçoamento/operacionalização (projeto de Protocolo)*, no sentido de definir como acionar e de onde seriam alocados recursos.

O objetivo desta proposta de Protocolo passa por garantir, no respeito pelas legislações internas de cada Estado-Membro, o prévio conhecimento do catálogo de capacidades que cada uma das Forças Armadas pode disponibilizar para resposta a qualquer tipo de catástrofes, agilizando e

acelerando tempos de resposta, uma vez acionada, pelas entidades competentes em cada Estado-Membro, tal necessidade.

Entre outros aspetos, poderá considerar-se que:

- O mecanismo deve centrar-se na capacidade de resposta rápida a emergências através das capacidades das Forças Armadas, estabelecendo os princípios gerais e orientações de base para a criação de uma estrutura e procedimentos que respondam de forma coordenada, simples, célere e eficaz;
- O mecanismo não deve interferir nem colidir com outros já existentes, ao nível nacional<sup>3</sup> e internacional, sob pena de aumentar a complexidade da resposta e prejudicar a celeridade da mesma;
- Devem ser identificadas e sistematizadas as capacidades militares disponíveis para uma resposta rápida por parte dos EM, contribuindo dessa forma para a celeridade do processo de identificação de possibilidades de resposta e solicitação das mesmas.

Em 2019, procurou-se nas reuniões dos órgãos da Componente de Defesa da Comunidade que os Estados-Membros transmitissem, ao SPAD, os contributos ao projeto de Protocolo e Anexos, com a finalidade de ser possível ao Brasil a elaboração de uma versão final do documento, a validar posteriormente naquela Componente (o preenchimento de um Inventário respeitava, apenas, à identificação de capacidades necessárias para cada tipo de catástrofe), desejavelmente nas reuniões de DPDN e MDN.

Nesse sentido, foi determinado na XIX Reunião de MDN da CPLP, em 20 de maio 2019, o desenvolvimento, pelos DNPd, dos trabalhos necessários à concretização deste processo, tendo sido acordada a criação de um Grupo de trabalho (GT) para a elaboração de um documento eficaz, adequado às necessidades de cada EM e no cumprimento das melhores práticas internacionais<sup>4</sup>.

Aguardava-se, ainda, a necessidade premente de comunicação ao SPAD, de pontos de contacto (POC) da Guiné Equatorial e de Timor-Leste para integrar o GT criado.

---

<sup>3</sup> Vd Declaração Final da V Reunião de Ministros do Interior e da Administração Interna da CPLP, de 24Abr219, nos termos da qual são incluídas considerações relativas a resposta a catástrofes, designadamente no último considerando da parte preambular da Declaração e no seu n.º/ponto 6.

<sup>4</sup> Verificados pontos que careciam de significativos ajustes no projeto de Protocolo de Ações de Resposta elaborado por aquele país, sem os quais haveria comprometimento ao apoio solicitado, de forma a cumprir as melhores práticas internacionais e adequando-se às necessidades de cada EM, a fim de possibilitar uma eficaz cooperação.



Em 29 de outubro de 2019, na XI Reunião de DPDN da CPLP, foi distribuída pelo Brasil nova versão de documento/projeto de Protocolo, com o intuito de garantir a conclusão dos trabalhos sobre o Mecanismo, em tempo que permitisse a sua submissão ao processo de decisão da Componente de Defesa da CPLP em 2020, que foi suspenso devido à pandemia da Covid-19 e a aguardar, ainda, contributos dos Estados-Membros à referida nova versão.

Também na área da Saúde Militar o tema foi abordado nas reuniões do Fórum de Saúde Militar da CPLP (FSM/CPLP), que agrega responsáveis dos serviços de Saúde Militar dos Estados-Membros da Comunidade, e cuja coordenação cabe a Portugal, tendo sido reconhecida a importância de incluir uma componente de saúde militar, envolvendo recursos humanos dos vários países, nos Exercícios FELINO, e outras iniciativas com competências em Medicina de Catástrofe. Em novembro de 2018, na Fundação Champalimaud, ocorreram as II Jornadas de Defesa + Saúde, iniciativa do Ministério da Defesa Nacional de Portugal, subordinadas ao tema da Medicina de Catástrofe, com a presença de representantes de alguns dos Estados da CPLP no âmbito da sua participação no XVIII Encontro de Saúde Militar da Comunidade, na mesma ocasião.

Tendo presente as legislações nacionais sobre a matéria, afigura-se da maior relevância a receção atempada dos contributos de todos os Estados-Membros ao projeto de Protocolo em apreço e a articulação de procedimentos entre as áreas sectoriais competentes na CPLP e entre as diversas estruturas dos Estados, que possam ser empenhadas neste Mecanismo de resposta a catástrofes da Comunidade.

Na XII Reunião de DPDN da CPLP, realizada a 24 de novembro de 2020, por videoconferência, e quanto ao “Mecanismo de Resposta da CPLP a Situações de Catástrofe” o ponto de situação manteve-se relativamente inalterado, tendo sido avaliada a necessidade de garantir a conclusão dos trabalhos sobre o Mecanismo, em tempo, para que fosse possível a sua submissão ao processo de decisão XX Reunião de Ministros da Defesa (RMD), que se realizaria em julho de 2021.

Foi assim previsto o envio, até 29 de janeiro de 2021, de contributos a nova versão de documento/projeto de Protocolo distribuído pelo Brasil em 20 de novembro de 2020, via SPAD. Nesse calendário mantinha-se ainda premente conhecer ponto focal da Guiné Equatorial e de Timor-Leste para este GT, que deveriam ter sido indicados até ao final de novembro de 2020.



A 21 de maio de 2021, a 22.ª Reunião de Chefes de Estado-Maior-General ou Equiparados das Forças Armadas (CEMGFA) da CPLP, recomendou a aprovação do “Mecanismo de Ações das Forças Armadas da CPLP para a Cooperação Mútua em Situações de Catástrofe” e seus anexos.

Dias mais tarde, já no âmbito da XII Reunião de DPDN da CPLP, realizada a 31 de maio de 2021, por videoconferência, foi aprovada a possibilidade de levar a deliberação da XX RMD um projeto de declaração para aprovação do “Mecanismo de Ações das Forças Armadas da CPLP para cooperação mútua em situações de catástrofe”. Nessa ocasião, o SECPLP propôs que a declaração final desse órgão reconhece o “diálogo interinstitucional entre órgãos da CPLP”, aludindo aos esforços em curso em vários setores da CPLP e preconizando a otimização dos mecanismos de cooperação existentes em cenários de emergência e a capitalização das capacidades dos Estados-Membros em prol de respostas coordenadas, rápidas e eficazes.

Esta proposta não mereceu consenso, tendo sido considerado que deveria ser prestada informação verbal à RMD mas sem alusão ao tema no projeto de declaração.

A XX RMD realizou-se a 1 de junho de 2021, em formato de videoconferência, e aprovou a declaração e o “Mecanismo de Ações das Forças Armadas da CPLP para cooperação mútua em situações de catástrofe”, cujo enquadramento consta da documentação circulada com a NV 521/GSE/CPLP/21, remetida pelo SECPLP, a 13 de julho de 2021.

Em termos resumidos, o Mecanismo pretende promover a “cooperação entre as Forças Armadas dos Estados-Membros da CPLP, por meio de seus Ministérios da Defesa ou equivalentes, para ações coordenadas de resposta a situações de catástrofes, por iniciativa direta ou pela articulação junto aos organismos nacionais responsáveis. Tem como base os princípios da soberania e do direito humanitário internacional, ressaltando o espírito de solidariedade entre os povos, a valorização da vida humana e o respeito à cultura e às diferenças entre as pessoas. O Mecanismo constitui-se em um instrumento de colaboração voluntária, não implicando em obrigações de Estado, nem tampouco lhe é atribuído o status de organização de caráter internacional permanente ou não”.

Sendo o setor da defesa o mais avançado na constituição dos seus mecanismos, o SECPLP contactou, a 17 de dezembro de 2021, a Coordenação do Secretariado Permanente do Setor da Defesa, para indicação de um ponto focal para participação numa reunião de articulação com o setor da saúde e administração interna.

## **4. SETOR DA EDUCAÇÃO**

### **4.1. Instrumentos:**

A Reunião de Ministros da Educação da CPLP, reconhecendo a importância de uma atuação proativa e concertada para a recolha de informação sobre a forma como os sistemas educativos estariam a fazer face aos desafios resultantes da pandemia COVID19, tem procurado impulsionar eventos para partilha de informação, tendo em vista a identificação de possíveis formas de cooperação no contexto da CPLP. Neste sentido, foram realizados três eventos, entre junho de 2020 e março de 2022:

- Reunião Técnica de Pontos Focais da Educação da CPLP sobre «Educação em Tempos de Emergência na CPLP», que teve lugar em 4 de junho de 2020, em plataforma eletrónica, com o objetivo de partilhar informação, identificar atividades conjuntas e debater assuntos relacionados com a educação em contexto de emergência, assente em padrões de referência a serem identificados conjuntamente e tendo em conta as especificidades dos contextos nacionais, cuja ata com proposta de recomendações foi adotada pela XI RMED CPLP;
- Conferência Internacional «O Ensino da Literacia e a Aprendizagem durante e após a Crise da Covid-19, no Espaço da CPLP», realizada no dia 11 de setembro de 2020, em plataforma eletrónica. A sessão de abertura presidida pelo Secretário de Estado de Educação de Cabo Verde e pelo Secretário Executivo da CPLP contou com a presença da representante da Comissão Nacional da UNESCO de Cabo Verde, apresentações dos Peritos dos Estados-Membros e ampla participação técnica e do público em geral, com recurso a plataformas virtuais, e cujas conclusões foram adotadas pela X RMED. Participaram neste encontro peritos nacionais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. As conclusões desta Conferência foram adotadas pela XI RMED.

#### **4.2. Desenvolvimentos:**

A XI Reunião de Ministros da Educação da CPLP, realizada a partir da Cidade da Praia, em plataforma eletrónica, a 18 de novembro de 2020, reconhecendo que *«o contexto pandémico imposto pela Covid-19 representa um desafio para os sistemas educativos dos Estados membros, relevando a necessidade de identificação de iniciativas que promovam a atuação conjunta no plano da cooperação multilateral da CPLP nesta matéria»*, escolheram como tema da Ministerial *«A Educação nos Estados Membros da CPLP e o contexto da pandemia da COVID-19»*.

Esta escolha visou refletir a importância atribuída por este Setor *«aos impactos da pandemia nos sistemas nacionais de educação e formação e os desafios a enfrentar, que apelam ao aprofundamento do diálogo e à partilha de informação, tendo em vista uma atuação concertada no contexto da CPLP»*. Foi neste sentido que esta Reunião Ministerial destacou as iniciativas realizadas sectorialmente, com vista a contribuir para a recolha de informação e partilha de experiências de mitigação aos impactos da pandemia nos sistemas educativos.

Constitui a deliberação 1 da Declaração Final da XI RMED *«a inclusão do tema da Educação em contexto de emergência na CPLP como ponto de agenda para adoção de uma estratégia comum e como eixo prioritário do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no Domínio da Educação da CPLP para o período de 2021 a 2026»*, encontrando-se a Reunião Técnica dos Pontos Focais da Educação mandatada para, em estreita articulação com o Secretariado Executivo, incluir a *«Educação em contexto de emergência na CPLP»* como um eixo do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral de Educação da CPLP (2022-2026).

Para cumprimento do mandato ministerial, teve lugar no dia 10 de março de 2022, a I Reunião do Grupo de Trabalho que colaborará na elaboração da proposta de objetivos específicos e atividades do *«Eixo Estratégico 8. Educação em Tempos de Emergência na CPLP»*, com a participação dos Pontos Focais da Educação, e seus representantes, de:

- Angola, Aldo Sambo e respetiva delegação angolana, que coordena os trabalhos no âmbito da PPT;
- Brasil, Maria Francisca Trujillo e respetiva delegação brasileira;
- Cabo Verde, Wilson Moreno e respetiva delegação cabo-verdiana;
- Guiné-Bissau, Mamadu Bá;
- Moçambique, Benedita Manjate e respetiva delegação moçambicana;
- Portugal, Ana Sofia Viegas;

- Timor-Leste, Lúcia Vieira.

A reunião teve como principais pontos de agenda a partilha de informação sobre:

- A «Educação em Tempos de Emergência nos contextos nacionais dos Estados-Membros da CPLP»;
- A Resolução sobre o Reforço da Cooperação na CPLP em Situações de Emergência" (adotada pela XXV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, 2020);
- A Nota informativa "Reforço da Cooperação da CPLP em Situações de Emergência" (SECPLP, março de 2022);
- A "Página CPLP COVID19 - <https://www.cplp.org/id-4961.aspx>"

De igual forma, a reunião incidiu sobre a identificação de atividades que integrarão o Eixo Estratégico 8. Educação em Tempos de Emergência na CPLP, do Plano Estratégico e Plano de Ação Bienal da Educação 2022-2024, incluindo a integração do Ponto Focal da Educação do Estado membro que detenha a PPT da CPLP no "Grupo Alargado para Otimização da Utilização dos Mecanismos Setoriais Existentes de Cooperação em Cenários de Emergência e Reforço do Diálogo Multidisciplinar CPLP".

A II Reunião Extraordinária de Ministros da Educação da CPLP, para aprovação do Plano Estratégico de Cooperação em Educação, incluindo o Eixo Estratégico 8. Educação em Tempos de Emergência na CPLP, e respetivo Plano de Ação (2022-2026), terá lugar no dia 31 de março de 2022, a partir de Luanda, em plataforma digital, conforme Notas Verbais já remetidas pela Presidência Angolana da Reunião de Ministros da Educação da CPLP aos seus homólogos. A Reunião Ministerial contempla ainda uma mesa-redonda com o tema: "O desafio da reorganização curricular com vista à garantia das aprendizagens em tempos de emergência na CPLP".

## **5. REFLEXÃO SOBRE OS PRÓXIMOS PASSOS**

No seguimento das deliberações da XLII RPFC, de 12 e 13 de julho de 2021, o SECPLP aguarda que a Coordenação da RPFC, possa identificar uma data para realização de uma primeira reunião do Grupo de Trabalho do Mecanismo.

Recorde-se que, no quadro desta deliberação, se antecipava que a Coordenação da RPFC pudesse indicar, até ao final de setembro de 2021, uma proposta de data para a reunião do GT.

Tal deliberação previa, igualmente, que o SECPLP pudesse circular um ponto de situação sobre as atividades realizadas pelos “mecanismos de cooperação em cenários de emergência” definidos no espaço de decisão das Reuniões de Ministros da CPLP nos setores da Administração Interna, da Defesa e da Saúde.

Nesse contexto, o SECPLP circulou para conhecimento dos Estados-Membros versões anteriores da presente nota informativa, nomeadamente por via das NV 675, de agosto de 2021, NV 851, de outubro de 2021 e NV 1078, de 29 de dezembro de 2021.

Não tendo sido ainda obtida indicação do lado da Coordenação da RPFC sobre uma data para realização da primeira reunião do Grupo de Trabalho do Mecanismo, aqui se equaciona, a título de reflexão, uma proposta de trabalho que, eventualmente, poderia ser desenvolvida pelo SECPLP e que poderia passar pelos passos seguintes<sup>5</sup>:

- a) Articular com os setores acima listados (saúde, defesa, administração interna e educação) a ativação dos correspondentes grupos de trabalho e identificação de uma coordenação ou ponto focal, quando e se aplicável. Por exemplo, o setor da defesa já aprovou os seus instrumentos e o seu contributo pode ser dado como concluído;
- b) Estruturar com a coordenação destes grupos de trabalho o agendamento de uma primeira reunião, se necessário e de acordo com o estado de avanço em cada setor, até ao final do primeiro trimestre de 2022. Nesta primeira reunião seria vantajoso que fosse identificado um coordenador e as linhas gerais de orientação do grupo. Pondera-se que a coordenação destes grupos poderia ser mais bem acompanhada pelos Secretariados Técnicos Permanentes (ou estruturas equivalentes);
- c) Cada setor trabalharia autonomamente nas respetivas propostas até ao final de abril de 2022;
- d) Até ao final de maio de 2022, deveria ser agendada uma reunião dos coordenadores deste 4 GTs setoriais (ou com mais elementos se, entretanto, outros setores avançarem com deliberações neste contexto)

---

<sup>5</sup> Recorde-se que as fases de trabalho aqui propostas têm estados de avanço diferenciados em cada um dos setores.

para que, entre si, partilhem as informações e propostas resultantes da coordenação setorial desenvolvida;<sup>6</sup>

- e) As propostas resultantes dos 4 setores deveriam ser harmonizadas e integradas num documento único e sectorialmente coordenado, constituindo um subsídio técnico que deveria ser apresentado a reflexão e debate da Reunião dos Pontos Focais de Cooperação de julho de 2022, para a elaboração do “Documento Orientador”, que se prevê levar a aprovação de um órgão setorial competente da CPLP.

Esta dinâmica poderia ser mantida no futuro e poderia criar condições para o surgimento de um eventual mecanismo de cúpula, do tipo “mecanismo de coordenação”, que poderia ser alimentado com a informação proveniente dos setores, que definiria critérios de coordenação e coerência e que poderia contribuir para aumentar os níveis de prontidão de eventuais propostas de ação.

Tal proposta permitiria equacionar a manutenção da autonomia e dinâmica específica dos setores, que prosseguiriam as suas atividades de acordo com os seus respetivos calendários e prioridades, apresentando as suas propostas à estrutura ou órgão ao qual fosse atribuída a coordenação de cúpula.

Tal trabalho poderia ser realizado em rede e por via digital, numa plataforma de partilha, evitando criar encargos suplementares para os Estados-Membros.

---

<sup>6</sup> Está agendada para dia 28 de março, uma primeira reunião de coordenação entre o setor da saúde e o setor da defesa.





**CPLP**

Comunidade dos Países  
de Língua Portuguesa

**XLIII REUNIÃO ORDINÁRIA DOS PONTOS FOCALIS DE COOPERAÇÃO**

**FUNDO ESPECIAL DA CPLP**  
**Execução Financeira do Exercício 2021**

Lisboa, 15 e 16 março, 2021  
Direção de Administração e Finanças  
SECRETARIADO EXECUTIVO DA CPLP



## Resumo dos Fluxos Financeiros

Total de Recursos Disponíveis (final do ano)	€	5 848 854,73
Variação Anual dos Recursos (incremento)	€	1 034 050,03
Total de Contribuições Recebidas	€	1 645 478,92
Total de Recursos Executados (desembolsados)	€	500 122,29
Grau de Execução Financeira Global		17%
Número de Atividades com Recursos Disponíveis		46
Número de Atividades que Implicaram Execução Financeira		26
Número de Atividades que Não Registaram Execução Financeira		19





## Quadro Global por Grupos / Rubricas

ATIVIDADES	SALDO EM 01/01/2021	MOVIMENTO JANEIRO A DEZEMBRO			R. DISPONÍVEIS	
		REAFETAÇÕES	CONTRIBUIÇÕES	EXECUÇÃO	R. LIVRES	31/12/2021
A. Atividades de Cooperação da CPLP	2 910 369,34	205 562,90	1 000 000,00	149 727,19	50 000,00	3 916 205,05
B. Outras Atividades de Cooperação	92 695,26	299 860,19	-	199 557,94	-	192 997,51
C. Atividades Político-Diplomáticas	53 455,76	-	-	24 184,67	-	29 271,09
D. Recursos Reserva Consignação Futura	1 724 022,84	- 569 299,36	620 964,57	124 051,80	61 306,60	1 590 329,65
E. Reserva de Recursos Livres	17 296,57	63 876,27	24 514,35	-	-	105 687,19
F. Campanha Juntos Contra Fome	-	-	-	-	-	-
G. Identificação e Monitorização	16 964,93	-	-	2 600,69	-	14 364,24
<b>TOTAL</b>	<b>4 814 804,70</b>	<b>-</b>	<b>1 645 478,92</b>	<b>500 122,29</b>	<b>111 306,60</b>	<b>5 848 854,73</b>



## CONTRIBUIÇÕES

ATIVIDADES	CÓDIGO	EUROS
A ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO DA CPLP		
A3 Cultura		
Programa CPLP Audiovisual 3	J202101	1 000 000,00
D RECURSOS COM RESERVA DE CONSIGNAÇÃO FUTURA		
Contribuições do Brasil	CONSIG002	113 065,99
Contribuições de Portugal	CONSIG004	500 000,00
Contribuições da República Checa	CONSIG010	7 898,58
E RESERVA DE RECURSOS LIVRES		
Receita de Limites de Consignação		24 484,70
Juros Vencidos em 2021		29,65
<b>TOTAL</b>		<b>1 645 478,92</b>

Atividades

com

Execução

Financeira

(26)

SETOR	ATIVIDADES	CÓDIGO	EXECUTADO (€)	
A1	Ambiente	Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países de L.P.	PR57LIS13	19 465,29
		CIICLAA - Centro Internacional de Investigação Climática e Aplicações - CPLP e África	PR83MN19	1 830,89
		VI Congresso Internacional de Educação Ambiental Países e Comunidades de L.P.	AP54LIS20	21 802,07
		Ambiente - Contribuições do Ministério do Ambiente	COOPPT001	4 641,82
A2	Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Alterações Climáticas	COOPPT020	10 600,00
		Redes de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES)	PR52MAP12	42,40
A3	Cultura	Repositório Científico da CPLP / Portal de Acesso Aberto da CPLP	PR69DIL15	51 261,42
		Portal da Cultura da CPLP	PR82SAL18	2 712,54
A4	Direitos Humanos e Boa Governação	Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP - Fase 8	PR75BRS16	4 962,66
		Programa Capacitação Laboratórios Engenharia p/Apoio à Boa Governação e C. Sust.	PR80LIS19	7 543,82
A8	Juventude e Desportos	Plano de Ética no Desporto na CPLP	PR76LIS17	329,13
A10	Segurança Alimentar e Nutricional	Projeto AKKV (MOZ): Des. Boas Práticas Agro-Ecológicas e Ed.Nutric. Zandamela	H2014027	3 611,63
		Projeto PLATONG (CV): Técnicas Produção, Transf. e Conservação Produtos Agropec	H2014028	- 87,58
		Projeto ACGB (GB): No Nutrison, No Vida	H2014030	22 252,37
A11	Turismo	PECTUR – Plano Estratégico de Cooperação em Turismo da CPLP	COOPPT021	- 1 282,60
A20	Trabalho e Assuntos Sociais	2016 - Ano CPLP Contra o Trabalho Infantil	AP42DIL15	41,33
B	Outras Ativid. Cooperação	Apoio a Situação de Emergência pelo Ciclone Idai - Moçambique	POLDIP012	89 015,49
		Criação do Espaço CPLP em Moçambique	POLDIP013	29 365,39
		Diálogos CPLP - Cimeira das Nações Unidas para Sistemas Alimentares Sustentáveis	POLDIP014	57 662,79
		Programa Apoio à Integração GE (PAIGE)	POLDIP015	23 514,27
C	Atividades Político-Diplomáticas	Apoio à Realização Curso Formação Diplomatas Países em Desenv. da CPLP - IRB	COOPBR014	5 074,44
		Curso de Português para Diplomatas Africanos	COOPBR030	19 110,23
D	Rec. Reserva Consignação Futura	Contribuições do Brasil	CONSIG002	105 432,90
		Contribuições da República Checa	CONSIG010	17 490,00
		Monitoramento dos Projetos Apoiados pelo Brasil no âmbito da CPLP	AP06LB06	1 128,90
G	Identificação e Monitorização	Avaliação e Monitorização de Projetos	IMO003MON	2 600,69
TOTAL				500 122,29



## Sem Execução Financeira

ATIVIDADES		CÓDIGO	DISPONÍVEL (€)	
Ambiente	Contribuições do Instituto da Água (organismo português)	COOPPT007	9 109,52	2018
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Portal do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP	PR66DIL15	8 317,93	2020
	TCTC: Terminologias Científicas e Técnicas Comuns da Língua Portuguesa	PR71DIL15	48 975,08	2020
Cultura	II Feira do Livro da CPLP	I2016002	22 062,13	2015
	Capital da Cultura da CPLP	I2016003	25 979,99	2015
Direitos Humanos e Boa Governação	Projeto Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP	PR56LIS13	26 806,82	2020
	Programa Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais PALOP 2019-2022 INE	PR80LIS19	534 725,61	2020
Educação	Oficina Capacitação p/ Boas Práticas Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos	AP53SAL18	24 835,80	2019
Juventude e Desportos	Projeto Capoeira: Formação Técnico-Profissional e Cidadania	PR49LIS12	176 372,94	2018
Segurança Alimentar e Nutricional	Diretrizes de Apoio à Agricultura Familiar	H201603	13 952,18	2018
	Projeto COAJQQ (GB): Apoio a Jovens Agricultores Cacheu	H2014029	3 207,43	2020
Mares	Portal dos Mares	COOPTL002	1 568,48	2019
Trabalho e Assuntos Sociais	Apoio ao Desenvolvimento da Produção Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fase 3	PR41LB11	56 158,87	2017
	Apoio à Instalação, Manutenção e Estruturação da Embaixada Guiné-Bissau em Brasília	COOPBR018	4 123,38	2016
Atividades Político-Diplomáticas	Apoio ao Processo Eleitoral na República da Guiné-Bissau	COOPBR026	674,43	2014
	Estágio de Diplomatas dos Estados Membros	COOPBR031	5 765,64	2020
Rec. com Reserva de Consignação Futura	Contribuições de Angola	CONSIG001	538,35	2018
	Contribuições da República Eslovaca	CONSIG011	5 000,00	2017
	Cooperação CPLP/Guiné-Bissau: Fundo Aprovado 97ª Reunião Extraordinária do CCP	POLDIP010	423 788,96	2017
<b>TOTAL</b>			<b>1 391 963,54</b>	





ATIVIDADES	CÓDIGO
CIICLAA - Centro Internacional de Investigação Climática e Aplicações - CPLP e África	PR83MN19
Meninos de Rua - Fase 4	PR78LIS18
6ª Reunião da Rede de Institutos Nacionais de Administração Pública e equivalentes	AP48LIS18
Formação para a Inclusão Feminina - Projeto "É Hora"	PR77LIS17
Portal Conexão Lusófona - Fase 3	PR79LIS18
Beneficiação do Liceu de São Tomé para os XI Jogos Desportivos da CPLP	AP47LIS18
Plataforma SKAN CPLP - Fase 2	PR73BRS16
Plataforma SKAN CPLP - Organização de Evento SKAN 2019 - INOVISA	PR81LIS19
Projeto AAN (CV): Promoção Desenv. Agropecuária Familiar no Vale da Ribeira de Vinha	H2014024
Projeto HELPO (STP): Nutrição e Saúde Escolar: Boas Práticas a Partir da Infância	H2014026
Projeto AKKV (MOZ): Desenv. Boas Práticas Agro-Ecológicas e Ed.Nutricional Zandamela	H2014027
Estudos Comparados da Legislação dos Países da CPLP s/ Direitos de Autor	I2016001
Novas Instalações do Secretariado Executivo	POLDIP003
Apoio a Situação de Emergência pelo Cidone Idai - Moçambique	POLDIP012
Criação do Espaço CPLP em Moçambique	POLDIP013

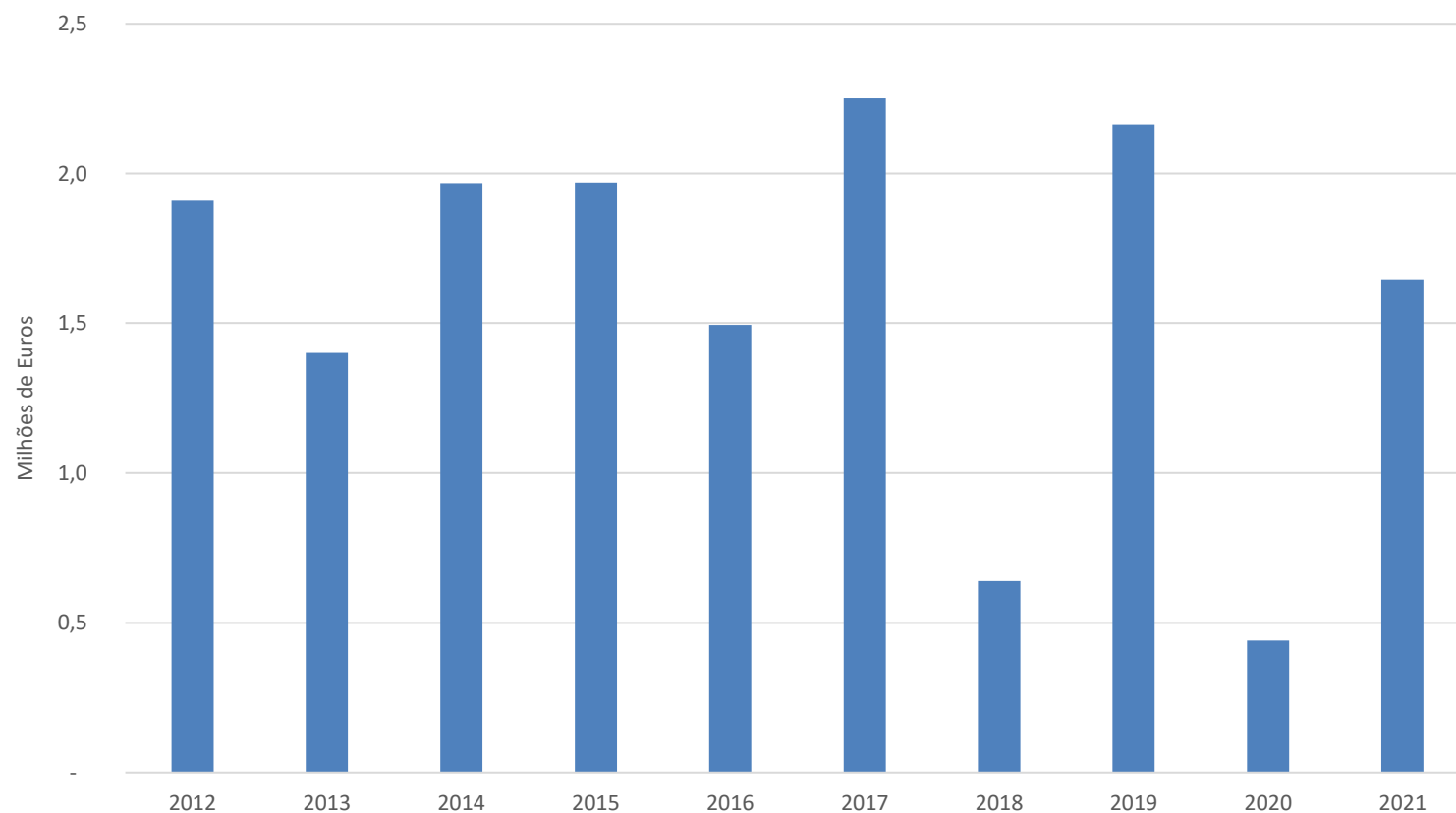


## RECURSOS LIVRES

FONTE		EUROS
De Limites de Consignação - 2020		105 687,19
Reserva para reforço do PAIGE (250ª CCP 03/03/22)	-	35 421,24
De Limites de Consignação - 2021 (a transitar para 2022)		111 306,60
<b>TOTAL</b>		<b>181 572,55</b>

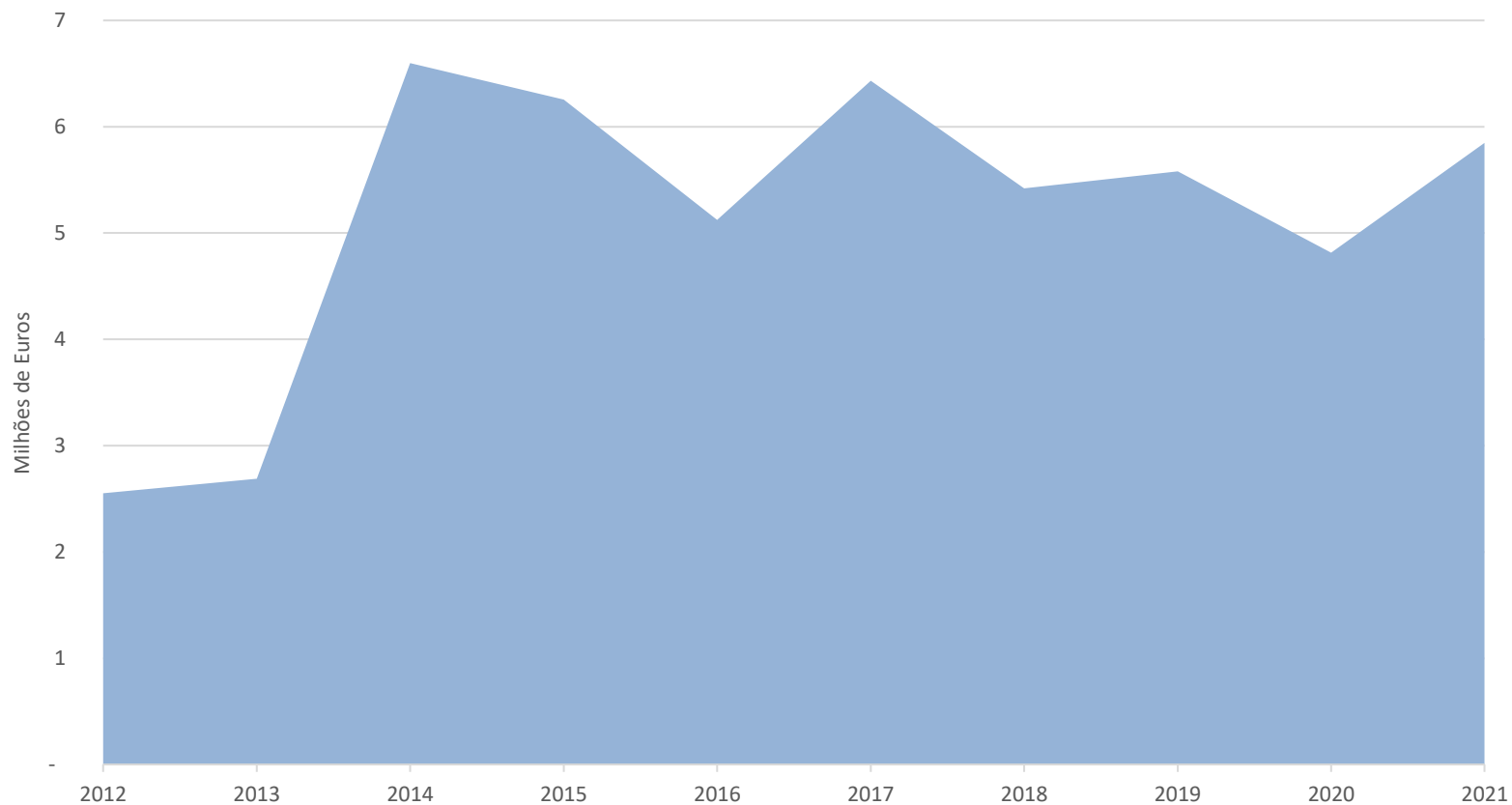


### Contribuições Recebidas





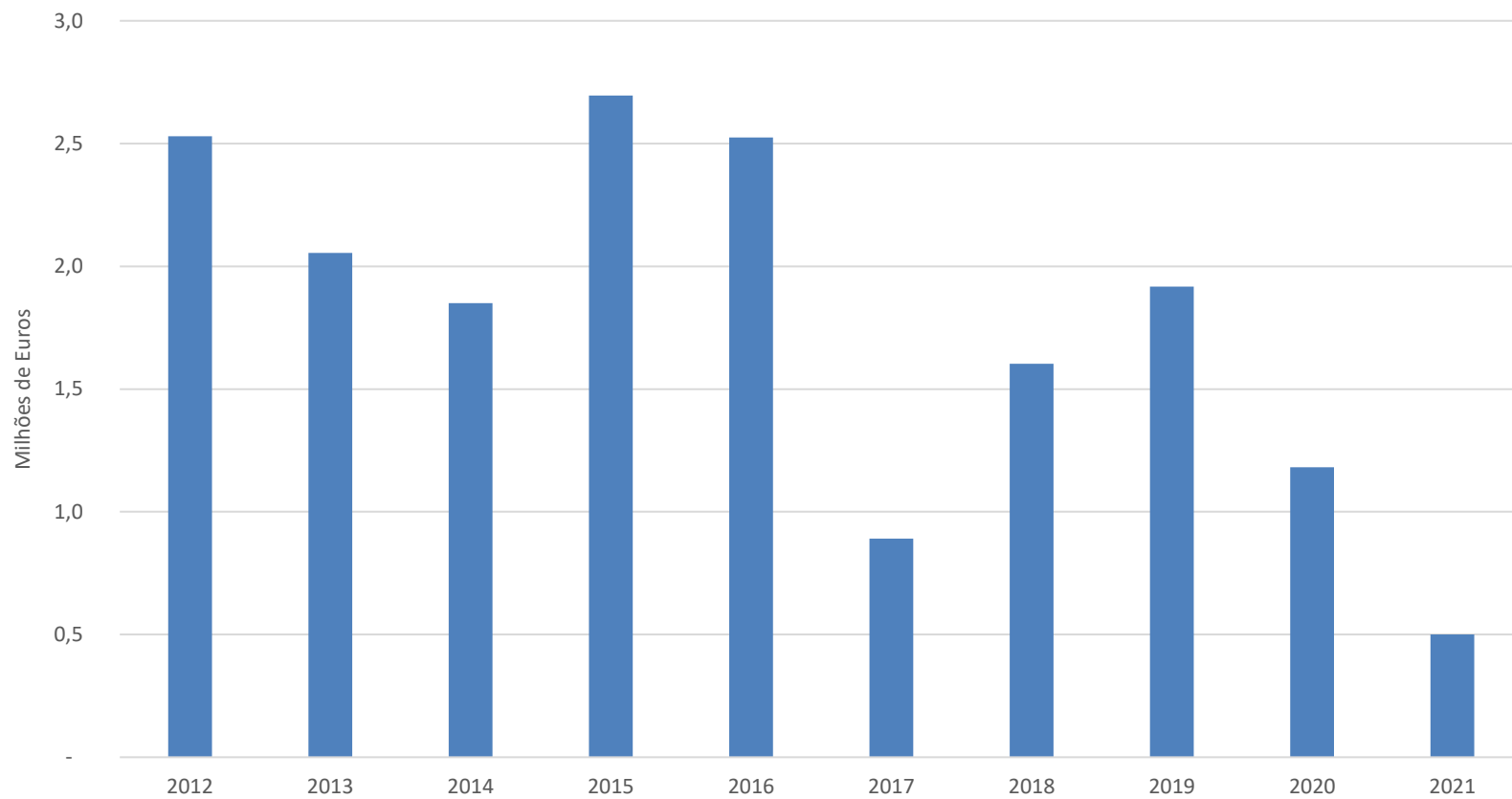
### Recursos Disponíveis







### Recursos Executados



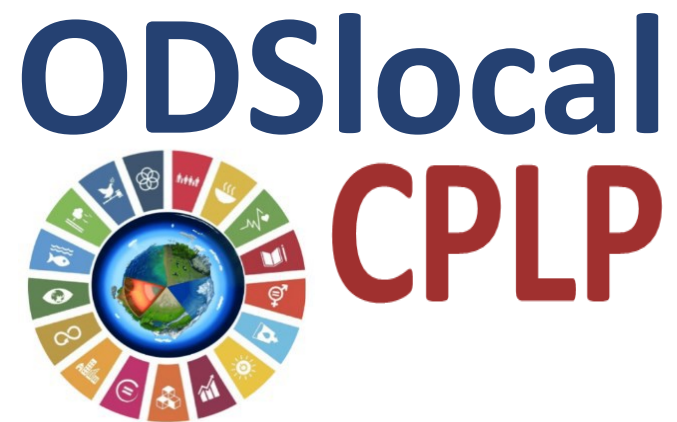


**CPLP**

Comunidade dos Países  
de Língua Portuguesa

**FIM**

*Obrigado pela Atenção.*



Plataforma colaborativa para a Agenda 2030  
na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

João Guerra

[joao.guerra@campus.ul.pt](mailto:joao.guerra@campus.ul.pt)



## PONTO DE PARTIDA...

### Desenvolvimento Sustentável

Opções estratégicas de cooperação e os objetivos programáticos da CPLP

- Incentivos**
- Participação pública,
  - Multiplicação de parcerias,
  - Capacidade de monitorização

ALINHAMENTO

**Agenda 2030 da ONU**  
**Agenda 2063 da UA**

O ODSlocal CPLP procura responder aos mesmos reptos através de:

1

Criação de equipas nacionais robustas e motivadas

2

Recolha e construção de indicadores de referência

3

Recenseamento e divulgação de boas-práticas e casos exemplares

4

Mobilização e capacitação de comunidades e atores-locais para os ODS

5

Criação de autonomia local e viabilidade futura (sustentabilidade) do projeto

## ODSlocal CPL - Três países ( várias comunidades locais) para um projeto piloto:

- Angola



Centro de Pesquisa em Políticas  
Públicas e Governação Local da  
Universidade Agostinho Neto

- Cabo Verde



Universidade  
de Cabo Verde

- S. Tomé e  
Príncipe



Universidade de  
São Tomé e Príncipe

Numa **primeira fase** estão prevista ações de formação destes parceiros nacionais que, posteriormente, serão alargados a outros beneficiários indiretos do projeto

O que se pretende é que, lideradas pelas Universidades Nacionais, equipas assentes nas comunidades locais sejam capazes de assumir o processo de monitorização e envolvimento na Agenda 2030

**INSTAURAR UM MODELO DE GOVERNANÇA ALTERNATIVO QUE PROCURE SEGUIR OS PRINCÍPIOS DA AGENDA 2030 E DOS ODS**



É ao NÍVEL LOCAL que os problemas mais prementes se põem na contemporaneidade

**GOVERNAÇÃO DE PROXIMIDADE**



Garantir informação fidedigna assente em indicadores de qualidade, abrangentes, rastreáveis, comparáveis

A experiência diz-nos que, ao nível local, **escasseiam indicadores**. Daí que seja objetivo do ODSlocal CPLP:

- Recolher e disponibilizar num PORTAL criado e adaptado às realidades dos vários países indicadores já produzidos pelas várias autoridades nacionais
- Compilar informação alternativa com base em Sistemas de Observação da Terra

- i) facilitar uma análise mais precisa das realidades locais
- ii) colmatar deficiências de recursos e falhas de informação relativamente comuns
- iii) capacitar as diferentes entidades nacionais produtoras de indicadores estatísticos



O mapeamento de **BOAS-PRÁTICAS MUNICIPAIS** e **PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA SOCIEDADE CIVIL** é uma das tarefas propostas para, de acordo com critérios a estabelecer pelas equipas nacionais, complementar os indicadores de referência com informação mais específica

# Mobilização e capacitação de comunidades e atores locais

- Pretende-se promover a **capacitação** dos beneficiários finais no domínio das **metodologias de envolvimento e de mobilização** de atores-chave
- Assegurar o seu **envolvimento responsável e autónomo** e estimular a constituição de **futuras parcerias** para a construção de **redes locais de sustentabilidade**
- As sessões deverão realizar-se, tanto quanto possível, **presencialmente** e resultarão em “**Agendas 2030 Locais**” para as áreas-piloto a selecionar pela equipas nacionais

## Laboratórios de Sustentabilidade



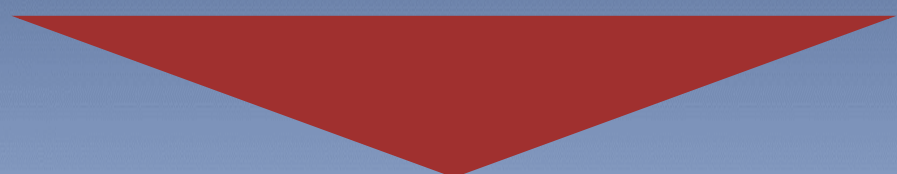


## São objetivos do ODSlocal CPLP:

- contribuir para uma efetiva transição societal assente em processos locais
  - com capacidade de replicação ao nível nacional e da CPLP
- promover a disseminação de resultados e sua discussão dentro e para além das fronteiras dos países piloto
  - fomentando a mobilização pública, a disponibilização de informação e a capacidade de monitorização

Sem, no entanto, descurar:

Que estas equipas, lideradas por **Universidades Nacionais**, sejam capazes de assumir o processo de **monitorização e envolvimento na Agenda 2030** ao nível local



**INSTAURAR UM MODELO DE GOVERNANÇA EFICAZ E CAPAZ DE PERMANECER PARA ALÉM DO PERÍODO DE VIGÊNCIA DE FINANCIAMENTO DO PROJETO**



Portal Municipal dos Objectivos de Desenvolvimento  
Sustentável.

<https://odslocal.pt/>

**OBRIGADO**

JOAO.GUERRA@CAMPUS.UL.PT

# SURE

## AFRICA

SUSTAINABLE URBAN RENEWAL-ENERGY EFFICIENT BUILDING FOR AFRICAN COUNTRIES



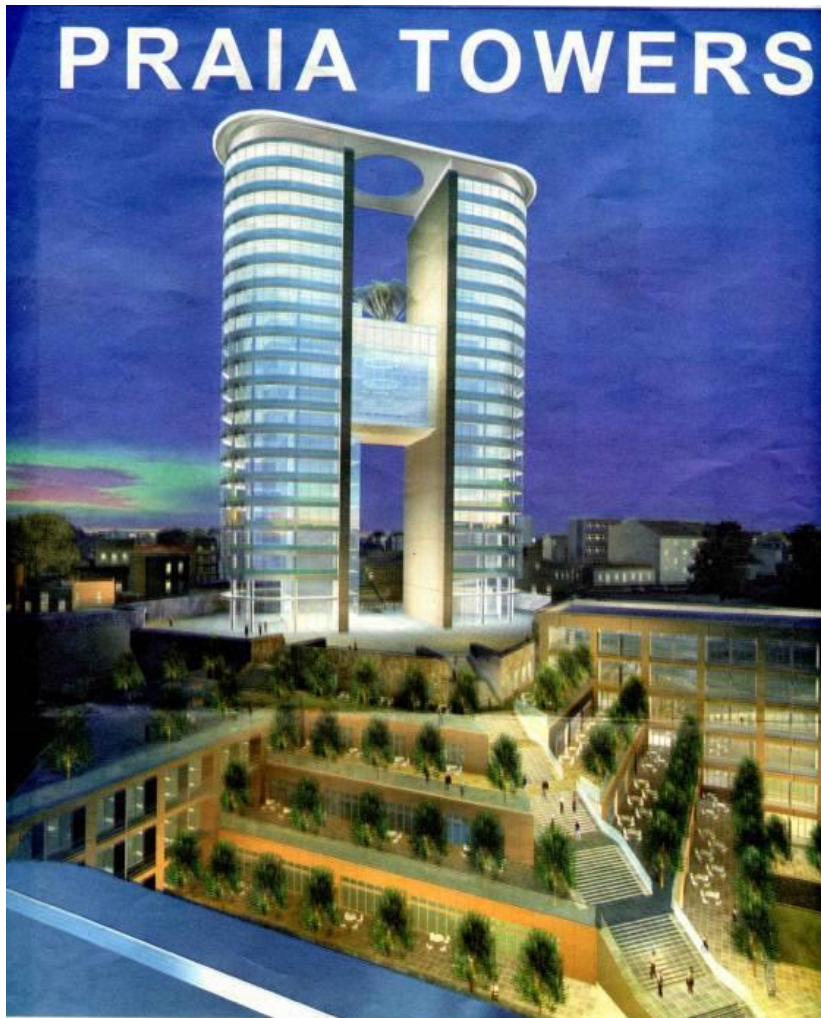


## COOPENER

M-EIA, Universidade Agostinho Neto, Universidade Eduardo Mondlane  
Ministério das Infraestruturas, Transportes e Comunicações da Guiné-Bissau  
Universidade Timor Lorosae, Ministério do Ambiente de São Tomé e Príncipe

Instituto Superior Técnico, University of Cambridge, Lund University



























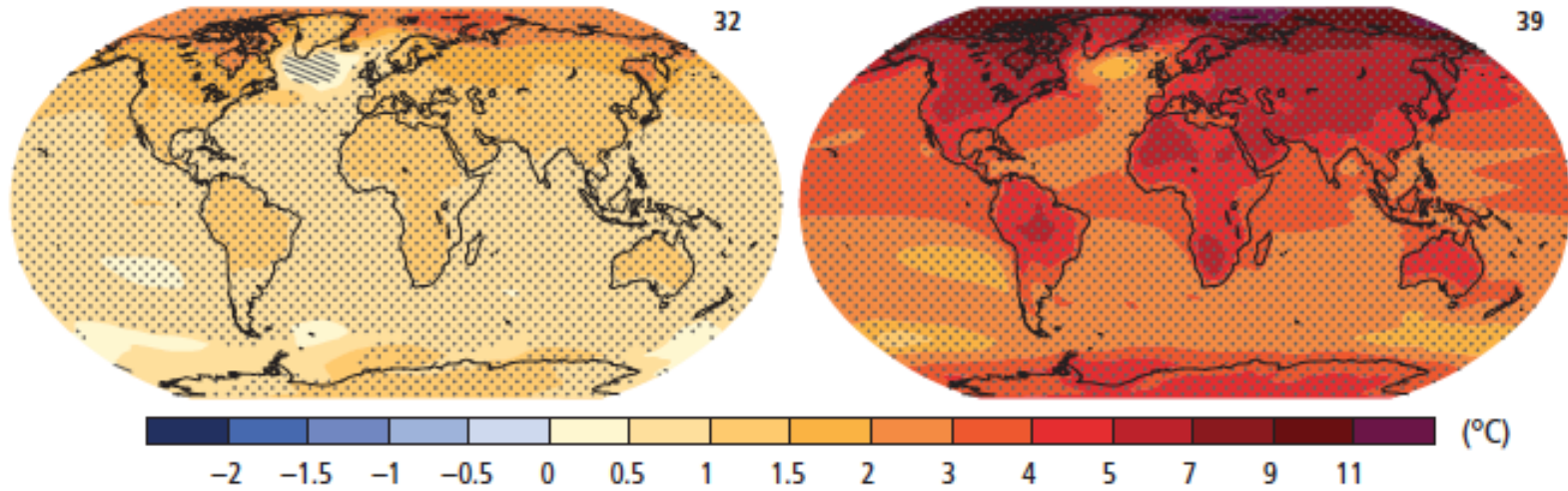




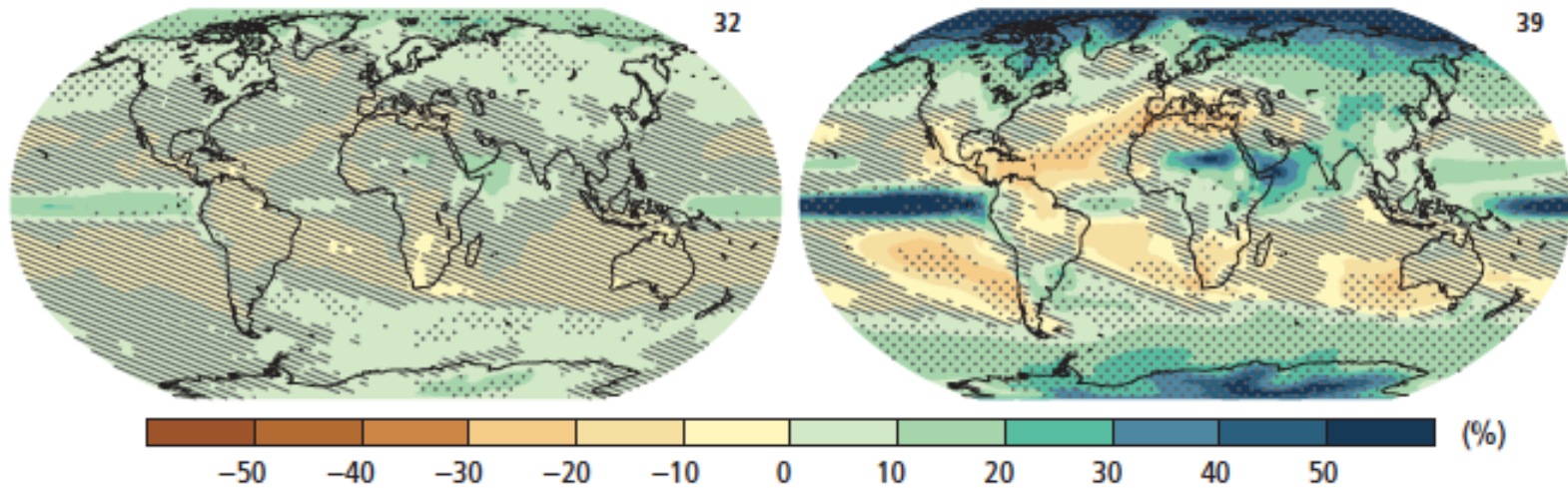




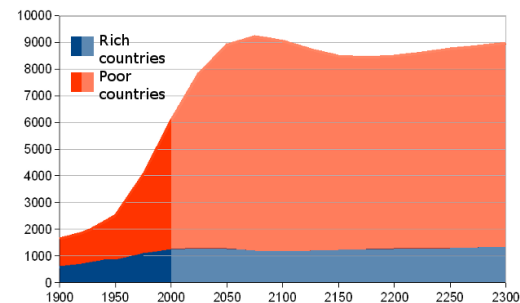
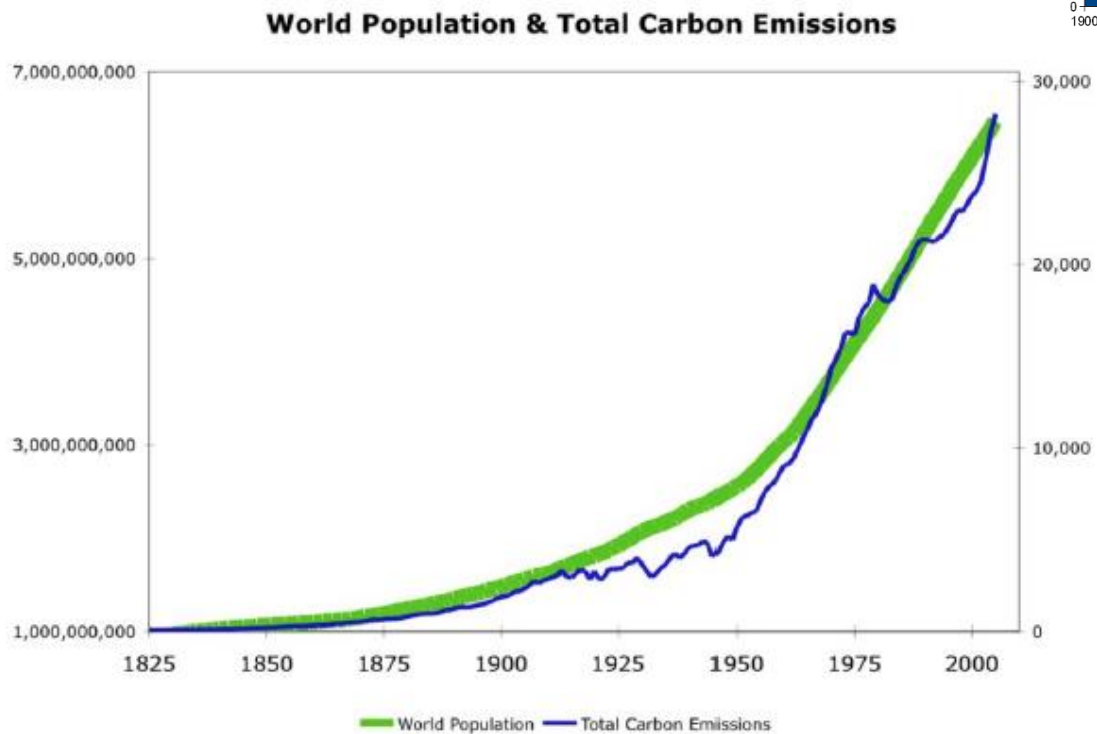
(a) **Change in average surface temperature (1986–2005 to 2081–2100)**



(b) **Change in average precipitation (1986–2005 to 2081–2100)**

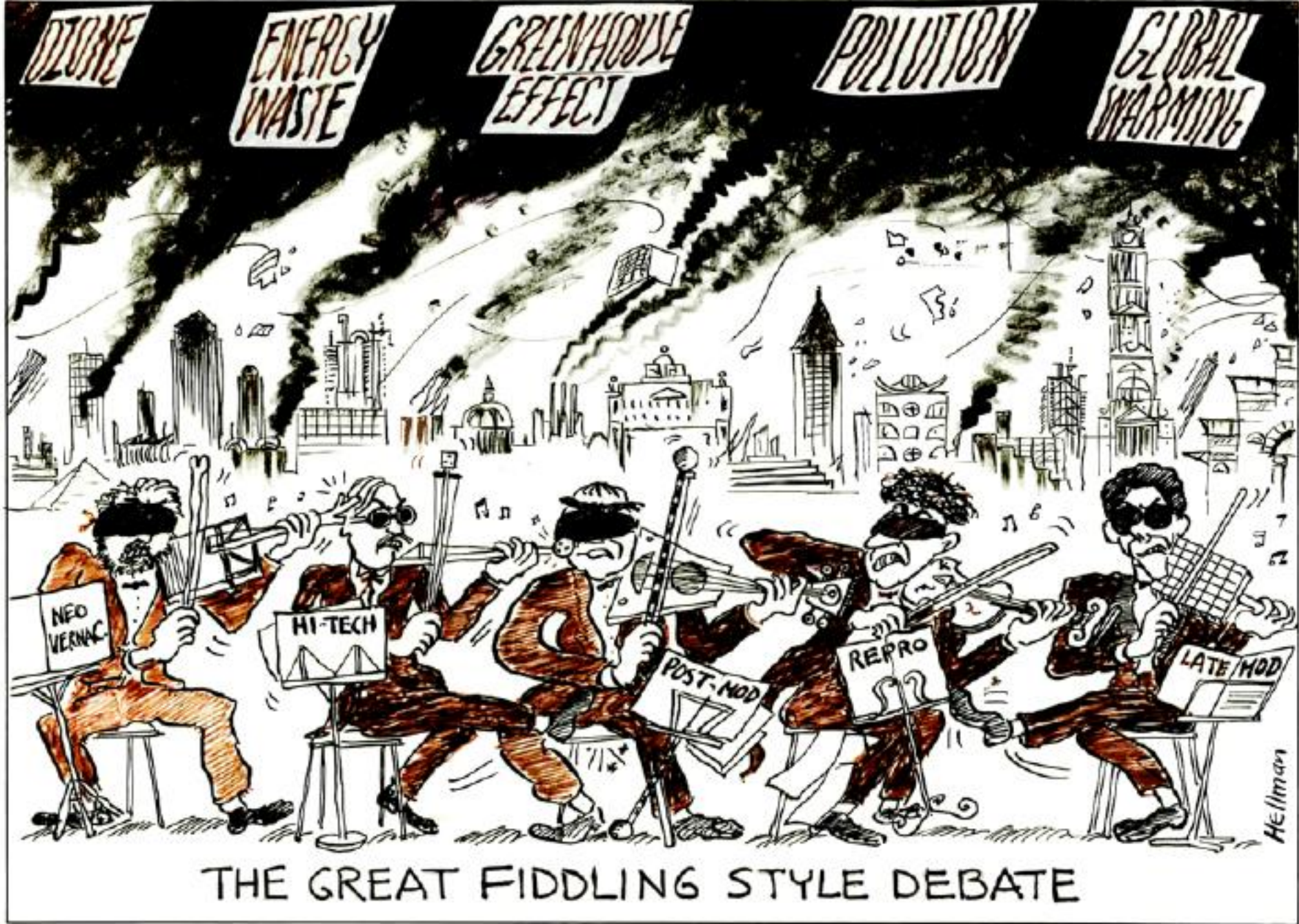


Previsto: aumento de 2.9°C – 3.4°C até 2100. Limiar crítico: 2°C  
Esquerda: Melhor cenário em 2100 (RCP2.6) Direita: Pior cenário (RCP8.5)  
From: IPCC Fifth Assessment Report (AR5), 2014



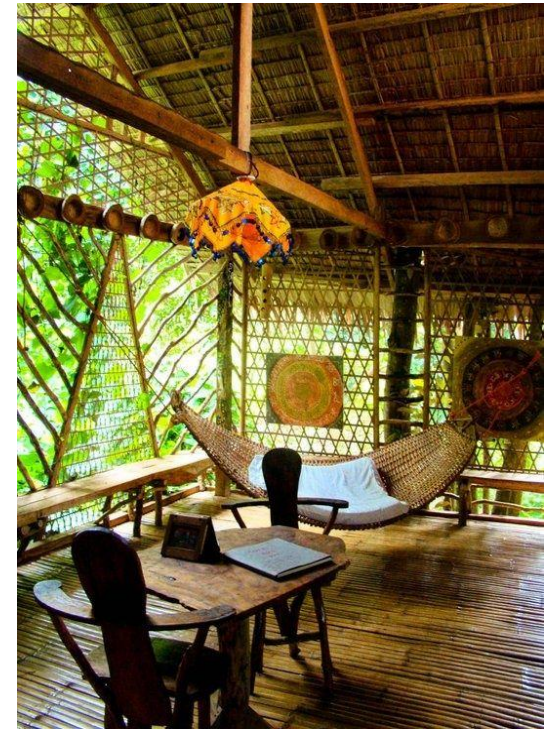
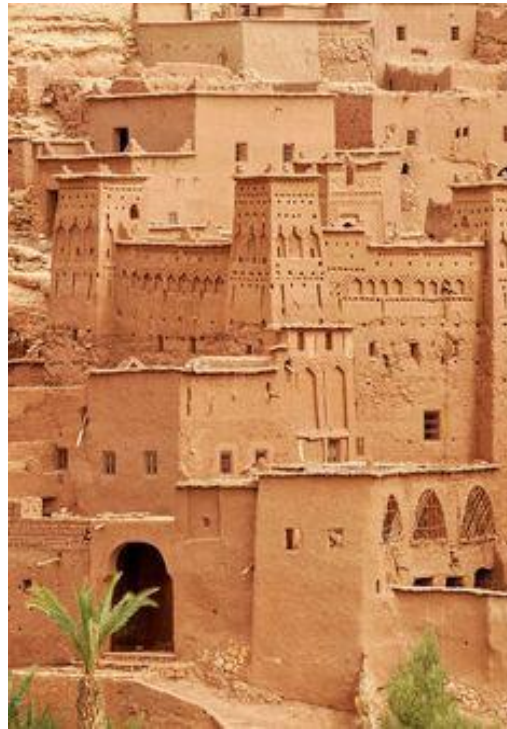
Estima-se que o planeta tenha recursos para cerca de 4 bilhões de habitantes a viver segundo padrões de consumo “ocidentais”...  
 From: United Nations 2004, World Population Growth





THE GREAT FIDDLING STYLE DEBATE





	COLD	HOT ARID	HOT HUMID
solar orientation	Light blue	Light yellow	Light green
compact form	Light blue	Light yellow	Light green
disperse form	Light blue	Light yellow	Light green
insulation	Dark blue	Light yellow	Light green
shading	Light blue	Light yellow	Light green
thermal inertia	Light blue	Light yellow	Light green
ventilation	Light blue	Light yellow	Light green























## A Eficiência Energética nos Edifícios Residenciais

Passamos 80% do nosso tempo em edifícios (habitações e serviços). E os edifícios precisam de energia para viver. Cerca de 22% do consumo global de energia final em Portugal é feita nos edifícios e este valor cresce a uma taxa de cerca de 4% ao ano.

A **Utilização Racional de Energia (URE)** consiste na procura da redução do consumo de energia para o mesmo nível de produção de bens, serviços e conforto. A URE assenta na mudança de atitude e comportamento em relação à energia utilizada em todas as fases de vida dos edifícios.

É natural que, desde a fase de projeto até à demolição, passando pela fase de utilização, cada edifício seja alvo de atenção especial com o objetivo de reduzir as necessidades energéticas e evitar emissões de gases com efeito de estufa, responsáveis pelas alterações climáticas.

Em termos práticos, a primeira medida de bom senso da URE é o **Consumo Evitado**. O recurso à iluminação natural elimina totalmente o consumo de energia para iluminação.

Deve-se procurar a **eficiência energética** utilizando equipamentos que, para mesma criação de valor, requerem menos energia. Uma lâmpada fluorescente consome menos que uma lâmpada incandescente para a mesma qualidade de iluminação.

Finalmente, mesmo um equipamento eficiente utilizado indevidamente consome energia: procure **Poupar Energia** apagando as luzes se não precisar de iluminação por exemplo.

Uma boa concepção do edifício permite evitar consumos futuros na fase de funcionamento, melhorando o conforto térmico e o bem-estar dos ocupantes. Implica uma adaptação ao clima local com recurso à **Arquitetura Bioclimática** (localização e orientação do edifício em relação ao sol, tipo de material adaptado ao clima que conservem o calor no inverno e impeçam a sua entrada no verão), aliada ao ajustamento à função dos

compartimentos dos edifícios modo de ocupação e operação (mas luz natural onde há mais elevação).

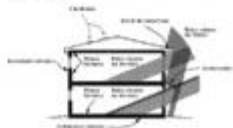
Para além da utilização destes sistemas, dita **Solar Passivo**, porque não necessitam de energia para funcionar, e de bom aproveitamento da massa térmica (um exemplo interessante são as antigas paredes das casas no Alentejo que mantinham a temperatura interior quase constante tanto no Inverno como no verão), é aconselhável o recurso às **Energias Renováveis** para aquecimento e para a produção de electricidade.

Durante o funcionamento, se o consumo energético for substancial, algumas medidas de URE impõem-se, nomeadamente a **Monitorização e Gestão** do consumo de energia.

O uso de **sensores de movimento ou temporizadores** é uma prática que deve se tornar comum em todos os edifícios.

Outras medidas em que deve pensar:

- ✓ As árvores providenciam proteção em dias de vento forte e sombra
- ✓ O **sentimentamento** e particularmente útil nas fachadas poente e nascentes;
- ✓ Usar um bom material de isolamento no envólupio exterior;
- ✓ Coberturas com um revestimento de baixa absorção de radiação solar;
- ✓ Utilizar iluminação natural (clarabóias) e janelas com sombreiros e ventilação natural;
- ✓ Uso de equipamentos centralizados de alto rendimento.



## A Eficiência Energética nas Empresas

A **Utilização Racional de Energia (URE)** consiste na procura da redução do consumo de energia para o mesmo nível de produção de bens, serviços e conforto.

A prática da URE é, na maioria dos casos, uma atividade com impacto positivo tanto a nível da redução da factura energética, como no aumento da competitividade e imagens de marketing da empresa.

Os custos envolvidos são, geralmente, inferiores à expansão da oferta de energia e, mesmo quando seja necessário alterar processos ou substituir equipamentos, as taxas de rentabilidade são interessantes, garantindo uma economia na ordem dos 5% a 15%.

A prática da URE assenta na mudança de atitude e comportamento em relação à energia utilizada nos processos da empresa. A **Gestão de Energia** deve ser integrada e valorizada na actividade normal de gestão da empresa, mesmo que, globalmente, o peso da factura energética não seja relevante. Isto porque os benefícios vão muito além da simples redução da factura energética.

A redução da **Demanda Energética**, a redução da **Intensidade Energética** do país e a redução das **Emissões de Poluentes** associadas à conversão de energia são algumas vantagens globais da URE.

A URE melhora o **Tempo de Vida Útil** dos equipamentos permitindo uma economia nos custos do ciclo de vida dos equipamentos.

A implementação de um **Sistema de Gestão de Energia (SGE)** segue os seguintes passos:

1. Identificação, Caracterização e Quantificação dos consumos (**Auditoria Energética**);
2. Elaboração de um **Plano de Racionalização dos Consumos de Energia (PRCE)** com objetivos claros e quantificados;
3. **Acompanhamento** da aplicação do PRCE, aperfeiçoamento de medidas.

Em termos práticos, a primeira medida de bom senso da URE é o **Consumo Evitado**. O recurso à iluminação



natural elimina totalmente o consumo de energia para iluminação.

Deve-se procurar a **eficiência energética** utilizando equipamentos que, para mesma criação de valor, requerem menos energia. Uma lâmpada fluorescente consome menos que uma lâmpada incandescente para a mesma qualidade de iluminação.

Finalmente, mesmo um equipamento eficiente utilizado indevidamente consome energia: procure **Poupar Energia** apagando as luzes se não precisar de iluminação por exemplo.

A realização de **Ações de Informação e Sensibilização e de Formação Técnica** permite garantir o envolvimento de todo o pessoal da empresa e o sucesso das medidas.

Algumas medidas de Eficiência Energética nos serviços e indústria:

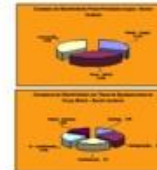
**Motores Eléctricos:** dimensionamento adequado, utilização de Variadores Electrónicos de Velocidade, manutenção, optimização e automatização do funcionamento;

**Automatização:** utilização de motores de alto rendimento, dimensionamento adequado, optimização e automatização do funcionamento, isolamento;

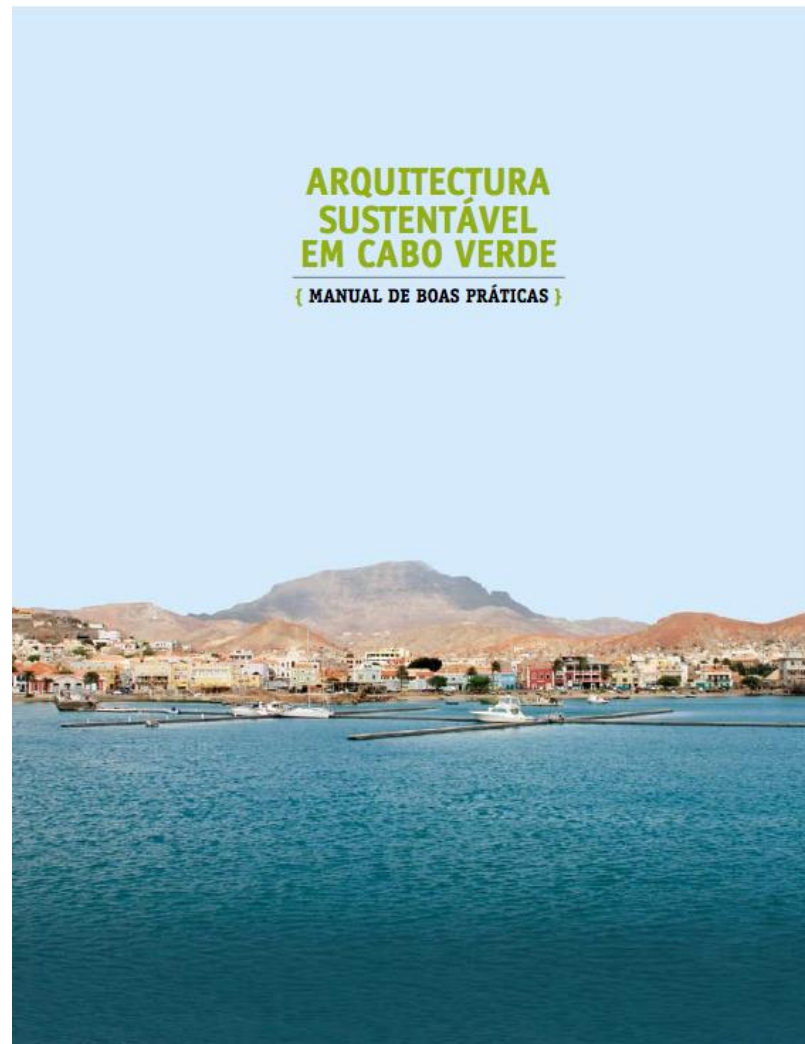
**Iluminação:** recurso à iluminação natural, uso eficiente da iluminação, lâmpadas eficientes, balastos electrónicos, controlo automático.

**Outros equipamentos escritório:** evitar consumo stand by.

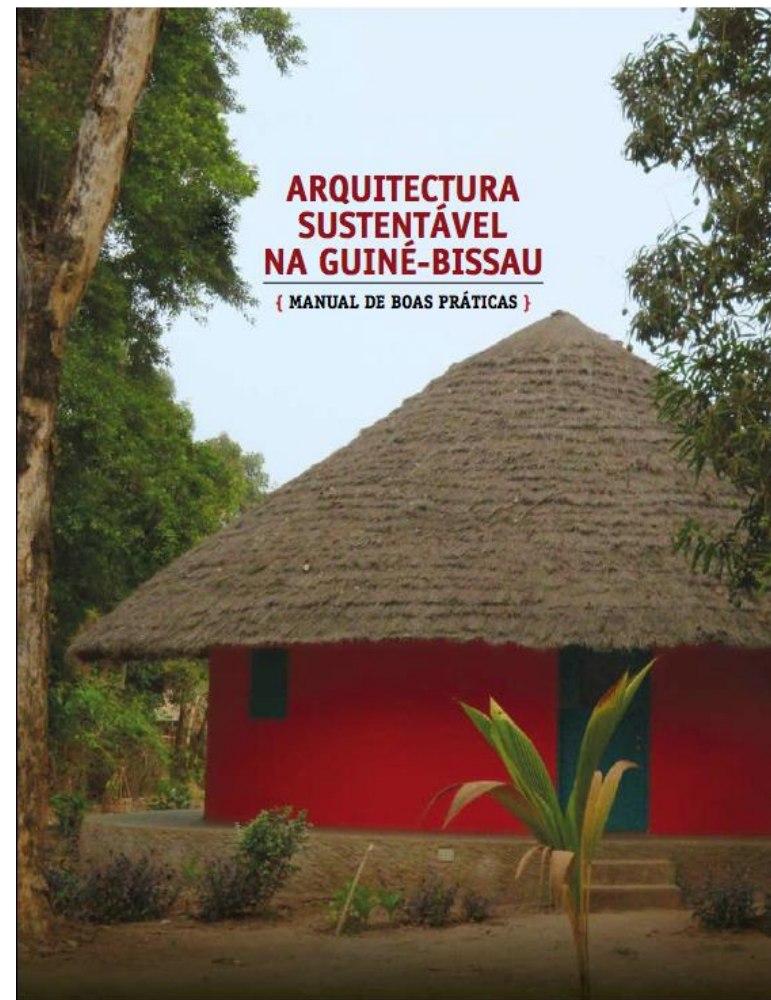
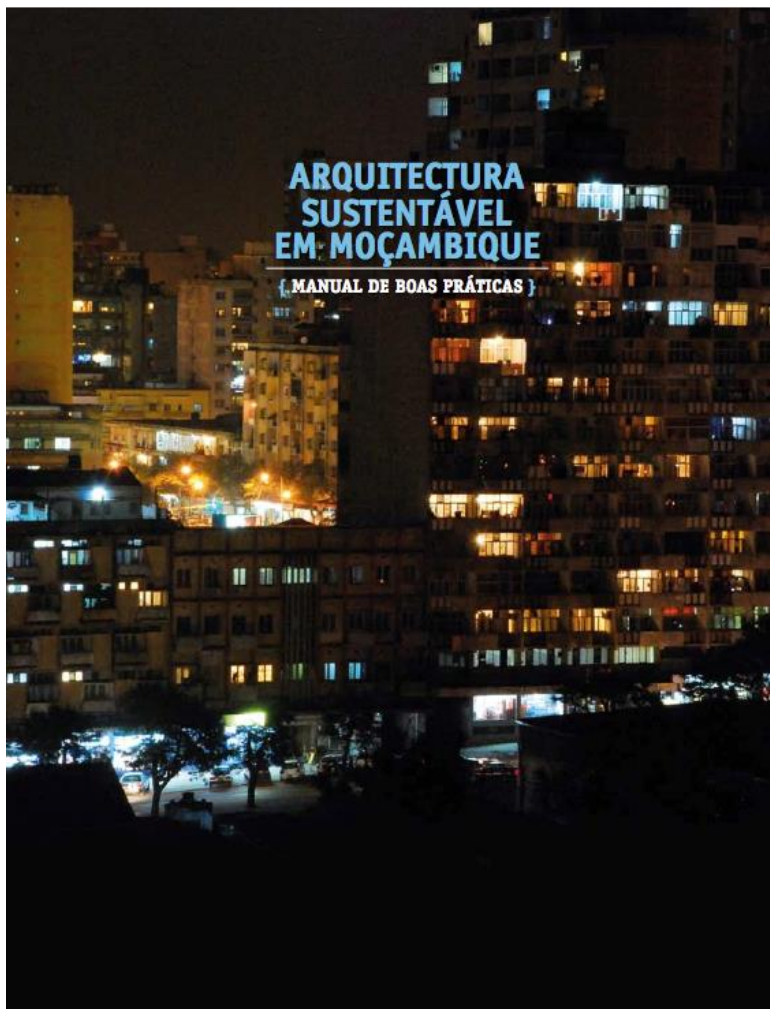
**Produção eléctrica e calor:** optar pela Co-geração, Tríplice e Energias Renováveis











O presente manual tem como principal objectivo sugerir medidas básicas para a prática de uma arquitectura sustentável. Destina-se a estudantes e profissionais de arquitectura e engenharia, sendo também acessível ao público com alguma preparação técnica na área da construção. Tendo em conta o clima, os recursos naturais e o contexto socioeconómico, são traçadas, de forma simplificada, estratégias de boas práticas de projecto.

Foi elaborado no âmbito do projecto europeu SURE-Africa (Sustainable Urban Renewal: Energy Efficient Buildings for Africa), em que participaram quatro instituições africanas: o Departamento de Arquitectura da Universidade Agostinho Neto (Angola), a Escola Internacional de Artes do Mindelo (M-EIA, em Cabo Verde), o Ministério das Infra-estruturas e Transportes da República da Guiné-Bissau, e a Faculdade de Arquitectura da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), e três instituições académicas europeias: o Instituto Superior Técnico (coordenador do projecto), a Universidade de Cambridge (Reino Unido) e a Universidade de Lund (Suécia).



O presente manual tem como principal objectivo sugerir medidas básicas para a prática de uma arquitectura sustentável. Destina-se a estudantes e profissionais de arquitectura e engenharia, sendo também acessível ao público com alguma preparação técnica na área da construção. Tendo em conta o clima, os recursos naturais e o contexto socioeconómico, são traçadas, de forma simplificada, estratégias de boas práticas de projecto.

Foi elaborado no âmbito do projecto europeu SURE-Africa (Sustainable Urban Renewal: Energy Efficient Buildings for Africa), em que participaram quatro instituições africanas: o Departamento de Arquitectura da Universidade Agostinho Neto (Angola), a Escola Internacional de Artes do Mindelo (M-EIA, em Cabo Verde), o Ministério das Infra-estruturas e Transportes da República da Guiné-Bissau, e a Faculdade de Arquitectura da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), e três instituições académicas europeias: o Instituto Superior Técnico (coordenador do projecto), a Universidade de Cambridge (Reino Unido) e a Universidade de Lund (Suécia).



O presente manual tem como principal objectivo sugerir medidas básicas para a prática de uma arquitectura sustentável. Destina-se a estudantes e profissionais de arquitectura e engenharia, sendo também acessível ao público com alguma preparação técnica na área da construção. Tendo em conta o clima, os recursos naturais e o contexto socioeconómico, são traçadas, de forma simplificada, estratégias de boas práticas de projecto.

Foi elaborado no âmbito do projecto europeu SURE-Africa (Sustainable Urban Renewal: Energy Efficient Buildings for Africa), em que participaram quatro instituições africanas: o Departamento de Arquitectura da Universidade Agostinho Neto (Angola), a Escola Internacional de Artes do Mindelo (M-EIA, em Cabo Verde), o Ministério das Infra-estruturas e Transportes da República da Guiné-Bissau, e a Faculdade de Arquitectura da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), e três instituições académicas europeias: o Instituto Superior Técnico (coordenador do projecto), a Universidade de Cambridge (Reino Unido) e a Universidade de Lund (Suécia).



O presente manual tem como principal objectivo sugerir medidas básicas para a prática de uma arquitectura sustentável. Destina-se a estudantes e profissionais de arquitectura e engenharia, sendo também acessível ao público com alguma preparação técnica na área da construção. Tendo em conta o clima, os recursos naturais e o contexto socioeconómico, são traçadas, de forma simplificada, estratégias de boas práticas de projecto.

Foi elaborado no âmbito do projecto europeu SURE-Africa (Sustainable Urban Renewal: Energy Efficient Buildings for Africa), em que participaram quatro instituições africanas: o Departamento de Arquitectura da Universidade Agostinho Neto (Angola), a Escola Internacional de Artes do Mindelo (M-EIA, em Cabo Verde), o Ministério das Infra-estruturas e Transportes da República da Guiné-Bissau, e a Faculdade de Arquitectura da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), e três instituições académicas europeias: o Instituto Superior Técnico (coordenador do projecto), a Universidade de Cambridge (Reino Unido) e a Universidade de Lund (Suécia).



# ARQUITECTURA SUSTENTÁVEL EM TIMOR-LESTE

( MANUAL DE BOAS PRÁTICAS )







# ARQUITECTURA SUSTENTÁVEL EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

{ MANUAL DE BOAS PRÁTICAS }



Manuel Correia Guedes  
Gustavo Cantuaria *Editors*

# Bioclimatic Architecture in Warm Climates

A Guide for Best Practices in Africa

 Springer

**EDITOR**

CPLP • Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
www.cplp.org

**COORDENAÇÃO**

Prof. Arq<sup>o</sup>. Manuel Correia Guedes  
mcguedes@civilist.utl.pt

**EQUIPA TÉCNICA**

Prof. Arq<sup>o</sup>. Manuel Correia Guedes, *Instituto Superior Técnico*  
Prof. Dr. Leão Lopes, *Escola Internacional de Artes do Mindelo*  
Dr. Arq<sup>o</sup>. António Baptista Coelho, *Laboratório Nacional de Engenharia Civil*  
Dr. Eng<sup>o</sup>. Helena Cruz, *Laboratório Nacional de Engenharia Civil*  
Prof. Eng<sup>o</sup>. João Gomes Ferreira, *Instituto Superior Técnico*  
Prof. Eng<sup>o</sup>. Klas Ernald Borges, *Universidade de Lund*  
Prof. Arq<sup>o</sup>. Gustavo Cantuária, *Universidade de Cambridge*  
Prof. Eng<sup>o</sup>. Manuel Pinheiro, *Instituto Superior Técnico*  
Arq<sup>o</sup>. Jorge Farello Pinto, *Fundação Essénia, Príncipe*  
Eng<sup>o</sup>. Manuel de Sousa Gomes, *Ilha do Príncipe*  
Arq<sup>o</sup>. Duarte Pape, *Instituto Superior Técnico*  
Arq<sup>o</sup>. Djamilo Cravid, *Instituto Superior Técnico*  
Arq<sup>o</sup>. Luís Calixto, *Instituto Superior Técnico*  
Eng<sup>o</sup>. Carla Gomes, *Universidade de Aveiro*

**DESIGN GRÁFICO**

José Brandão • Susana Brito  
Alexandra Viola { Paginação }  
[Atelier B2]

**Pré-impressão e tratamento de imagens**

Gabriel Godoi  
[Atelier B2]

**Produção Gráfica**

Manuela Morais | IST Press

**Impressão**

Printer Portuguesa

**ISBN**

978-989-8481-43-6

**N<sup>o</sup> de exemplares**

750

**Deposito Legal**

393416/15

**IST Press**

Instituto Superior Técnico  
Av. Rovisco Pais  
1049-001 Lisboa  
Portugal  
istpress.tecnico.ulisboa.pt



Prefácio	5
Agradecimentos	7
<b>Introdução</b>	<b>10</b>
<b>1. Enquadramento</b>	<b>12</b>
1.1 Introdução	13
1.2 Expansão urbana	14
1.3 Estruturas agrárias	16
1.4 Evolução das construções	18
1.5 Arquitectura sustentável	20
<b>2. Projecto bioclimático: princípios gerais</b>	<b>22</b>
2.1 Contexto climático	25
2.2 Localização, forma e orientação	26
2.3 Sombreamento	32
2.4 Revestimento reflexivo da envolvente	38
2.5 Isolamento	39
2.6 Áreas de envidraçado e tipos de vidro	42
2.7 Ventilação natural	45
2.8 Inércia térmica	55
2.9 Arrefecimento evaporativo	60
2.10 Controle de ganhos internos	61
2.11 O uso de controles ambientais	62
2.12 Estratégias passivas e critérios de conforto	63
<b>3. Materiais e tecnologias construtivas</b>	<b>66</b>
3.1 Madeira	67
3.1.1 Madeiras de São Tomé e Príncipe	67
3.1.2 Utilização sustentável de madeira	71
3.1.3 Avaliação e reabilitação de estruturas	79
3.2 Alvenaria	90
3.2.1 A construção em alvenaria	90
3.2.2 Reabilitação funcional de alvenarias	93
3.2.3 Reabilitação estrutural de alvenarias	99

<b>4. Energia</b>	<b>106</b>
4.1 Poupança de energia	107
4.2 Sistemas activos de energia renovável	107
4.2.1 Energia solar térmica	108
4.2.2 Energia eólica	110
4.2.3 Energia fotovoltaica	111
4.2.4 Biogás ou gás metano	111
<b>5. Água</b>	<b>114</b>
5.1 Métodos de captação	116
5.2 Métodos de potabilização	116
5.3 Abastecimento	117
5.4 Instalação	117
<b>6. Saneamento</b>	<b>118</b>
6.1 Latrina seca	119
6.2 Fossa séptica	121
<b>7. Casos de estudo</b>	<b>124</b>
7.1 Roça de São João dos Angolares	125
7.2 Escola de Pedreiros	130
7.3 Projectos HRD	135
<b>Bibliografia</b>	<b>141</b>
<b>Anexos</b>	<b>147</b>
A1 Plano e Agenda de Desenvolvimento Sustentável (PADS)	148
A2 Habitação e vizinhança em países tropicais	171
A3 Desempenho bioclimático: programas de análise	190
A4 O sistema LíderA	204
A5 Vegetação e conforto microclimático	222
A6 A gestão urbana e o licenciamento: revisão bibliográfica	246
A7 Desenvolvimento Limpo nos PALOP	264
<b>Autorias</b>	<b>269</b>



## { capítulo 1 }

# Enquadramento

### 1.1 Introdução

O território de São Tomé e Príncipe é composto por duas pequenas ilhas de origem vulcânica, com uma área aproximada de 1001 km<sup>2</sup> [S. Tomé (859 km<sup>2</sup>) e Príncipe (142 km<sup>2</sup>)], localizadas na região do Golfo da Guiné a 300 km da costa Ocidental de África e atravessadas pela linha do Equador.

Tem um clima do tipo equatorial, quente e húmido, com duas estações anuais, a estação seca conhecida por gravana – entre Junho e Setembro – e a estação das chuvas – entre Outubro e Maio

– com temperaturas médias anuais a variar entre os 22°C e os 30°C.

A sua geomorfologia complexa decorrente do rifte vulcânico da linha dos Camarões, tem uma variação de altitude entre 0 m a 1900 m (Pico São Tomé). A sua orografia montanhosa proporciona vários micro-climas conforme as altitudes e zonas do arquipélago. As zonas mais elevadas têm uma pluviosidade de cerca de 7.000 mm / ano, enquanto que as zonas baixas (Norte e Nordeste) registam uma pluviosidade inferior aos 1.000 mm / ano.

[ FB. 1.1 ] Paisagem, ilha do Príncipe.





{ FIG. 1.5 } Milagrosa, ilha de São Tomé.

### 1.3 Estruturas Agrárias

No restante território, foram as estruturas agrárias - denominadas de roças -, que funcionaram como modelo de ocupação e penetração do restante território.

Surgiram nos finais do século XIX e inícios do século XX, no decorrer do ciclo do café e cacau, e formaram uma grande alavanca de modernização e industrialização do arquipélago, além da sua dimensão, diversidade e valores arquitectónicos introduzidos.

Tratam-se de grandes unidades de produção agrícola, na sua maioria em monocultura, erguidas num esquema funcional de grande complexidade. O funcionamento destas unidades implicou um elevado número de trabalhadores, para funcionamento de todo o complexo agrícola.

Foram implantadas cerca de duas dezenas de estruturas agrárias. Na sua maioria organizavam-se por sociedades comerciais agrícolas proprietárias de várias roças. A organização de cada sociedade agrícola partia habitualmente de uma 'roça-mãe', denominada de Sede, com pequenas dependências espalhadas pelo território e que no seu conjunto formavam a companhia agrícola.

As dependências tinham como finalidade o aumento da área de influência da empresa agrícola, o escoamento do produto e a promoção de outras actividades, tais como: a produção de copra, proveniente do coqueiro, óleo de palma proveniente da palmeira, a criação de gado, a constituição de uma reserva florestal para produção de lenha, o cultivo de diferentes tipos de café ou mesmo a implementação de culturas de subsistência. Eram, assim, espaços de permanente troca de mercadorias, não apenas com o objectivo de exportação mas de abastecimento mútuo de produtos ou serviços, permitindo a auto-suficiência e o funcionamento produtivo da companhia ao longo de todo o ano.

A implantação das roças obedeceu a um programa, composto por elementos **habitacionais** (casas dos administradores, trabalhadores europeus e *sanzalas*), **agro-industriais** (secadores, ar-

O facto de se circunscreverem numa ilha, e isolamento de cada unidade, fez com que os princípios de redução, reutilização e reciclagem fossem premissas básicas de sobrevivência. Neste capítulo, é recorrente encontrar mecanismos de gestão da água e seus afluentes. Estes mecanismos eram regularmente utilizados para produção de energia eléctrica de iluminação 'pública' da área exterior das roças e iluminação interior das habitações (roça Bombaim, Agostinho Neto, São João dos Angolares, Sundry entre outras). O desmantelamento das vias ferroviárias na década de 60 levou à utilização dos carris para construção do betão armado.

O clima equatorial de constantes doenças e epidemias, fez com que a o desenho arquitectónico integrasse alguns princípios bioclimáticos actuais. Não eram à época fruto de um saber teórico e científico mas sim um conhecimento empírico testado ao longo de gerações e com excelente desempenho.

A localização das edificações, como hospitais ou casas da administração eram colocados nos pontos mais elevados do complexo da roça. Não eram alheios os critérios de hierarquia e de poder, ou os melhores enquadramentos e promontórios para o mar e paisagem. Contudo, questões de salubridade como a implantação nos pontos mais elevados e favoráveis à ventilação natural cruzada e melhor exposição solar eram sem dúvida critérios presentes nos mestres da construção da altura.

Estes critérios figuram desde as primeiras roças edificadas em meados do século, mantendo-se até meados do século XX com permanentes aperfeiçoamentos e evoluções.

### 1.4 Evolução das Construções

Do ponto de vista material, a arquitectura das roças partiu de uma metodologia modular, podendo mesmo afirmar-se que era a construção pré-fabricada da época. Procuravam uma rapidez de construção e fácil exequibilidade, com a madeira como material de eleição, quer na parte estrutural quer nos revestimentos e acabamentos, derivado da sua abundância na ilha.

Novos desafios e conhecimentos tecnológicos, impulsionaram novos processos construtivos e materiais, com maiores preocupações de salubridade, durabilidade e menos permissivas às vagas de incêndio.

Deste modo, verificamos a sobre-elevação das edificações para protecção às humidades ascendentes e chuvas constantes. Embasamentos para os bairros das *Sanzalas*, arcadas sobre-elevadas



{ FIG. 1.6 } Nova Moka, ilha de São Tomé.





{ FIG. 1.10 } Roça Mesquita, ilha São Tomé.

tar (princípios para a sustentabilidade actuais do sistema LIDERA). Procuraram assegurar uma boa integração local, nas suas formas de implantação na paisagem, com claras preocupações de ocupação do solo, preservando todo o sistema ecológico do território onde se inserem.

Alguns destes princípios estão hoje em dia abandonados. Por quebra da cultura arquitectónica e formação no ramo da construção. As técnicas tradicionais de construção procuram actualmente soluções de baixo custo e rápida execução. Neste sentido podemos verificar as denominadas cubatas. As Cubatas, pequenas habitações de matriz vernacular / tradicional, e que devido à escassez de recursos financeiros constituem o modelo de grande expansão territorial. Localizam-se sobretudo em meio rural, são integralmente erigidas em madeira aproveitando os recursos vegetais da ilha. Exprimem, com assinalável qualidade plástica e estética, o paradoxo de certo modo ingenuo, dos valores e signos arquitectónicos assimilados nas antigas roças de cacau. Constituem pequenas habitações, de planta rectangular e de um só piso sobre-elevadas em relação ao solo. Exibem muitas vezes varandas profundas com ornamentos

cuidadosamente trabalhados, introduzindo uma riqueza cromática assinalável. As suas coberturas, muitas vezes de duas águas desfasadas ao modo da arquitectura moderna dos anos 50 constituem mais uma dos valores arquitectónicos absorvidos.

## 1.5 Arquitectura Sustentável

### Que futuro Sustentável?

O paradigma urbanístico em São Tomé e Príncipe tem sido pautado por um carácter desregulado de crescimento. A inexistência de instrumentos de planeamento e gestão urbana como Zonamentos, Planos de Urbanização, Classificação do Património entre outros; levou a uma *praxis* de ocupação do território informal e descontrolada partindo ou dos núcleos urbanos consolidados ou estendendo-se ao longo das infra-estruturas viárias existentes. Este modelo, que prolifera 'pelo território, virou costas' ao anterior modelo de pequenos núcleos ou células interligadas que as roças representaram.

O crescimento humano nas ilhas tem sido repentino nos últimos 50 anos. De 65 mil habitantes no ano de 1960, equivalente a 145 m<sup>2</sup> por habitante, cresceu para 85 mil habitantes em 1990, encontrando-se nos dias de hoje com pouco mais de 187 mil habitantes (Censos 2012) com um rácio de 50 m<sup>2</sup> por habitantes.

Segundo as previsões do Observatório da Língua Portuguesa para a demografia em São Tomé e Príncipe, no ano de 2050 a população crescerá para valores próximos de 295 mil habitantes.



{ FIG. 1.11 } Cubata.

Segundo relatório do IPAD (2008-2011) do total de habitantes, apenas 26% tem acesso ao saneamento básico, sendo que cerca de 80% das localizações estão localizadas em meio rural, sem as condições mínimas de habitabilidade e consideradas básicas, numa esperança média de vida a chegar aos 68 anos (INE 2003). Tanto as entidades locais como os representantes dos países desenvolvidos, embora avessos a situação de pobreza na teoria, na prática habituaram-se a conviver com este nível de condições básicas e de pobreza.

O desenvolvimento territorial e construído utilizado para suprimir as necessidades habitacionais da população em constante crescimento tem sido o modelo das 'cubatas' o implica um excessivo consumo de recursos do solo, colocando em causa o equilíbrio dos seus ecossistemas vegetais e naturais bem como a própria gestão dos recursos hídricos e dos areias das praias paradisíacas do arquipélago.

Em suma, este manual tem assim o objectivo de propôr e indicar alternativas ao modelo verificado, indicando medidas claras e concretas para a protecção deste território singular.





## { capítulo 2 }

# Projecto Bioclimático: Princípios Gerais



{ FIG. 2.1 } Edificação em complexo turístico recente, com algumas tipologias construtivas inspiradas na arquitectura popular tradicional.

genheiros, que tendem a adoptar o uso “seguro” do ar condicionado. Apesar de existirem já muitos exemplos que comprovam a eficácia, melhores níveis de conforto, e vantagens económicas

do uso das técnicas passivas ainda há uma grande necessidade de difusão deste conhecimento e do aumento do número de edifícios passivos, bioclimáticos, em termos de nova construção e reabilitação.

Sendo um clima quente, é também dada neste manual particular atenção à questão da refrigeração dos edifícios, fundamental para obtenção de ambientes confortáveis. O arrefecimento dos edifícios deve, e pode, ser conseguido através de meios naturais, evitando o recurso a sistemas de climatização energívoros. O objectivo das técnicas de arrefecimento passivo é evitar a acumulação de ganhos de calor e fornecer refrigeração natural, evitando o sobreaquecimento. Os princípios de técnicas de arrefecimento passivo foram usados com sucesso durante séculos, antes do aparecimento do ar condicionado. Es-



{ FIG. 2.2 } Reabilitação da Roça de S. João dos Angolares, com utilização de recursos locais – um bom exemplo de sustentabilidade.



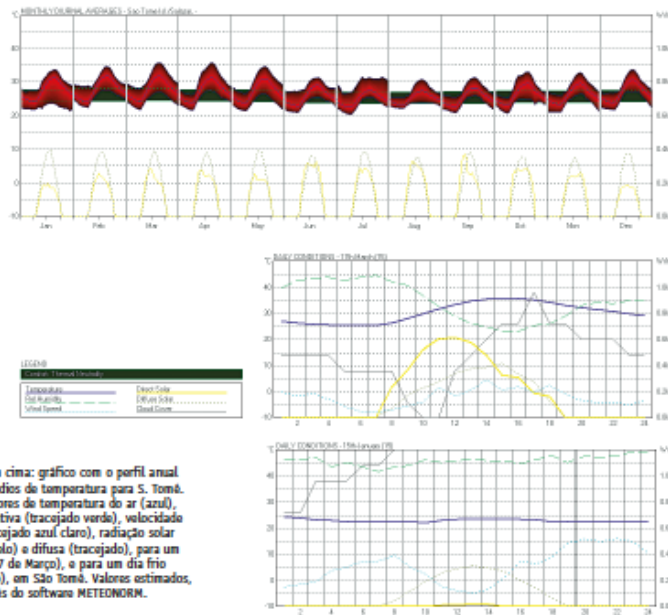
tas técnicas tradicionais foram simplesmente reforçadas com o conhecimento tecnológico hoje disponível, e optimizadas para que pudessem ser incorporados com sucesso na concepção e operação dos edifícios.

Neste capítulo é feita primeiramente uma descrição sumária do contexto climático de S. Tomé e Príncipe, ponto de partida para a prática de uma arquitectura bioclimática, de *design* passivo. Seguidamente são apresentadas as principais estratégias de projecto bioclimático.

## 2.1 Contexto climático

Em São Tomé e Príncipe, o clima é classificado como tropical quente e húmido. O gráfico apresentado na { FIGURA 2.3 } mostra um exemplo típico de perfil anual de valores médios de temperatura e humidade para S. Tomé.

Para o projecto de arquitectura devem ser previamente analisadas algumas questões que estão associadas ao clima, como: a orientação da casa; os tipos



{ FIG. 2.3 } Em cima: gráfico com o perfil anual dos valores médios de temperatura para S. Tomé. Em baixo: valores de temperatura do ar (azul), humidade relativa (tracado verde), velocidade do vento (tracado azul claro), radiação solar directa (amarelo) e difusa (tracado), para um dia quente (17 de Março), e para um dia frio (15 de Janeiro), em São Tomé. Valores estimados, obtidos através do software METEONORM.



de materiais a serem utilizados; as necessidades de protecção solar nas diferentes zonas, etc.. Estes princípios são seguidamente apresentados, começando pelos primeiros passos a considerar no projecto - a localização, forma e orientação das edificações.

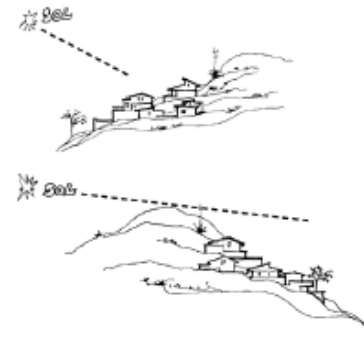
## 2.2 Localização, forma e orientação

A selecção do lugar, a forma e a orientação do edifício são as primeiras opções a considerar para a optimização da exposição ao trajecto solar e aos ventos dominantes. Num clima quente como o de

São Tomé e Príncipe, é essencial que a implantação das casas tenha em consideração o regime de ventos, para uma ventilação eficiente, e consequente melhoria do conforto na habitação. Nas regiões montanhosas, as habitações devem ser implantadas nas zonas mais baixas da montanha e acima do leito das ribeiras, onde circula mais o ar. Deve privilegiar-se o lado da encosta que beneficia de mais horas de sombra. No litoral, as fachadas voltadas para o mar devem ser protegidas por alpendres de dimensões generosas, para diminuir o impacto do reflexo do sol sobre o mar no interior das habitações. Os arranjos exteriores são essenciais para proteger o interior dos ganhos solares excessivos.

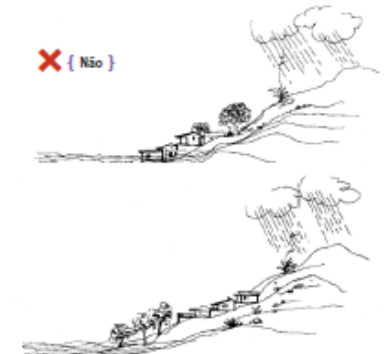
### • Sol

{ FIG. 2.4 } Localização de um aglomerado numa encosta. No primeiro esquema, as habitações ficam demasiado expostas ao sol nas horas de maior incidência. O segundo esquema mostra uma localização mais favorável. Nas horas de maior incidência do sol, as casas beneficiam da sombra da encosta.



### • Chuva

{ FIG. 2.5 } É necessário evitar a implantação das habitações em linhas de água, ribeiras secas, zonas predispostas a inundações e encostas sujeitas a erosões. Devem-se escolher zonas seguras e protegidas de inundações. Nas alturas de chuvas torrenciais, a água corre o seu antigo caminho. As obras de concepção plural ficam sempre mais caras e normalmente só se executam quando as chuvas já causaram muitos prejuízos. O segundo esquema apresenta a localização conveniente de um aglomerado.





## Vento

FIG. 2.5 | Orientação correcta, considerando o regime dos ventos.

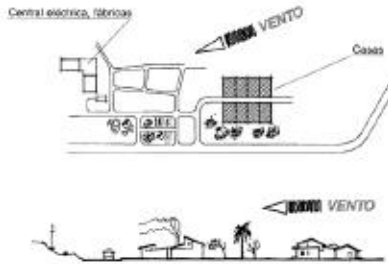


FIG. 2.7 | Num aglomerado situado numa encosta devemos estudar os ventos dominantes, para que a localização favoreça o alojamento das casas.

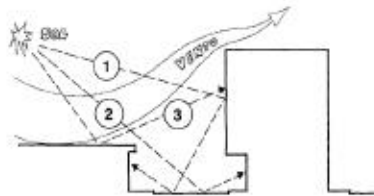


FIG. 2.8 | Neste esquema, os raios de sol (1) incidem na fachada do edifício que os reflecte para o pavimento e depois para o interior do edifício. Os raios (2) atingem o pavimento e reflectem na zona de circulação de pessoas. Os raios (3) caem sobre a cobertura plana do edifício mais baixo reflectindo-se na fachada do edifício mais alto. O vento resvala por cima da cobertura plana e como não encontra nenhuma reentrância na fachada da frente passa por cima do edifício. O ambiente fica excessivamente quente em redor e dentro dos edifícios.

FIG. 2.9 | A configuração da fachada do edifício alto e da cobertura do edifício baixo foram alterados para melhorar o ambiente externo nessa zona. A árvore amorteca o efeito dos raios solares e favorece a circulação do ar. O efeito do vento na zona, ajudado pela cobertura inclinada do edifício baixo e pelas varandas do edifício alto, torna-se mais diversificado, podendo assim penetrar nas habitações.

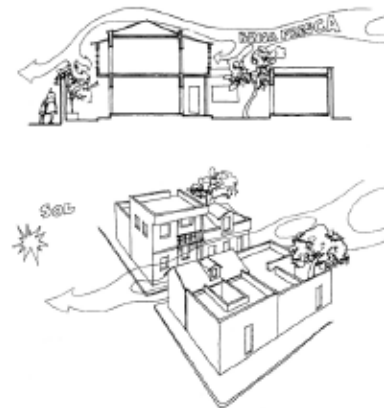
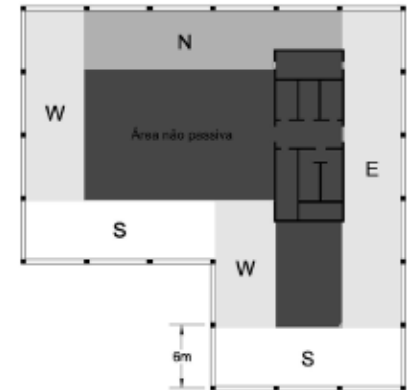


FIG. 2.10 | A ventilação tem um papel fundamental no contexto São Tomé e Príncipe, devendo-se privilegiar soluções para otimizar a circulação do ar. O recurso à tipologia da casa-pátio é uma medida eficiente. O tema da ventilação natural é ainda desenvolvido.

Em termos de forma do edifício, a configuração e o arranjo dos espaços internos, de acordo com a função, influenciam a exposição à radiação solar incidente, bem como a disponibilidade de iluminação e ventilação natural. Em geral, um edifício compacto terá uma superfície de exposição relativamente pequena, ou seja, um baixo rácio superfície/volume. Contudo, para o clima de Timor, os edifícios devem desenvolver-se em formas alongadas, segundo um eixo Nascente-Poente, oferecendo sempre uma área de exposição de aberturas suficientemente ampla para agilizar a ventilação natural, que é uma prioridade.

FIG. 2.11 | Definição de áreas passivas (cor clara) e não passivas (ou activas, cor mais escura) na planta de um edifício (adaptado de Baker, 2000).



As novas zonas habitacionais devem também ser projectadas a uma distância conveniente da estrada de maior circulação, evitando ruídos e outros inconvenientes. As ruas devem ser estreitas e orientadas por forma a que pelo menos um lados tenha sempre sombra.

Sendo o ambiente externo quente, a ventilação e o conforto dentro de casa são aspectos críticos. Nas zonas urbanas o impacto dos raios solares nos telhados e nas fachadas dos edifícios e a circulação da brisa fresca em redor dos edifícios deve ser estudado. Caso contrário, poderá haver o risco da criação de um ambiente muito desconfortável no interior das habitações.





As áreas do edifício potencialmente iluminadas e ventiladas naturalmente, as chamadas áreas passivas, podem ser consideradas como tendo uma profundidade de duas vezes a altura do pé-direito (i.e. geralmente cerca de 6 metros). Esta profundidade pode ser reduzida quando há obstáculos à luz natural e à ventilação, devido a uma compartimentação interior pouco adequada, a edifícios vizinhos, ou no caso de espaços adjacentes a átrios. A proporção de área passiva de um edifício, em relação à sua área total, dá uma indicação do potencial do edifício para o emprego de estratégias bioclimáticas.

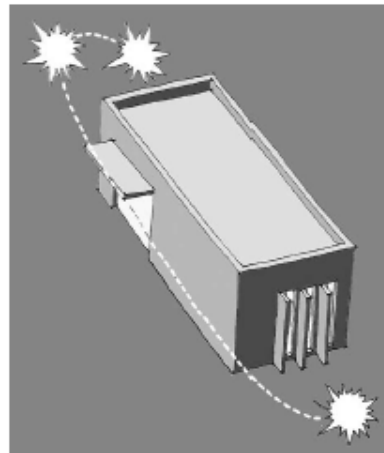
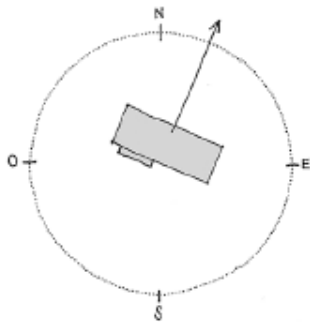
O objectivo é sempre maximizar a área passiva. Em edifícios com áreas não passivas (activas) de dimensão significativa, as soluções com recurso a sistemas mecânicos energívoros tendem a prevalecer (FIGURA

2.11 ). No caso da reabilitação de edifícios com áreas activas, deve-se procurar que estas sejam convertidas em espaços não ocupados, por exemplo armazéns. Quando a área activa atinge grandes dimensões, é aconselhável a incorporação de saguões ou átrios.

O conceito de zona passiva deve ser considerado a partir da primeira fase do projecto, em que são definidas a forma e a orientação do edifício. As estratégias de *design* passivo a utilizar variam segundo a orientação das diferentes zonas do edifício. Estas estratégias que incluem, por exemplo, a alteração da área de envidraçado e a utilização de diferentes dispositivos de sombreamento, encontram-se descritas nos subcapítulos seguintes.

A melhor orientação do edifício para reduzir os ganhos solares de calor será paralela ao eixo Nas-

( FIG. 2.12 ) Optimização da orientação solar para a zona de S. Tomé. A melhor orientação para a fachada principal é de 22,5°N. Para o território São Tomé e Príncipe, a orientação aceitável não deve exceder uma variação até 45° a partir do Norte.



## 2.3 Sombreamento

O sombreamento é uma estratégia muito eficaz para reduzir a penetração da radiação solar no edifício, oferecendo protecção às áreas de envidraçado (janelas), e também à envolvente opaca. Os ganhos de calor através das janelas podem ser muito significativos, visto que estas têm muito pouca resistência à transferência de calor radiante. Em regiões quentes, um edifício bem sombreado pode ser entre 4°C a 12°C mais fresco do que um sem sombra.



( FIG. 2.14 ) Projecção do trabalho para sombreamento do edifício na arquitectura popular tradicional. O sombreamento é uma estratégia secular de protecção ao calor.

O sombreamento da envolvente opaca do edifício pode ser feito por dispositivos fixos de sombreamento, pela vegetação, ou através de dispositivos ajustáveis. Varandas, pátios ou átrios, podem ser tipologias úteis na protecção solar.

Em termos de sombreamento das áreas de envidraçado, o edifício deve ser especialmente protegido dos ganhos solares nas janelas orientadas a Nascente e Poente, devido ao ângulo baixo do sol no início da manhã e ao fim da tarde. A orientação a Nascente pode facilmente causar sobreaquecimento, especialmente em edifícios mal isolados e de baixa inércia. Existe uma grande variedade de dis-



( FIG. 2.15 ) Varanda sombreada, Roça Monte Café.



Sombreamento	Descrição	Desempenho
<b>Dispositivos fixos</b>	Geralmente elementos externos, como palas horizontais, aletas verticais, ou sistemas de grelhas.	<p>As palas horizontais, usadas acima de áreas de janela orientadas a Sul podem proporcionar um bom nível de sombreamento. Nas fachadas Nascente e Poente um dispositivo fixo vertical pode ser melhor do que um horizontal, mas a janela nunca é completamente sombreada. Aletas verticais podem também proteger a fachada Norte do sol baixo, de nascente e poente.</p> <p>O uso de sistemas de grelhas (desde simples gelsias de madeira até sistemas pré-fabricados em cimento ou material cerâmico) também pode ser muito eficaz para sombreamento, e oferece vantagens em termos de privacidade. Reduz contudo a vista para o exterior, e na sua concepção devem ser especialmente consideradas as necessidades de luz e ventilação natural.</p> <p>O uso de cor clara para o sombreador é preferível à cor escura, já que tem melhor desempenho na reflexão da radiação solar, reduzindo a sua penetração para o edifício. O uso de cor clara tem também um melhor desempenho em termos de iluminação natural.</p>
<b>Espaços intermédios</b>	Varandas, pátios, átrios ou arcadas.	Estas tipologias podem ser muito úteis como uma forma de sombreamento fixo, se o seu design for adequado. Como em todas as estratégias de sombreamento, o projecto também deve considerar os requisitos de ventilação e iluminação natural. O desempenho do sombreamento depende da configuração do edifício, e do desenho das varandas.
<b>Prédios vizinhos</b>	Os edifícios vizinhos, e.g. do outro lado da rua, podem proporcionar sombreamento de fachada, particularmente em pisos inferiores.	<p>Os edifícios vizinhos podem proporcionar um sombreamento eficiente, embora em algumas situações, como em ruas estreitas, tal possa diminuir a disponibilidade de luz natural.</p> <p>O impacto do sombreamento dos edifícios vizinhos deve ser considerado no processo de <i>design</i>, em termos da escolha dos dispositivos de sombreamento e dimensionamento da janela, por exemplo aumentando um pouco o tamanho da janela em áreas permanentemente sombreadas, para melhorar o desempenho de iluminação natural.</p>

[ QUADRO 2.1 ] Características de estratégias de sombreamento através de dispositivos fixos, espaços intermédios e prédios vizinhos.

Os sistemas fixos de sombreamento cortam a incidência dos raios solares antes de atravessarem o vidro, evitando o efeito de estufa. Há diversos elementos que podem ter esta função, como as palas, venezianas, toldos, estores e beirais. É importante garantir alguma distância entre o elemento de sombreamento e a zona envidraçada, para que a radiação térmica captada pelo elemento de sombra não seja transmitida para o interior do edifício.



[ FIG. 2.10 ] Exemplos de varandas sombreadas em edifícios em S. Tomé.





{ FIG. 2.20 } Sombreamento fixo: alpendres em vivendas.

Sombreamento	Descrição	Desempenho
<b>Vegetação</b>	A vegetação pode ser usada para sombrear os pisos inferiores do edifício.	Nas regiões quentes como em São Tomé e Príncipe, é preferível a utilização de árvores de folha perene, de modo a proporcionar sombra ao longo de todo o ano.
<b>Dispositivos ajustáveis</b>	Estes dispositivos podem ser externos – tais como estores ou persianas retrácteis, palas ou venezianas ajustáveis, aletas giratórias, placas horizontais, toldos, tendas, cortinas ou pérgulas – feitos de madeira, metais, plásticos, tecidos, etc. Também podem ser internos – como cortinas, persianas ou venezianas.	Os dispositivos ajustáveis podem ser mais eficazes do que fixos, pois podem ser regulados para diferentes ângulos de incidência solar. A sua flexibilidade permite também um melhor aproveitamento da luz natural, quando comparado com sombreamento fixo. Os dispositivos ajustáveis permitem também o controle pelos ocupantes, de acordo com as suas preferências individuais.  Os dispositivos externos de sombreamento são mais eficientes do que os internos, pois reduzem a incidência da radiação solar sobre a área envidraçada, enquanto que os dispositivos de sombreamento interno apenas conseguem reflectir uma parcela da radiação que já entrou no espaço interno. No entanto há sistemas, como os estores, comuns em edifícios domésticos, que podem ser uma má escolha em termos de vista, iluminação natural e ventilação.  Os dispositivos externos opacos de cor clara podem reflectir até 80% da radiação incidente nas fachadas, se forem devidamente controlados. Os dispositivos externos translúcidos de cor clara, de preferência brancos, (tais como dispositivos de tela ajustável) podem reflectir até 60% dessa radiação.

{ QUADRO 2.2 } Características de estratégias de sombreamento através de vegetação e dispositivos ajustáveis.



{ FIG. 2.21 } Sombreamento fixo em edifícios de Roças.



{ FIG. 2.22 } Sombreamento por arcadas (sistema fixo) e venezianas (sistema móvel) em moradia na cidade de São Tomé.

{ FIG. 2.23 } Sombreamento por vegetação.





{ FIG. 2.26 } A pintura de cor clara reflecta o calor, evitando o sobreaquecimento no interior dos edifícios.

## 2.5 Isolamento

A localização correcta do isolamento protege o edifício contra os ganhos de calor durante os períodos mais quentes, e melhora o conforto térmico durante todo o ano. Também pode melhorar a vedação das paredes (evitando a infiltração de ar quente), e reduz problemas de condensação em superfícies, em zonas com climas mais húmidos.



{ FIG. 2.27 } A madeira, usada tradicionalmente em S. Tomé e Príncipe, é um material local, isolante por natureza. A sua utilização racional, i.e. com uma gestão cuidada do património florestal, é em si uma medida de sustentabilidade.



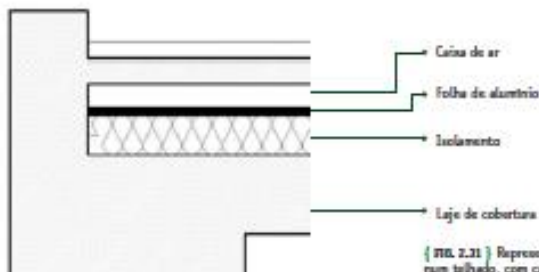
{ FIG. 2.28 } O uso de tijolo perfurado também pode contribuir para o isolamento dos edifícios. Nas fachadas, deve ser reforçado com material isolante, pelo exterior, ou na cavidade das paredes duplas.



{ FIG. 2.29 } O uso sem protecção (isolamento) de material metálico para coberturas deve ser evitado, dado que leva ao agravamento de situações de sobreaquecimento interno – em particular quando a cobertura oxida (enferrujão) e perde a sua capacidade de reflectir parte de radiação solar.



{ FIG. 2.20 } Bangalower de turismo em S. Tomé com sistema construtivo misto de coberturas. O isolamento é sobreponto em chapa ondulada de material metálico (sub-capa): aos benefícios da impermeabilização e durabilidade conferidos pelo uso da sub-capa metálica adiciona-se a capacidade isolante. Em alternativa, pode ser usado colmo (à esquerda), madeira, ou material cerâmico (telhas) com isolamento entre as duas camadas.



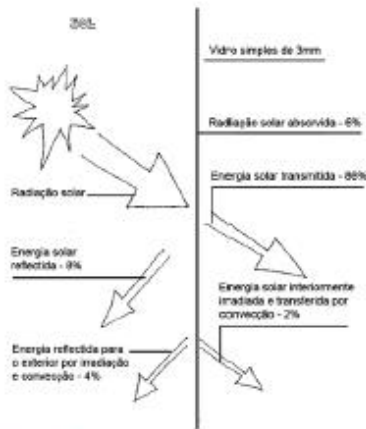
{ FIG. 2.31 } Representação esquemática de uma barreira radiante num telhado, com caixa de ar ventilada.





## 2.6 Áreas de envidraçado e tipos de vidro

Grande parte dos ganhos de calor de um edifício passa através das áreas envidraçadas das fachadas, já que as janelas oferecem muito pouca resistência à transferência de calor radiante. A orientação e dimensionamento das áreas de envidraçado, bem como a escolha do tipo de vidro, determinam, em grande medida, a penetração da radiação solar no edifício.



[ FIG. 2.32 ] Troca energética numa janela de vidro simples de 3mm.

Para um clima quente, com grande incidência de radiação solar, com em São Tomé e Príncipe, é importante evitar grandes vãos de envidraçado nas fachadas, conducentes a sobreaquecimento e ao uso de aparelhos de ar condicionado. De forma geral, a

área de envidraçado não deve ultrapassar 40% da área das fachadas a Norte e a Sul, considerando já, que os vãos têm sombreamento adequado. Na fachada a Nascente não deve ultrapassar os 20% com sombreamento. A Poente a utilização de vãos envidraçados deve ser, sempre que possível, evitada.

O dimensionamento das janelas é uma tarefa complexa. Há contudo uma série de programas de *software* de simulação, disponíveis para projectistas, para ajudar no dimensionamento das aberturas, como por exemplo, o EnergyPlus, o DOE, ou, para arquitectos, o Ecotect.

A utilização de vidros duplos pode reduzir os ganhos e as perdas de calor. Pode também recorrer-se a um tipo de vidro que transmite selectivamente as partes do espectro solar visível necessários para a iluminação natural, reflectindo a radiação indesejável – os chamados vidros de baixa emissividade. Os { QUADROS 2.5 e 2.6 } descrevem as estratégias para protecção da radiação solar através do dimensionamento das janelas e da escolha do tipo de vidro.



[ FIG. 2.33 ] Devem ser evitadas tipologias de fachadas com grandes áreas de envidraçado sem possibilidade de ventilação, largamente responsáveis pelo sobreaquecimento do interior do edifício, e consequente recurso a sistemas energívoros de ar condicionado. As fachadas com grandes áreas de envidraçado são uma tipologia importada, não se adequando ao clima quente de São Tomé e Príncipe.

[ FIG. 2.34 ] Uma parte significativa dos edifícios residenciais que encontramos nas zonas urbanas mais consolidadas em S. Tomé têm áreas de envidraçado muito razoáveis. São uma boa referência para o projecto de novos edifícios. A área de envidraçado não deve exceder os 40% da superfície total das fachadas Norte ou Sul, e deve ser devidamente sombreada.



**Descrição****Desempenho****TIPO DE VIDRO**

Vidro simples, vidro duplo, vidro de baixa emissividade..

O vidro duplo aumenta o valor do isolamento da área de envidraçado, e tem também a vantagem de reduzir condensações, e as taxas de infiltração. Comparado com vidros simples, o seu uso pode reduzir significativamente os ganhos de calor. A amortização de janelas de vidro duplo pode ser alcançada entre 5 e 15 anos, de acordo com a qualidade dos materiais e o tamanho das janelas.

Uma maior redução no ganho de calor é alcançada com o uso de vidros de baixa emissividade. Estes vidros podem ser quase opacos à radiação infravermelha, reduzindo a transmissão de energia solar em mais de 50%. Este tipo de vidro não reduz os níveis de luz natural, apesar de serem eficientes na redução da radiação solar. No entanto, podem ser bastante caros.

O uso de vidros fumados e reflexivos para sombreamento e prevenção de brilho deve ser evitado, pois estes materiais reduzem substancialmente os níveis de luz natural, aumentando o uso de luz artificial (gerando maior consumo energético, e calor). É preferível usar vidro translúcido, e sombreamento adequado.

{ QUADRO 2.6 } Descrição das estratégias que envolvem a escolha do tipo de vidro.

## 2.7 Ventilação natural

A ventilação natural consiste no fluxo de ar entre o exterior e o interior do edifício. A ventilação natural é originada por duas forças naturais: por diferenças de pressão criadas pelo vento em redor do edifício - ventilação por acção do vento; e por diferenças de temperatura - ventilação por "efeito de chaminé". O { QUADRO 2.7 } mostra os vários objectivos da ventilação e respectivos requisitos.



{ FIG. 2.35 } Portadas exteriores de moradias na cidade de S. Tomé; alças de sombreamento, permitam a direcção do fluxo de ventilação natural.



{ FIG. 2.36 } Uso de grilhas fixas de sombreamento, permitindo a passagem do fluxo de ventilação. Em cima edifício do Centro Cultural "Cacau"; em baixo edifício escolar.

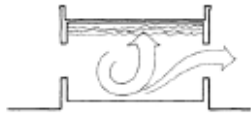
elementos fundamentais para a realização de uma ventilação eficiente. As aberturas devem ser amplamente distribuídas nas diferentes fachadas, de acordo com os padrões de vento, assegurando que estes terão diferentes pressões, melhorando a distribuição do fluxo de ar no edifício. As aberturas de entrada e de saída (janelas, portas, outros vãos) devem estar localizadas de forma a ser alcançado um sistema eficaz de ventilação em que o ar percorre todo espaço ocupado, considerando já os elementos que poderão funcionar como obstáculos (divisórias internas). As aberturas que se localizam numa posição alta permi-

tem altas taxas de ventilação para dissipação de calor. As aberturas situadas num nível inferior podem proporcionar a circulação do ar em toda a zona ocupada. As janelas acentuadamente verticais facilitam a ventilação a nível superior, e conseguem um melhor desempenho em termos de iluminação natural e arranjo do espaço interior.

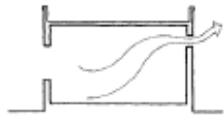
No design de janelas para ventilação natural deve haver um compromisso com outras necessidades ambientais, tais como a iluminação natural, a impermeabilização, os ganhos solares, o desempenho funcional, a manutenção, o ruído, a segurança, a



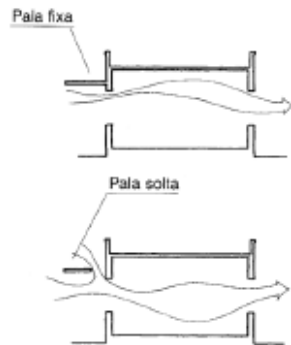
Quando a temperatura exterior é demasiado quente, há que prevenir os ganhos de calor por ventilação - causados pela infiltração de ar quente exterior dentro do edifício. Este tipo de ganhos pode ser minimizado através da redução da taxa de ventilação quando



[ FIG. 2.41 ] O ar quente deve ser puxado para o exterior para não se acumular no tecto.

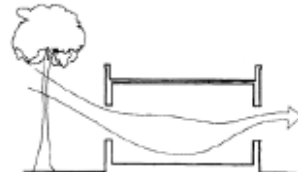
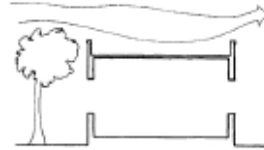


[ FIG. 2.42 ] Quando os vãos da entrada de ar são mais pequenos do que os da saída de ar, há maior eficiência na sucção do ar fresco que expulsa o ar quente.

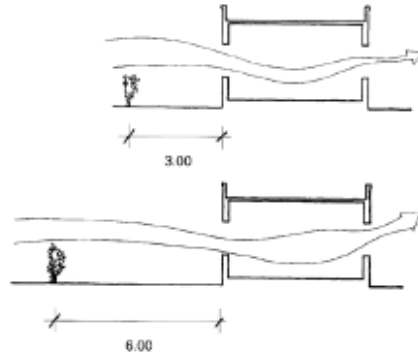


[ FIG. 2.43 ] A pala distanciada da parede aumenta a entrada de ar.

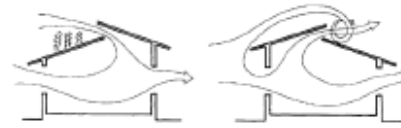
a temperatura exterior é maior do que a temperatura interior. A taxa de ventilação deve ser substancialmente aumentada nos períodos em que a temperatura exterior é menor do que a temperatura interior - por exemplo, durante a noite (ventilação nocturna).



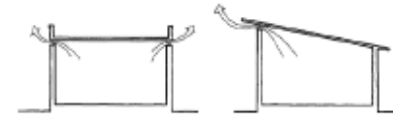
[ FIG. 2.44 ] Com árvores baixas a brisa sopra; com árvores altas a brisa desce e refresca a habitação.



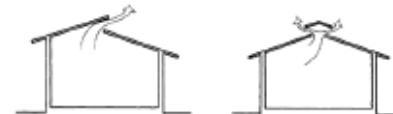
[ FIG. 2.45 ] Quanto maior for a distância entre o edifício e as árvores, mais força terá a entrada da brisa.



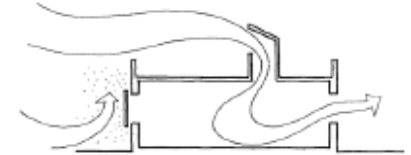
[ FIG. 2.46 ] No primeiro esquema, a clarabóia está mal localizada, porque o ar quente do telhado entra dentro do edifício. No segundo esquema, há um bom posicionamento - o ar quente do compartimento pode sair pela clarabóia.



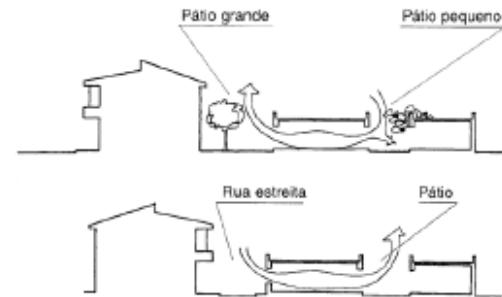
[ FIG. 2.47 ] No caso das coberturas inclinadas, a abertura deve ser feita na parede mais alta.



[ FIG. 2.48 ] Dois recursos para forçar a movimentação do ar, através da abertura nos tectos.



[ FIG. 2.50 ] Podemos construir um captador central para a ventilação de todos os compartimentos ou pequenos captadores individuais (torres de vento). Uma forma de fazer entrar ar fresco e limpo no interior de um edifício é utilizar captadores, que permitam reciclar o ar viciado e aquecido. Quanto maior for a altura de captação, mais fresca é a brisa; evita-se também a entrada de poeiras arrastadas pelo vento. Se a direcção da brisa fresca for relativamente constante, esta solução é muito eficaz.



[ FIG. 2.49 ] O movimento de ar fresco também pode ser produzido através de dois pátios, um mais pequeno que o outro. O ar do pátio mais pequeno, por ter mais sombra, é mais fresco do que o ar do pátio maior. Assim, o ar quente sobe, fazendo com que o ar fresco penetre melhor nos compartimentos entre os dois pátios.



**Descrição****Desempenho****VENTOINHAS**

O uso de ventoinhas pode melhorar o desempenho das técnicas de ventilação natural. Ventoinhas de tecto, caixa ou oscilantes, aumentam as velocidades do ar interior e trocas por convecção, aumentando os processos convectivos e melhorando o conforto. Estes mecanismos podem também ser úteis quando a abertura de janelas causa a penetração de calor, excesso de velocidade do ar, ou problemas de ruído. Os sistemas de ventilação assistida, envolvendo ductos e aberturas especiais para o efeito, podem também ser utilizados para melhorar a circulação do ar através do edifício.

A utilização de ventoinhas de tecto, de caixa ou oscilantes podem permitir um aumento da temperatura de conforto interior, de 3°C-5°C, a 1m/s, digamos de 24°C a 28°C, reduzindo muito as exigências de arrefecimento.

As ventoinhas de tecto podem ter um período de retorno de apenas 3 anos.

A qualidade do movimento turbulento e variável de ar produzido pelas ventoinhas também produz efeitos mais confortáveis do que o movimento do ar uniforme.

Uma ventoinha de tecto ou de mesa não incomoda ou causa correntes de ar a 1m/s.

Os sistemas de ventilação assistida envolvendo ductos e aberturas especiais, fora da zona ocupada, não são utilizados para o resfriamento convectivo do corpo, mas para o arrefecimento da massa da construção e fornecimento de ar fresco. Estes sistemas podem ser muito mais baratos e consumir menos energia do que o ar condicionado.

[ QUADRO 2.11 ] Ventilação assistida.



[ FIG. 2.54 ] Espaços ao "ar livre", naturalmente ventilados: restaurante e sala de televisão pública.



[ FIG. 2.55 ] Vidros basculantes: permitem a regulação do fluxo de ventilação.



[ FIG. 2.56 ] Saída de ventilação em habitação típica (ventilação por efeito de chaminé).



[ FIG. 2.57 ] Parte olivada da cobertura, para potenciar a ventilação por efeito de chaminé.



[ FIG. 2.58 ] Cobertura ventilada em edifício portanconto a uma Roca.



[ FIG. 2.59 ] Protacção de janela e porta com rede mosquiteira.



[ FIG. 2.60 ] Uso de ventoinhas para climatização: menos consumo energético, melhor conforto, melhor para o ambiente.

**2.8 Inércia térmica**

Em climas quentes e húmidos, onde a amplitude diária da temperatura do ar é pequena, i.e. menor que 8°C entre os valores máximo e mínimo diários, como o clima de São Tomé durante parte do ano, uma construção com elevada inércia térmica, i.e. utilizando maioritariamente elementos maciços – como como o betão, o tijolo, o adobe, a taipa, ou a pedra, – pode ser uma desvantagem.

Após um certo ponto, o calor começa a acumular na massa do edifício; – não havendo possibilidade de escoar esse calor acumulado, através de ventilação com temperatura do ar significativamente mais baixa, o uso da inércia deixa de ser eficaz. Estes edifícios não

conseguem arrefecer o suficiente durante a noite para possibilitar razoável conforto. Existe também a desvantagem adicional de as superfícies dos elementos maciços (paredes, tecto) poderem ser afectadas por condensações devido à elevada humidade do ar. O uso da inércia térmica é recomendado para zonas climáticas com amplitudes térmicas iguais ou superiores a 8°C entre dia e noite, durante parte significativa do ano.

Em S. Tomé, onde prevalecem baixas amplitudes térmicas diárias, é assim desejável um tipo de construção leve, de fraca inércia térmica, por exemplo em madeira ou bambu. Através de um tratamento correcto, é possível hoje em dia conferir maior durabilidade e resistência a estes materiais de construção.



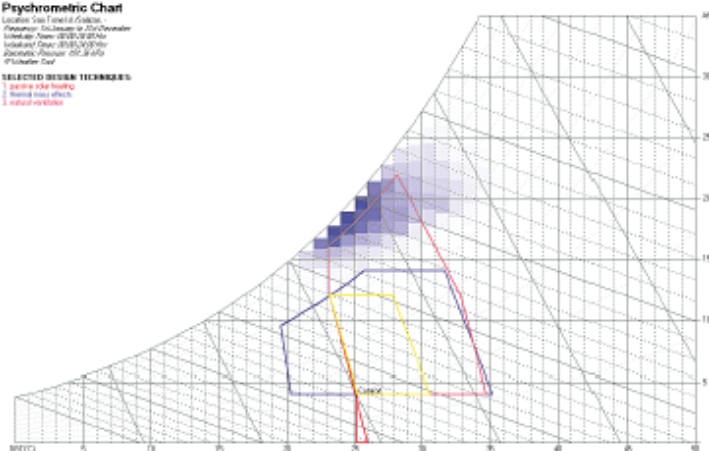


### Psychrometric Chart

Location: São Tomé & Príncipe  
 Coordinates: 03°00'00" S 17°30'00" W  
 Location: São Tomé & Príncipe  
 Location: São Tomé & Príncipe  
 Psychrometric Chart: 03°00'00" S 17°30'00" W

#### SELECTED DESIGN TECHNIQUES:

1. passive solar heating
2. natural ventilation
3. natural ventilation



{ FIG. 2.65 } Diagrama psicrométrico - cidade de S. Tomé. A mancha azul ilustra o perfil climático da região. O gráfico mostra como a zona convencional de conforto do verão da ASHRAE (1) pode ser ampliada através do uso de várias técnicas de arrefecimento passivo. As diferentes zonas apresentadas no gráfico foram definidas por Givoni (1969) e correspondem a: (1) Zona convencional de conforto do Verão da ASHRAE, adotada como referência para o uso de ar condicionado (contorno amarelo); (2) Zona de influência da ventilação diurna (contorno rosa); (3) Zona de influência da inércia térmica e ventilação nocturna (contorno azul); (4) Zona de aquecimento passivo (fundo branco, à esquerda); (5) Zona onde o ar condicionado é necessário (fundo branco, à direita).

Para uma melhor percepção do que poderá significar o conforto interior de um edifício em São Tomé e Príncipe, a { FIGURA 2.65 } apresenta o diagrama psicrométrico referente a S. Tomé. As manchas a azul escuro na carta representam as características climáticas (temperatura de bolbo seco e húmido, humidade relativa e pressão de vapor). O contorno amarelo re-

presenta a zona convencional de conforto ASHRAE, considerada directamente pelo software ECOTECT - Weather Tools (um dos softwares de apoio à elaboração do presente manual). Nestas figuras encontram-se ainda sobrepostas as zonas de influência das diversas técnicas de arrefecimento passivo baseados em pesquisa realizada por Givoni (1969).

O gráfico mostra como a zona convencional de conforto pode ser ampliada através da utilização de várias técnicas de arrefecimento passivo. As estratégias referenciadas são as mais adequadas ao bom desempenho do edifício nessa zona climática. Pode verificar-se que, se nenhuma estratégia passiva for utilizada, a aplicação de padrões de conforto da ASHRAE (ASHRAE, 1995) leva ao uso de ar condicionado durante a maior parte do ano.



{ FIG. 2.66 } O uso do ar condicionado pode ser evitado através da correcta utilização de design passivo, evitando encargos económicos e danos ambientais.



Verifica-se que para o território de São Tomé a estratégia principal de arrefecimento passivo a implementar é a ventilação diurna. A ventilação nocturna e a inércia térmica desempenham um papel apenas marginal no arrefecimento do edifício. Não há necessidade aparente de aquecimento.

Para períodos excepcionalmente quentes correspondentes à margem que se localiza na zona activa (7- onde a climatização artificial é necessária), pode recorrer-se a sistemas de baixo consumo energético, como ventoinhas (mais económicas e eficazes), ou sistemas de modo misto. Para situações de excepção, em que o uso de ar condicionado é difícil de evitar (e.g. grandes edifícios de serviços), existe também hoje tecnologia alternativa aos sistemas convencionais de climatização: o chamado AVAC solar, um sistema mecânico de ar condicionado em

que o uso de electricidade proveniente de combustíveis fósseis é substituído pelo da energia solar, uma fonte renovável, reduzindo assim o impacto negativo sobre o ambiente, e também os custos de manutenção.

Pode concluir-se que a ventilação natural diurna é a estratégia prioritária para alcançar conforto. A experiência confirma igualmente que habitantes de zonas quentes toleram mais o calor do que indivíduos habituados aos padrões europeus de conforto térmico. Esta é uma área do conhecimento onde ainda é muito necessário o desenvolvimento de investigação que clarifique as verdadeiras exigências de conforto em regiões tropicais, como o caso de São Tomé e Príncipe, de maneira a evitar desconforto e gastos absolutamente desnecessários de energia, que acarretam sérias consequências económicas e ambientais.







## { capítulo 3 }

# Materiais e tecnologias construtivas

---

### 3.1 Madeiras

---

#### 3.1.1 Madeiras de S. Tomé e Príncipe

---

De acordo com um estudo de 2004 (Associação Industrial Portuguesa & Logistel, S.A., 2004) a floresta de S. Tomé e Príncipe é caracterizada por uma floresta húmida primária e uma floresta secundária. A floresta primária, designada por "Obô", situa-se a altitudes superiores a 1.400 metros, esta floresta inicialmente cobria a ilha de S. Tomé e hoje só se encontra a altitudes superiores a 1400 metros. A floresta secundária, designada por "capoeira", situa-se nas zonas altas das partes cultivadas e posteriormente abandonadas devido à sua baixa rentabilidade agrícola. Esta floresta secundária é a principal fonte de extração de madeira, quer para a construção.

A informação existente acerca do potencial lenhoso das espécies existentes na República de S. Tomé e Príncipe é ainda escassa. De facto, embora a criação em 1948 da então Junta de Investigação do Ultramar tenha conduzido a um conjunto alargado de estudos com o objetivo de conhecer as características e propriedades das madeiras tropicais, as madeiras da República de S. Tomé e Príncipe não então consideradas. Um dos poucos estudos efetuados foi realizado em 1987 pelo Instituto de Investigação Científica Tropical e no qual grande parte da informação incluída nos quadros 1 e 2 se fundamenta (Freitas, 1987).

Os { QUADROS 3.1 e 3.2 } mencionam as madeiras então reconhecidas como existentes na República de S. Tomé de Príncipe com potencial para a construção, apresentando as suas características gerais e utilizações previstas.

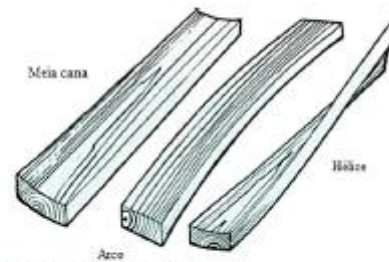


Espécie	Nome vernáculo	Nome comercial	Massa volúmica	Resistência	Retração	Durabilidade
<i>Albizia lebbekii</i> Benth.	Siroso	Kokko	Medianamente pesada	S4	Pouco retráctil medianamente nervosa	4
<i>Carapa procera</i> Dc.	Gógó	Crabwood african	Medianamente pesada	S1	Medianamente retráctil medianamente nervosa	3
<i>Celtis mildbraedii</i> Engl.	Pau capitão	African celtis	Pesada	S6	Muito retráctil muito nervosa	4
<i>Milicia excelsa</i> (Welw.) C.C. Berg	Amoreira	Iroko	Medianamente pesada	S3 - S4	Pouco retráctil medianamente nervosa	1
<i>Dacryoides edulis</i> H. J. Lam.	Safú	-	Leve	S4	Medianamente retráctil medianamente nervosa	4
<i>Fagara macrophylla</i> Engl.	Marapião	-	Medianamente pesada	S1 - S2	Pouco retráctil medianamente nervosa	2
<i>Mammea africana</i> G. Don.	Obá	-	Medianamente pesada	S3 - S4	Medianamente retráctil pouco nervosa	2
<i>Manilkara multinervis</i> (Bak) Dubard.	Zetona	-	Muito pesada	S1 - S2	Medianamente a muito retráctil	1
<i>Pentaclethra macrophylla</i> Benth.	Moandim	Mubala	Pesada	S1 - S2	Medianamente retráctil muito nervosa	1
<i>Phyllanthus discoides</i> (Baill.) Muell. Arg.	Pau ferro de São Tomé	-	Medianamente pesada	S3 - S4	Medianamente retráctil medianamente nervosa	3
<i>Staudtia kamerunensis</i> Warb.	Pau vermelho	Niovê	Leve	-	Medianamente retráctil medianamente nervosa	-

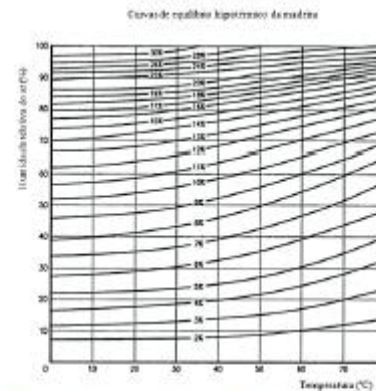
{ QUADRO 3.1 } Características físicas e mecânicas das madeiras de S. Tomé e Príncipe

1. A classificação de pouco a muito retráctil representa o movimento da madeira durante o processo da secagem (madeira verde ≠ madeira seca).

A classificação de pouco a muito nervosa representa o movimento da madeira em obra (admitindo-se que esta é seca previamente para as condições ambientais de utilização).



{ FIG. 3.3 } Empenos da madeira.



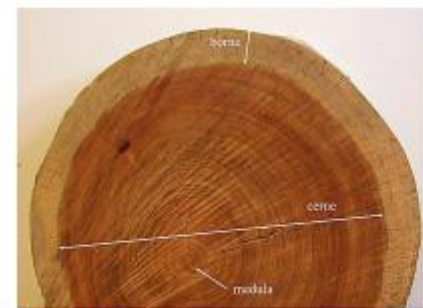
{ FIG. 3.4 } Curvas de equilíbrio higrométrico da madeira.

pação, quando é inevitável a exposição dos elementos da construção a condições ambientais muito variáveis e as consequentes variações dimensionais tenham implicações inaceitáveis.

Compreende-se também a importância da concepção e da pormenorização cuidada para o desempenho e a durabilidade das estruturas de madeira, pela adopção de medidas construtivas que limitem o acesso, a absorção e a retenção de água pela madeira.

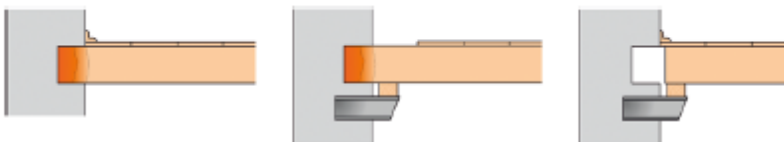


{ FIG. 3.5 } Inchaço da madeira após aplicação em obra.



{ FIG. 3.6 } Bomo e cerne.

A aplicação da madeira em obra com teor de água superior ao equilíbrio com as condições do local tem como consequência a secagem e a consequente retracção da madeira após aplicação, com prejuízos evidentes. Para limitar as retracções, fendas e empenos dos elementos aplicados, é conveniente secar e estabilizar previamente a madeira até valores próximos do teor de água de equilíbrio esperado para o local, o que pode ser estimado a partir do ábaco apresentado na { FIGURA 3.4 }, em função dos valores médios da temperatura e da humidade relativa do ar previsíveis.



{ FIG. 3.16 } Criação de novos apoios.

Estas soluções de reforço permitem o aproveitamento (quase) integral dos materiais originais, tendo com principais desvantagens o aumento da massa estrutural e a alteração da distribuição de esforços na estrutura, que têm que ser devidamente analisadas.

## 3.2 Alvenaria

### SURE-AFRICA REABILITAÇÃO DE ALVENARIAS

#### 3.2.1 A construção em alvenaria

O termo "alvenaria" designa um conjunto de elementos de pequena dimensão, sobrepostos e arrumados, ligados ou não por argamassa, formando paredes, pontes, fundações ou muros. Quando esse conjunto sustenta a construção, denomina-se por alvenaria estrutural.

Do ponto de vista da utilização da argamassa para ligação dos elementos constituintes de uma alvenaria, esta pode designar-se por "alvenaria ordinária", quando a argamassa está presente, ou "alvenaria seca", no caso contrário.

Os elementos que constituem a alvenaria podem ser pedras de formato irregular (alvenaria de pedra aparelhada) ou regular, arrumada face com face (alvenaria de pedra aparelhada), tijolos de diferentes tipos (adobe, tijolo cerâmico maciço, tijolo rizado, tijolo furado), ou blocos de diferentes materiais (areia e cimento, betão celular autoclavadado, betão leve de argila expandida, etc.).

As paredes de alvenaria em edifícios correm frequentemente um revestimento superficial em reboco, que é normalmente pintado. O reboco consiste numa camada de argamassa conjuntamente com a pintura superficial, para a parede da acção dos agentes de degradação contribuindo para a respectiva estanqueidade, garantindo uma boa aparência visual. A ausência de reboco provoca uma degradação mais acelerada e um pior isolamento térmico, devido à infiltração de água das chuvas.

Neste território, para além da construção tradicional, predomina a construção em alvenaria estrutural, formando as paredes exteriores das construções, e, no caso de edifícios de maiores dimensões, também algumas paredes interiores.



No período colonial foram trazidos materiais e técnicas construtivas diferentes, sendo possível encontrar paredes de diversos tipos, como as de tijolo cerâmico { FIGURA 3.20 }, as de alvenaria ordinária { FIGURA 3.21 } e mesmo as paredes de frontal do tipo pombalino { FIGURA 3.22 }.



{ FIG. 3.20 } S. Tomé – cidade: paredes de tijolo cerâmico.



{ FIG. 3.21 } S. Tomé – Roças: paredes de alvenaria ordinária.

Mais recentemente, tem-se generalizado a construção com recurso a blocos de areia e cimento { FIGURA 3.23 }, em panos de parede travados vertical e horizontalmente com elementos de betão armado { FIGURA 3.24 }.



{ FIG. 3.22 } S. Tomé – Roças: paredes da frontal tipo pombalino.



{ FIG. 3.23 } S. Tomé – Cidade: fábrica de blocos de areia e cimento (contêm pozolanas?).



{ FIG. 3.24 } S. Tomé – Rural: construção com blocos de areia e cimento.



## { capítulo 4 }

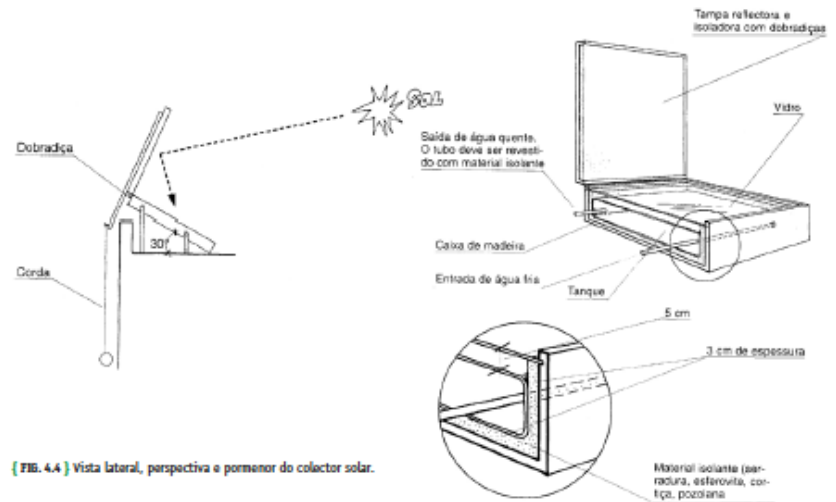
# Energia

### Processo de auto-construção de um colector solar

Um depósito de gasolina de um carro velho pode ser convertido num colector solar. Este pode ser ligado à rede de água ou abastecido por um depósito. O colector deve estar orientado a Norte, para captar mais radiações solar, com cerca de 30 graus de inclinação e próximo do tanque de água. A tampa reflectora e isoladora deve funcionar com dobradiças e ter um dispositivo que permita tapar a caixa à distância, sem necessidade de subir ao telhado. Esta caixa deve fechar muito bem para evitar que se perca o calor durante a noite. O colector pode estar conectado à rede de água ou então ser abastecido por um depósito.



[ FIG. 4.3 ] Localização do colector solar na cobertura do edifício.



[ FIG. 4.4 ] Vista lateral, perspectiva e pormenor do colector solar.



## { capítulo 5 }

# Água

### 5.1 Métodos de captação

#### • Captação da água da chuva

Nas regiões onde não existem sistemas de abastecimento regular de água, recomenda-se a construção de cisternas domésticas para o armazenamento da água na época das chuvas.

#### • Captação e conservação da água da chuva

Nas regiões onde não existem sistemas de abastecimento regular de água, recomenda-se a construção de cisternas domésticas para o armazenamento da água na época das chuvas. Um bom sistema de armazenamento de água consiste numa cisterna equipada com um filtro que recolhe e conserva a água da chuva canalizada da cobertura da habitação.

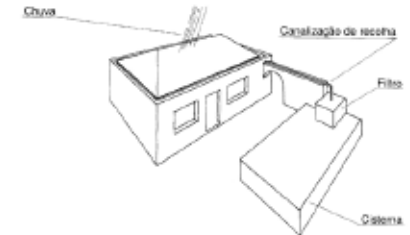
### 5.2 Métodos de potabilização

#### Métodos físicos:

#### • Filtração

A água de qualidade duvidosa deve ser filtrada. Embora a filtração ajude a eliminar as bactérias, não é suficiente para garantir a potabilização da água. Um sistema de um filtro de areia e cascalho de construção simples com um bidão de 200 litros pode ser uma boa solução para o meio rural.

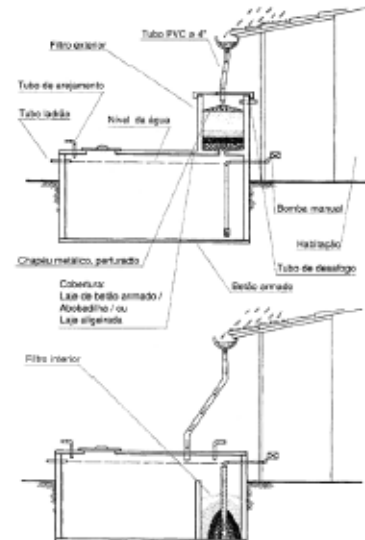
{ FIG. 5.2 } Sistema de filtração da água da chuva.



{ FIG. 5.1 } Sistema doméstico de recolha da água da chuva.

#### • Ebulição

A ebulição é o melhor método para destruir os microrganismos patogénicos que se encontram na água. Para que este método seja efectivo é necessário que a água seja fervida.





desenvolvem no tanque. O ambiente interior tem de ser favorável ao desenvolvimento destes seres – sem oxigénio nem luz. Esses seres, que se chamam de anaeróbios, sobrevivem nos resíduos orgânicos, transformando-os em líquidos e em gases. Com essa transformação, as águas ficam de tal forma expostas ao ar, que rapidamente oxidam, tomando-se inofensivas pela acção de outras bactérias que precisam de oxigénio para sobreviver.

#### Campo de oxidação e poço de absorção

Instalação para oxidar o efluente, ou seja, as águas negras que saem do depósito séptico. O campo de oxidação consiste numa série de drenos instalados no subsolo de um terreno poroso e pelos quais se distribui o efluente, que oxida em contacto com o ar contido nos poros do terreno. O poço de absorção substitui o campo de oxidação, quando não se dispõe de terreno suficiente para a instalação articulada do campo de oxidação e do poço.

#### Caixa de separação de gorduras e sabão

Entre a habitação e a fossa séptica deve-se construir uma caixa para reter as gorduras das lavagens da cozinha. Esta caixa também recebe as águas dos banhos e da lavagem da roupa que poderão ser reaproveitadas para regar um jardim. Neste caso, este sistema intermédio deve ser montado sem ligação à fossa nem ao poço de absorção. A água sem gorduras passa pela caixa, que também funciona como filtro, e depois é conduzida para o jardim.

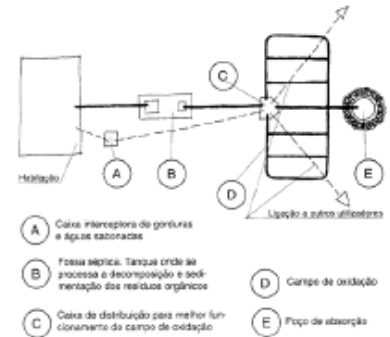


Fig. 6.4 | Esquema de instalação de uma fossa séptica.

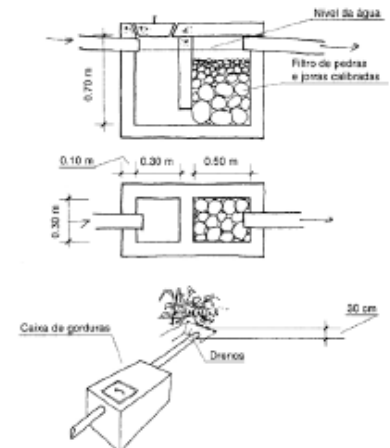


Fig. 6.5 | Caixa de separação de gorduras e sabão.

## { capítulo 6 }

# Saneamento



## { capítulo 7 }

### Casos de Estudo

#### 7.1 Roça de S. João dos Angolares Projeto de Ecoturismo e Cultura numa antiga Roça Colonial

Na Roça S. João, antigo espaço de exploração agrícola colonial, situada nos Angolares, distrito de Cauê, fez-se a aposta num projeto de desenvolvimento integrado onde o ecoturismo e a cultura se evidenciam na rusticidade do ambiente envolvente. As marcas do passado ainda se encontram

por todo o lado e muito presentes, sobretudo, na memória da(s) comunidade(s), que fazem, naturalmente, parte de um conjunto onde o humano, o edificado e a natureza se cruzam.

Impõe-se rever o conceito do que se entendia por Roça para que melhor se perceba a opção por um projeto de ecoturismo cultural onde a participação ativa da comunidade local desempenha um papel fundamental.

A Roça foi uma realidade socioeconómica de invenção colonial do séc. XIX/XX, para responder às

**FIG. 7.1** Roça de São João dos Angolares, habitação principal.





## 7.2 A Escola de Pedreiros

A Roça Paciência é um modesto complexo agrícola integrado, localizado na ilha do Príncipe especificamente na zona do Picão. É composta por modestos edifícios em redor de um terreiro quadrangular com cerca de meio hectare. As suas funcionalidades são definidas pelos edifícios de habitação: casa da administração, ao centro e de dois pisos; a Casa dos Empregados e antigas sanzalas; e edifícios de apoio à actividade agrícola: Armazém e antigo escritório (anexos à casa da administração) e antigo secador de cacau. Fora do recinto do terreiro, encontram-se ainda as antigas estrebarias e pocilga (actualmente desocupadas) bem como os espaços horticolas de subsistência.

Do ponto de vista construtivo, os edifícios são compostos por alvenaria em pedra e cal, na sua maioria centenários, erguidos e adaptados ao longo dos tempos conforme as exigências agrícolas e habitacionais.



( FIG. 7.10 ) Roça Paciência, ilha do Príncipe.

A actividade agrícola na Paciência manteve-se ininterrupta permitindo encontrar ainda hoje a roça original no seu estado quase pristino com os edifícios e respectivos revestimentos de reboco em bom estado de conservação dando assim, bom nome à expressão “de Pedra e Cal”.

Hoje a Roça Paciência enfrenta uma nova etapa, integrada nos investimentos levados a cabo pelo grupo HBD. A nova fase tem em curso um projecto de recuperação integral dos seus edifícios para fins turísticos e consequente processo agrícola de um modo sustentado e respeitando o local e suas origens. O objectivo é atrair e acolher turistas ou curiosos oriundos de todo o mundo, para observação dos seus antigos processos agrícolas de exploração de café e cacau (entre outros) preservando assim o seu forte carácter agrícola.

Para pôr em prática este projecto peculiar criou-se em Setembro de 2012, para este efeito, a Escola dos Pedreiros. Tem como objectivos principais ensinar e dar a conhecer técnicas e métodos de planeamento, construção e reabilitação tradicionais e sustentáveis. O trabalho de formação incide na sua essência, na reabilitação de todo o complexo edificado e na reestruturação do espaço horticola com o máximo reaproveitamento dos recursos existentes. Até à data de hoje, A Escola de Pedreiros é constituída por 10 trabalhadores locais da comunidade do Picão e Belo Monte que diariamente, pedra sobre pedra, formam uma parte integrante e fundamental em todo este processo.



( FIG. 7.11 ) Escola de Pedreiros, Roça Paciência: trabalhos de formação e reabilitação.

o toque fino de gerações sucessivas de caiúras. O leite de cal foi progressivamente testado e afinado para se adaptar e criar o efeito fresco e renovador, característico deste material. A bordadura cinza escura original das portas, janelas e rodapés é feita segundo a técnica tradicional da ilha do Príncipe à base de casca de coco. A cobertura em telha cerâmica tipo “marselha” e estrutura de madeira são rectificadas e reparadas em função das necessidades assim como todos os trabalhos de carpintaria.

Findo o primeiro ano de trabalhos e formação, o resultado está a vista. No espaço horticola os metros quadrados remodelados bem como os metros cúbicos movimentados e reorganizados encontram-se suportados e alinhados por aproximadamente 70 m lineares de muros de suporte erguidos em alvenaria tradicional de pedra e cal, encerrando em si todo o material recuperado e reutilizado no espaço circundante. Por sua vez, os trabalhos de reabilitação em curso nos edifícios, oferece a quem se en-

contra no terreiro um vislumbre do que outrora foi a Roça Paciência alentada pela alvura da Cal.

Os Pedreiros da Paciência são sem dúvida a semente e fruto de todo este sucesso. Ainda hoje se reúnem na Escola dos pedreiros para traduzirem com esforço, vontade e dedicação o empírico e inato em fórmulas e números. Homens a quem, uma área ou simplesmente uma distância, sem dúvida presente no seu saber fazer e viver, não tinham escrita. Homens para os quais, pedra e cal deixaram de ser imaterial mas sim parte ligante da sua história, Património Edificado.

### Metodo construtivo

Consoante o tipo de obra, o tipo de material a utilizar bem com a sua forma de aplicação, podemos destacar varios métodos e técnicas construtivas dos quais destacamos os rebocos, a alvenaria tradicional em pedra e a reutilização e reaproveitamento dos materiais. É sabido que cada casa é um caso e a Paciência não escapa a regra, os materiais a uti-





É nesta base que é desenvolvida a formação e trabalho da Escola de Pedreiros. Pela experiência e aprendizagem levado a cabo nesta escola compreende-se então o sentido da expressão “leve-leve” de São Tomé e Príncipe, a qual reporto ao homeólogo de Portugal “devagar se vai ao longe”.

Hoje marcamos presença na Roça Paciência, na Sundy, na reabilitação tradicional do escritório centenário do departamento de agricultura e brevemente na Roça da Porto Real.

**Autor:** Manuel de Sousa Gomes, Engenheiro do Ambiente e dos Recursos Naturais

### 7.3 HBD – Here Be Dragons

A HBD foi criada na sequência de uma viagem de Mark Shuttleworth à Ilha do Príncipe.

Apasionado pela paisagem, pela arquitectura, pela biodiversidade e pelas pessoas desta ilha, Mark decidiu criar uma sociedade de investimento, com o objectivo de fazer da ilha, um modelo de desenvolvimento sustentável e duradouro, baseado no ecoturismo e na agricultura integrada na floresta.

“Here Be Dragons” era a frase ancestral utilizada para assinalar novas terras no mapa-mundo, e é também a missão da HBD - colocar a ilha do Príncipe no mapa, como um exemplo de modelo, em que o desenvolvimento social e económico não afectam a biodiversidade e a beleza natural do local.

#### Pilares de intervenção da HBD na ilha do Príncipe

Para levar a cabo e com sucesso a sua missão, a HBD definiu 5 pilares estratégicos, sobre os quais assentam todas as intervenções :

Pilares	Protecção da biodiversidade e técnica da região	Celebração de cultura e história	Apoio a actividades culturais e desportivas	Criação de espaço para o pioneirismo e o acesso ao conhecimento	Criação de postos de trabalho nas várias áreas de intervenção
Áreas de desenvolvimento	Desenvolvimento ecológico	Desenvolvimento de identidade nacional & histórica	Desenvolvimento cultural & desportivo	Desenvolvimento científico	Desenvolvimento social & económico
Intervenções & Objectives	Reflorestação para a protecção de espécies endémicas	Recuperação do património arquitectónico e histórico da ilha do Príncipe	Organização e promoção de eventos desportivos e culturais que contribuam para o desenvolvimento de uma cultura contemporânea consistente e crescente	Criação de um centro de investigação internacional, em parceria com a Academia de Ciências da Califórnia e a Universidade de África do Sul	Qualidade de mão-de-obra local, para ocupar os postos de trabalho criados nas áreas do Turismo e da Agricultura

{ TABELA 7.1 }



criados pela HBD, um objectivo importante é dar à população do Príncipe a possibilidade de estudar e trabalhar com a HBD.

Para além da aposta em formação, a HBD apoia o governo regional e as ONG's locais, nomeadamente a Cruz Vermelha e a Santa Casa da Misericórdia, em tudo o que diz respeito à área social.

#### Até à data:

} A HBD contratou quatro professores para ensinar inglês na ilha do Príncipe, dentro do quadro nacional e seguindo o curriculum da Escola+, um programa de Cooperação Portuguesa. Presentemente actua em 4 escolas, lecciona do 7º ao 11º ano e tem 636 alunos.

} Está a ser feito o levantamento do perfil da população da ilha do Príncipe, por uma socióloga Santomense.

} Foram contratadas pela HBD 350 pessoas – 90% das quais naturais da ilha do Príncipe

#### No futuro:

} Serão criadas escolas de formação profissional e hotelaria com o objectivo de formar a população local para que ocupem os postos de trabalho criados pela HBD.

} Está prevista a contratação de 700 pessoas – 90% das quais naturais da ilha do Príncipe

#### Áreas de intervenção

- } Roça Paciência
- } Praia Macaco, Boi e Uba
- } Roça Sundy
- } Ilhéu Bom Bom

- } Omali Lodge
- } Santo António
- } Aeroporto e estradas

#### Roça Paciência | A experiência da agricultura

Em plena floresta tropical com vista para o mar, a Roça Paciência vai ser reabilitada e transformada num Eco-Resort de 4 estrelas.

Neste resort considerado “eco fun”, os hóspedes vão poder desfrutar de uma experiência sensorial única e participar no cultivo da pimenta, da baunilha, do café e outros produtos agrícolas, característicos da ilha do Príncipe.

Actualmente neste Roça, 35 trabalhadores já dão vida a este local!



{ FIG. 7.12 } Trabalhos de carpintaria, Ilha do Príncipe.





## { Bibliografia }

AAVU, (2008), *São Tomé, Ponto de Partida*, Ed. Instituto Marquês de Valle Flôr e Chaves Ferreira, Lisboa

ALLARD, Francis; SANTAMOURIS, M. (eds.) (1988), *Natural Ventilation in Buildings: A Design Handbook*, James and James, London.

ANINK D.; BOONSTRA C.; MAK J, (1996). *Handbook of sustainable building*. James & James, London.

ARENT, R. (1999), *Growing Greener, Pit Conservation into Local Plans and Ordinances*, Island Press, Washington.

ASHRAE (Ed.), AAVU (2006), *ASHRAE Green Guide: The Design, Construction and Operation of Sustainable Buildings*, Elsevier, Butterworth-Heinemann, Burlington.

Associação Industrial Portuguesa (2004) *Estudo do Mercado de S. Tomé e Príncipe*, Ed. Associação Industrial Portuguesa / Câmara de Comércio e Indústria, Lisboa.

AULICIEMIS, A.; SZOKOLAY, S.V. (1997), *Thermal Comfort*, ed. PLEA (PLEA notes) in association with the Department of Architecture of the University of Queensland, Brisbane.

BAKER, Laurie, (1986) *Houses: How to reduce building costs*, Centre of Science and Technology for Rural Development (COSTFORD), Kerala, India

BAKER, Nick; STEEMERS, K. (2000), *Energy and Environment in Architecture: A Technical Design Guide*, E&FN Spon, London.

BAKER, N.; FANCHIOTTI, A.; STEEMERS, K. (1993) *Daylighting in Architecture: A European Reference Book*, produced for the Commission of the European Communities, ed. James and James, London.

BAKER, Nick (1987) *Passive and Low Energy Building Design for Tropical Island Climates*, Ed. Commonwealth Science Council, London.

BENEVOLO, Leonardo, (1997) *A cidade na História da Europa*, Editora Presença, 1ª edição, Lisboa.

BLOWERS, A. (1993), *Planning for a Sustainable Environment, a report by the Town and Country Planning Association*, Earthscan, London

BOLZA, E.; KEATING, W. G., (1972). *African timbers – The properties uses and characteristics of 700 species*. Ed. Commonwealth Scientific and Industrial Research Organization. Melbourne, Austrália

BRECSU (1995) Report 31 *Avoiding or minimising the use of air-conditioning*, ed. BRE, Energy Efficient Office, Department of the Environment, Garston.

BRUTO DA COSTA, Alfredo (1988) *Exclusões sociais*, Lisboa, Gradiva, pp.21-25, em: <http://www.eselx.ipl.pt/cidadania/cidadania/exclusoes.htm>.

CARTWRIGHT, L. (2000), *Selecting Local Sustainable Development Indicators: does consensus exist in their choice and propose?*, in *Planning Practice and Research*, BRE, Garston.

CHING, Francis D.K. (2000) – *Dicionário Visual de Arquitectura*. Ed. Martins Fontes, São Paulo.

CIB/UNEP-IETC (2002), Du Plessis, C. (ed.), *Agenda 21 for Sustainable Construction in Developing Countries*. CIB, Discussion Document, Brussels.

CLEMENTS-CROOME, D. (ed.) (1997) *Naturally Ventilated Buildings: Buildings for the Senses, the Economy and Society*, E&FN Spon, London.

COELHO, António Baptista (2012) – *Habituação e Arquitectura: Contributos para uma habitação e um espaço urbano com mais qualidade*. Informação Técnica Arquitectura ITA 12. Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), LNEC, Livraria do LNEC, Lisboa.

COELHO, António Baptista; COELHO, Pedro Baptista (2009) – *Habituação de Interesse Social em Portugal: 1988 – 2005*. Livros Horizonte, Horizonte Arquitectura, Lisboa..

COELHO, António Baptista (2009) – *Entre casa e cidade, a humanização do habitar*. Dafne editora, opúsculos – Pequenas Construções Literárias sobre Arquitectura, opúsculo 18, Porto.

COELHO, António Baptista (2008) *Análise das Condições de Habitabilidade do Edifício Existente no Bairro do Alto da Cova da Moura – Organização geral do estudo e pré-análise*. Ed. LNEC, Lisboa

COELHO, António Baptista; Cabrita, A. Reis (2003) *Habituação evolutiva e adaptável*. Informação Técnica Arquitectura ITA 9. LNEC, Livraria do LNEC Lisboa.

COELHO, António Baptista; CABRITA, A. Reis; (1999) *Espaços Exteriores em Novas Áreas Residenciais- Informação Técnica Arquitectura*, ITA 3, LNEC, Livraria do LNEC, Lisboa.

COELHO, António Baptista; PEDRO J. Branco (1998) *Do Bairro e da Vizinhaça à Habitação – Informação Técnica Arquitectura*, ITA 2, ), LNEC, Livraria do LNEC, Lisboa.



## { Anexos }

### A1 S. Tomé e Príncipe Região Autónoma do Príncipe Plano e Agenda de Desenvolvimento Sustentável (PADS)

#### A1.1 Introdução

Por iniciativa do Governo da Região Autónoma do Príncipe e de uma entidade privada que actua na ilha, foi desencadeado um processo de encomenda cujos termos de referencia eram suficientemente abertos, o que permitiu a redefinição dos contornos de enquadramento e o alcance dos objectivos que se pretendiam atingir. A elaboração do PADS decorreu entre Junho de 2011 e Julho de 2012, sendo da responsabilidade de uma equipa constituída por três entidades: Essentia (coordenação, programação, economia, turismo); Matos e Fonseca (ambiente, parque natural); JFP (urbanismo, arquitectura, património).

O PADS desenvolveu-se em três etapas. A primeira mais de caracterização, de diagnóstico e de levantamentos. A segunda já prepositiva com base em pressupostos programáticos decorrentes de orientações quantitativas e qualitativas quanto à capacidade de uso do território objecto da intervenção, e como resultado de amplas reuniões com as entidades oficiais e a sociedade civil. A terceira entendida como o repositório devidamente aferido de todas as propostas e inerentes metodologias de implementação acompanhadas de elementos desenhados desenvolvidos às escalas apropriadas, cabendo à equipa técnica alargada toda a responsabilidade pela tradução em termos formais, teóricos e de ideias.

Foram identificados os grandes domínios a abarcar pelo PADS, que se estenderam desde a Sociedade, a Educação e a Formação, a Saúde, a Economia, o Turismo, a Governância, e obviamente uma aproximação sistemática ao grande envelope do Ordenamento do Território. As matérias em presença são complexas, densas e exigiram amplas análises a diversos níveis, desde os físicos, aos sociológicos, passando pelos históricos e outros colaterais, de modo a compreender o mais possível todas as realidades em presença.

A apresentação do tema do Desenvolvimento e Ordenamento do Território, da nossa directa responsabilidade, remete para todo o trabalho articulado de uma equipa pluridisciplinar, sublinhando-se o seu carácter particular e diferente de outros instrumentos de gestão do território.

#### A1.2 Contextos

Considera-se pertinente começar por uma identificação das principais preocupações que estiveram presentes nas acções desenvolvidas, as quais permitiram enquadrar e aprofundar as orientações expressas inicialmente, constituindo pistas de percepção das realidades físicas e humanas, a quem esteve relacionado com esta Região Autónoma.

##### A1.2.1 Motes

*"Deus vive no Príncipe."*

Expressão utilizada pelos naturais do Príncipe, porque tudo está de feição, sem tensões, onde é fácil subsistir, habitar, conviver, existir.

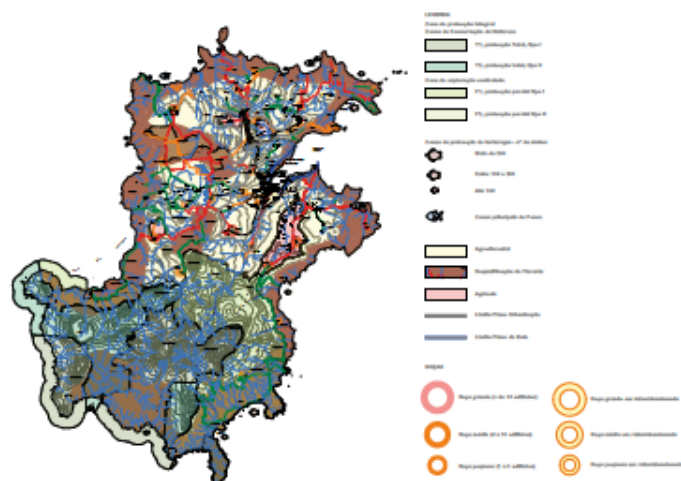


FIG. A1.1 | Plano e agenda de desenvolvimento sustentável da ilha do Príncipe: planta de condicionantes, Fevereiro 2012.

O plano dedica particular atenção à harmonia entre o homem e a natureza, à qualidade da paisagem, e à preservação dos recursos naturais, com redução do consumo de bens não renováveis, demonstrando uma forte sensibilização para o respeito do meio ambiente natural, cultural e social, motor de um desenvolvimento económico e social local, vector de um enriquecimento tanto para os naturais do Príncipe como para os visitantes.

#### Uma enorme vantagem

O facto das decisões não se estenderem por várias unidades político-administrativas, com tudo o que

isso significa de facilidade em obter consensos, permite ultrapassar os inúmeros problemas que surgem quando se pretendem encontrar arquiteturas institucionais e modelos de regulação que se ajustem à complexidade e à extensão geográfica do território. Esta uma das grandes potencialidades deste projecto.

À escala da Ilha do Príncipe é possível estabelecer uma estratégia para as diversas políticas e tutelas sectoriais, definindo-se objectivos, planos, prioridades de intervenção, e coordenando e articulando políticas macro com políticas micro. Existe a oportunidade para que se manifestem opções sufi-

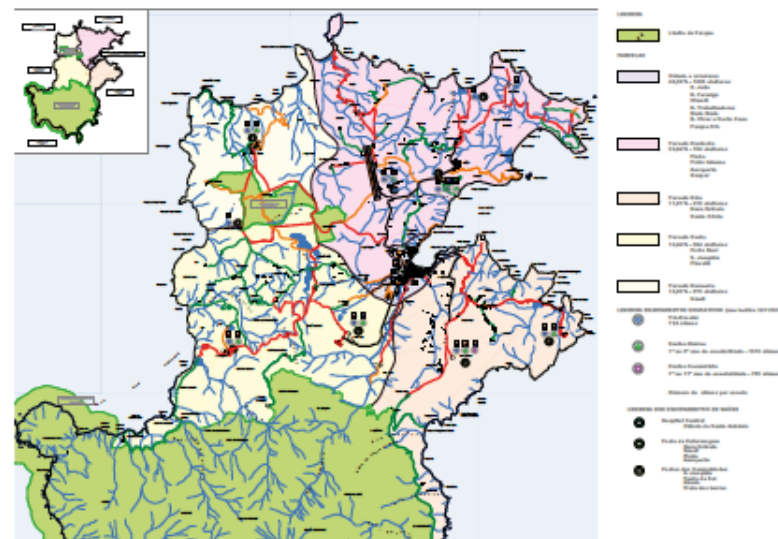


FIG. A1.3 | Plano e agenda de desenvolvimento sustentável da ilha do Príncipe: distribuição geográfica das comunidades e equip. públicos Fevereiro 2012.

{ 1 } Que o usufruto daquele território não seja passivo, isto é, que os utentes assumam uma co-responsabilidade na gestão dos recursos disponíveis, vivenciando na sua estadia uma experiência quotidiana única, e contribuindo no fazer e no manter auto-sustentado aquele micro mundo em termos de "sobrevivência" e de gastos energéticos.

{ 2 } Envolver a comunidade local de modo a não criar recusas e ou rejeições, antes pelo contrario, fomentar condições de desenvolvimento humano em diversas áreas, nomeadamente no campo da formação, do conhecimento, da saúde, etc..

#### A1.4 Desenvolvimento e ordenamento do território (DOT)

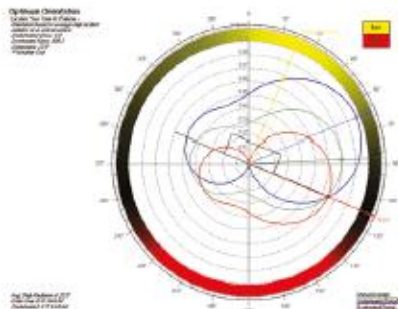
##### A1.4.1 Enquadramento

O desenvolvimento do território deve ser entendido como um processo através do qual a ilha do Príncipe será progressivamente transformada pelas comunidades humanas que a habitam, envolvendo as componentes físicas (acessibilidades, infra-estruturas, paisagens, espaços urbanos e rurais, etc.), e integrando a estrutura territorial, o padrão de povoamento, a distribuição geográfica

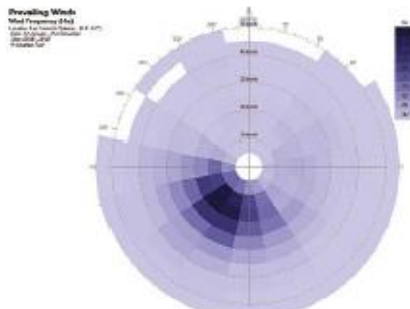




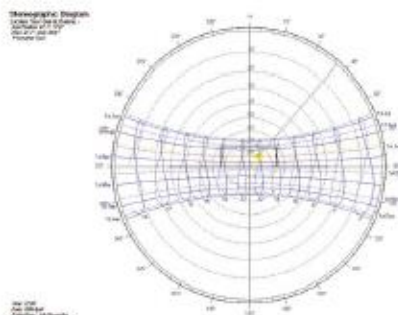
### A3.1 Contexto climático



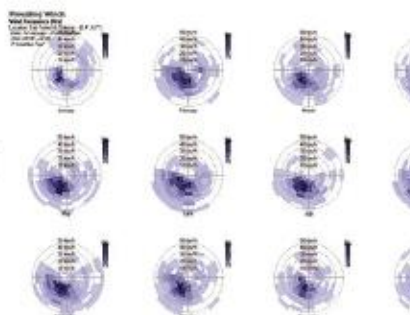
{ FIG. A3.1 } Orientação solar otimizada a cidade de S. Tomé (22.5°N).



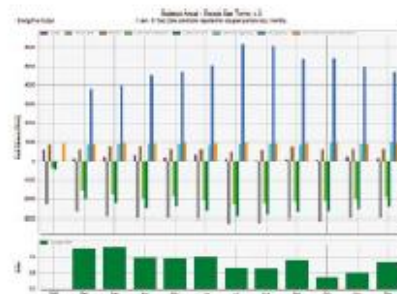
{ FIG. A3.3 } Diagrama do regime anual dos ventos para a cidade de S. Tomé, mostrando a frequência dos ventos dominantes.



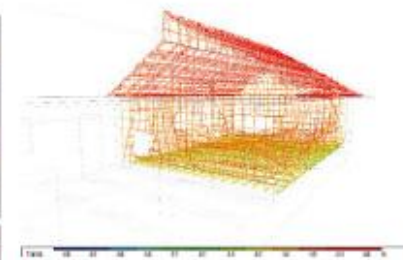
{ FIG. A3.2 } Diagrama estereográfico para a cidade de S. Tomé, mostrando o percurso solar nos vários períodos do ano. A linha amarela corresponde a um dia quente.



{ FIG. A3.4 } Diagramas dos ventos dominantes da cidade de S. Tomé, nos diferentes meses do ano.



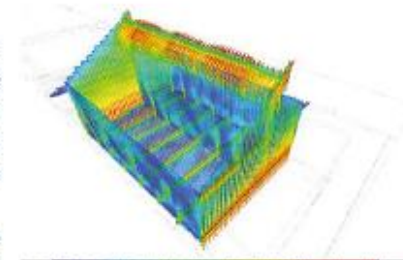
{ FIG. A3.31 } Versão 3 – Balanço energético mensal + índice do Conforto Fanger PMV, para o Bloco Sul, ano típico.



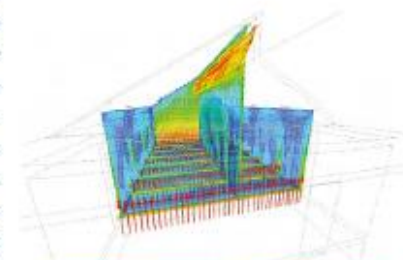
{ FIG. A3.32 } Versão 3 – CFD, Sala 2, 20 de Fev, 16h. Isolínhas de estratificação da temperatura.

Alargando o espectro de análise comparativa ao longo do ano { FIGURAS A3.31 }, confirmam-se mais nitidamente as melhorias referidas, momento o desempenho das paredes exteriores e da cobertura, o que em conjunto resulta em melhores condições de conforto interior (Fanger PMV).

Nesta sequência e analisando os estudos de CFD { FIGURAS A3.32, A3.33 e A3.34 } podemos inferir que o sistema preconizado mostra uma tendência de funcionamento mais consistente, com maior “imunidade” às variáveis climáticas, e reforçando a qualidade e estabilidade dos caudais de ar de ventilação, tanto na impulsão como na extração dos mesmos. A mais clara estratificação de temperaturas no volume da sala revela um sistema mais eficiente, não apenas na dissipação das cargas térmicas internas por “ocupação”, bem como na renovação de ar de forma mais serena e abrangente, tornando o ambiente interior mais saudável e confortável.



{ FIG. A3.33 } Versão 3 – CFD, Sala 2, 20 de Fev, 16h. Vetores e planos de estratificação da velocidade do ar.



{ FIG. A3.34 } Versão 3 – CFD, Sala 2, dia 20 Fev., 16h. Vetores e planos de estratificação da velocidade do ar.



### INTEGRAÇÃO LOCAL

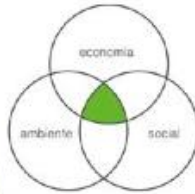
solo  
ecossistemas  
paisagem e património

### RECURSOS

energia  
água  
materiais  
produção alimentar

### CARGAS AMBIENTAIS

efluentes  
emissões atmosféricas  
resíduos  
ruído exterior  
poluição ilumino-térmica



### CONFORTO AMBIENTAL

qualidade do ar  
conforto térmico  
iluminação e acústica

### VIVÊNCIA SOCIOECONÓMICA

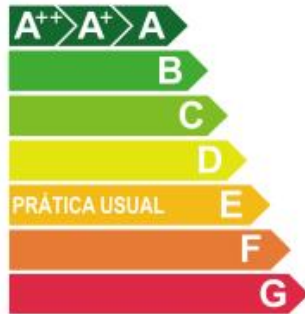
acesso para todos  
diversidade económica  
amenidade e interação social  
participação e controlo  
custos no ciclo de vida

### USO SUSTENTÁVEL

gestão ambiental  
inovação

( FIG. A2.1 ) Vertentes e áreas (subdivisão das vertentes) consideradas pelo Sistema LíderA para a procura da sustentabilidade.

A procura da sustentabilidade (nas vertentes, áreas e critérios) pode ser classificada em níveis maiores ou menores do desempenho nesse caminho para a sustentabilidade, nomeadamente das classes de menor desempenho G, E até às classes



( FIG. A2.2 ) Níveis de Desempenho Global.

de maior desempenho A, A+ e A++, que revelam uma maior sustentabilidade.

Esta escala é definida tendo em consideração a prática usual não sustentável, que é classificada como classe E, até uma boa prática que assuma necessidades de consumos ou reduções da ordem de 2 vezes (classe A), da ordem das 4 vezes (Classe A+) ou da ordem das 10 vezes (Classe A++).

Por exemplo, a utilização de grandes áreas envidraçadas na fachada do edifício origina consumos energéticos e necessidades de arrefecimento muito elevados. Assim, através da área envidraçada (solução adoptada) ou através dos consumos de energia (kilogramas equivalentes de petróleo (kgep) por m<sup>2</sup> ou kWh/m<sup>2</sup>) tal é classificado como classe E. A redução da área envidraçada no edifício e a utilização de princípios bioclimáticos (adequada orientação, sombreamento, fomento da ventilação natural,



MAZRIA, E. (1979). The passive solar energy book. Rodale Press, Emmaus, Pennsylvania.

MENEZES, M. (2000). A satisfação residencial. Tópicos de reflexão acerca do estudo de análise. LNEC, Lisboa.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (1994). The contribution of amenities to rural development. Paris.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2001). Environmental Outlook. OCDE, Paris.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. (2003). Environmental sustainable building - challenge and policies. OCDE, 194p. Paris, France.

PINHEIRO, M. D. (2004, Outubro 27 - 29). Linhas gerais de um sistema nacional de avaliação da construção sustentável. 8ª Conferência Nacional do Ambiente, Centro Cultural de Lisboa, Lisboa.

PINHEIRO, M. D. (Revisão Científica Correia, F.N.; Branco, F.; Guedes, M. C.) (2006). Ambiente e Construção Sustentável. Instituto do Ambiente, Amadora, Portugal.

PINHEIRO, M. D. (2007). Sistemas de Gestão Ambiental para a Construção Sustentável. Tese Doutoramento em Engenharia do Ambiente. IST/ UTL, Lisboa.

UNEP - United Nations Environment Programme. (1999). Global environment outlook 2000. New York, USA.

UNPD - United Nations Population Division. (1998). World population prospects 1950-2050 (The 1998 Revision). United Nations. Disponível em <http://esa.un.org/unpp/>

## A5 Vegetação e Conforto Microclimático

COM REFERÊNCIA A PAÍSES LUSÓFONOS AFRICANOS



( FIG. A5.1 ) Benefícios da vegetação: sombreamento, arrefecimento do microclima (evapotranspiração), redução da poluição e conforto psicológico.

### Abstrato

Este capítulo visa mostrar a possibilidade de melhorar o microclima através do relacionamento das características e fatores da vegetação. Em específico, concentra-se no microclima externo associado a sítios e edificações de centros urbanos. A dimensão da pesquisa se limita particularmente as condições climáticas dos países africanos lusófonos, com um

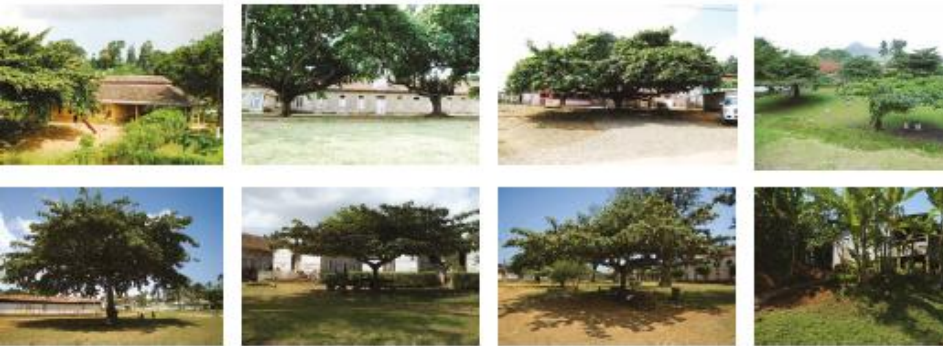




conforto térmico das pessoas. A conexão do mundo feito pelo homem e o mundo natural cria diversas microclimas, nem sempre salutares. Alguns elementos da paisagem como árvores e água afetam a microclima. Não há dúvida que, dentro de um único sítio, cidade ou paisagem, existem muitos microclimas diferentes que os cerca. Quando se anda numa rua com nenhuma proteção ao calor intenso e subitamente passa-se sob a sombra de uma bela e frondosa copa, a sensação é diferente. A melhor forma de perceber essas diferenças é com o nosso próprio corpo. Percebemos sensações diferentes antes mesmo de pensarmos sobre eles. Os sentidos do nosso corpo nos dizem quando o colocamos sob stress ou fadiga.

Como nem todos os elementos que influenciam os microclimas podem ser antecipadas ou previstos, é importante pensar a pior situação e tentar

superar esses problemas através do design microclimático. Em acalorados locais como na maior parte da África, verão e inverno apresentam temperaturas diurnas quentes. Mas O inverno porem apresenta mais problemas, pois tende a ser também drasticamente seco. Nesses casos, o design deve principalmente se concentrar no controle de radiação solar, e maximizar o ganho por evaporação. Evaporação pode ser um elemento de arrefecimento com um potencial significativo, devido ao facto de para água alterar-se em uma fase de vapor precisa de muita energia. Evaporação é mais provável que ocorra em condições de alta temperatura e umidade baixa, porque quanto mais quente é o vapor de água mais será mantido no ar. A seguir os efeitos microclimáticos de árvores em seus arredores e, conseqüentemente, os usuarios do espaço, são descritos.



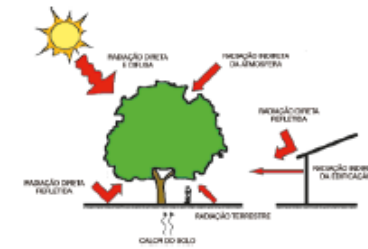
{ FIG. A5.3 } Uso da vegetação em zonas do Roça.



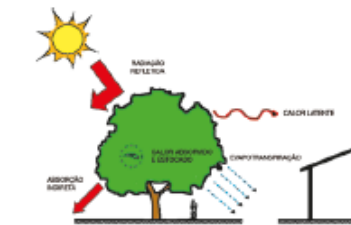
### Efeitos Microclimáticos da vegetação

Microclima é o clima essencialmente uniforme de um pequeno espaço exterior. Sua condição inclui a radiação solar e terrestre, velocidade de vento, umidade, temperatura do ar e precipitação. O microclima subcopa é o espaço térmico embaixo da folhagem que é determinado pelas características da árvore, relacionado as condições ambientais circundantes { FIGURAS A5.4 e A5.5 }.

Objetos na paisagem interagem com o clima predominante criando microclimas. O design mi-



{ FIG. A5.4 } Entrada da radiação.

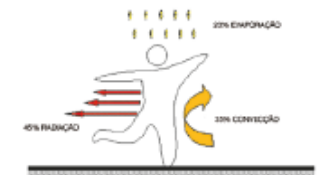


{ FIG. A5.5 } Saída de Radiação.

croclimático, determinando a localização dos objetos na paisagem, como uma árvore no sítio, pode influenciar o conforto térmico das pessoas, bem como reduzir o aquecimento ou arrefecimento de carga de energia necessária para um edifício neste sítio { FIGURA A5.6 }.



{ FIG. A5.6 } Diferenças Microclimáticas.



{ FIG. A5.7 } Equilíbrio térmico do corpo.

Para responder à pergunta do que constitui conforto, MacFarlane (1958) define como " certas condições térmicas no qual mais de 50 % das pessoas desconhecem seu ambiente climático, ou seja, eles não sentem a necessidade de se adaptar a ele. " Conforto térmico humano é geralmente considerado quando a temperatura média da pele é mantida por diversos meios abaixo de 33.9°C e acima de 31.1°C. { FIGURA A5.7 }





## A6 A gestão urbana e o licenciamento: revisão bibliográfica

Neste anexo é apresentada e comentada a bibliografia actual e relevante na área da gestão urbana – numa perspectiva de sustentabilidade. São também sumariamente descritos conceitos essenciais. A literatura que indicamos serve como fonte de inspiração para todos, e os diversos títulos mencionados são facilmente acessíveis.

### A6.1 O processo de promoção imobiliária

#### Definição

Na promoção imobiliária identificamos o papel dos agentes principais – o promotor imobiliário e o Município (autarquia local). Também há outros agentes, como por exemplo os construtores individuais, incluindo os auto-construtores. Neste grupo encontramos as construções legais e clandestinas. Uma forma identificar o papel destes agentes é definir a participação nalgumas partes do processo de promoção imobiliária.

O processo de promoção imobiliária pode ser definido em várias formas, por exemplo:

*“A transformação da forma física, conjunto de direitos, e valor material e simbólico de terrenos e edifícios, através da acção de agentes com interesses e propósitos na aquisição e utilização de*

*recursos, nas regras de funcionamento, e na aplicação e desenvolvimento de ideias e valores” (Healey 1991)*

*“...um processo que envolve a alteração ou a intensificação do uso da terra para produção de edifícios para ocupação.” (Wilkinson & Reed 2008)*

Estas duas definições focam a transformação do terreno com a construção. Começa-se com uma ideia e uma análise da possibilidade mudar o uso do terreno para ter um aproveitamento melhor. A construção vem como consequência desta análise, e do investimento.

Esta perspectiva do processo de promoção imobiliária não é apenas aplicável na Europa ou noutros países industrializados. É evidente que a urbanização também se enquadra em processos de promoção imobiliária em países africanos. As formas podem ser diferentes, mas os fundamentos são os mesmos.

#### As fases da promoção imobiliária

Um modelo de actividades (*event-sequence*) pode ter um certo número de actividades típicas. Não é uma lista de cada passo que se toma, mas uma classificação das actividades principais. Kalbro (2010) descreve o processo em oito fases:

- } Iniciação de um projecto
- } Planeamento e projecto de uso de terreno, edifícios e equipamento
- } Processo de licenciamento por autoridades
- } Aquisição de terreno

- } Conor Foley, 2007, Land rights in Angola: poverty and plenty. Humanitarian Policy Group (HPG) Working paper Overseas Development Institute (ODI). [http://www.gltm.net/index.php?option=com\\_docman&gid=172&task=doc\\_details&Itemid=24](http://www.gltm.net/index.php?option=com_docman&gid=172&task=doc_details&Itemid=24)
- } FAO, 2007, Good governance in land tenure land administration. Publication series: FAO Land and Tenure Studies 9. <http://www.fao.org/docrep/010/a1179e/a1179e00.htm>
- } Forjaz, José (red), 2006, Moçambique, Melhoramento dos Assentamentos Informais, Análise da Situação & Proposta de Estratégias de Intervenção. Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitat (CEDH), Universidade Eduardo Mondlane. Edição em Português e Inglês. <http://www.unhabitat.org/content.asp?cid=4399&catid=283&typeid=3&subMenuId=0>
- } Nelson Saule Jr, Leticia Marques Osorio, 2007, Brazil – Direito À Moradia No Brasil. GLTN. [http://www.gltm.net/index.php?option=com\\_docman&gid=73&task=doc\\_details&Itemid=24](http://www.gltm.net/index.php?option=com_docman&gid=73&task=doc_details&Itemid=24)
- } Smolka, Martim O. & Mullahy, Laura (Ed), 2007, Perspectivas urbanas – Temas criticos en politicas de suelo en America Latina. Edição em Inglês e Espanhol. [http://www.lincolninst.edu/pubs/1180\\_Perspectivas-urbanas](http://www.lincolninst.edu/pubs/1180_Perspectivas-urbanas)
- } Sottomayor, O, 2008, Governance and tenure of land and natural resources in Latin America. FAO <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/011/ak017e/ak017e00.pdf>
- } Suárez, S.M, Osorio, L M, Langford, M, 2009, Voluntary Guidelines for Good Governance in Land and Natural Resource Tenure – Civil Society Perspectives. FAO Publication Series: Land Tenure Working Paper 8. <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/011/ak280e/ak280e00.pdf>
- } UN Habitat, 2009, Global Report on Human Settlements 2009. Planning Sustainable Cities. UN Human Settlements Program. <http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=2831>
- } UN Habitat, 2007, Global Report on Human Settlements 2007. Enhancing Urban Safety and Security. UN Human Settlements Program. <http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=2432>
- } UN Habitat & Global Urban Observatory, 2003, Improving the lives of 100 Million Slum Dwellers: Guide to Monitoring Target 11. <http://www.unhabitat.org/pmss/getPage.asp?page=bookView&book=1157>

{ QUADRO A6.2 } Publicações sobre a gestão urbana e a política de ordenamento territorial.





## A7 Desenvolvimento Limpo nos PALOP: potencial para energias sustentáveis

O Protocolo de Quioto, e os múltiplos instrumentos que com ele surgiram, deu novo fôlego à ideia de obter um modelo energético sustentável, que contribua ao mesmo tempo para combater as alterações climáticas e para reduzir a pobreza. Enquanto se procura minimizar os efeitos do crescimento económico sobre o planeta, assume-se como indefensável negar às populações mais pobres - que não têm acesso a serviços básicos e foram as que menos contribuíram para a situação actual - a melhoria do seu nível de vida.

Foi nesta linha que surgiu o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM na sigla inglesa, de *Clean Development Mechanism*), um dos três mecanismos de flexibilidade previstos no Protocolo de Quioto, a par da Implementação Conjunta e do Comércio de Emissões. O CDM pressupõe o investimento dos países desenvolvidos (Anexo I da Convenção sobre as Alterações Climáticas) em projectos de redução de emissões nos países em desenvolvimento (não Anexo I), contribuindo para o desenvolvimento sustentável destes países e contabilizando esses investimentos nos seus próprios compromissos de redução face ao Protocolo de Quioto, através da obtenção de Certificados de Redução de Emissões.

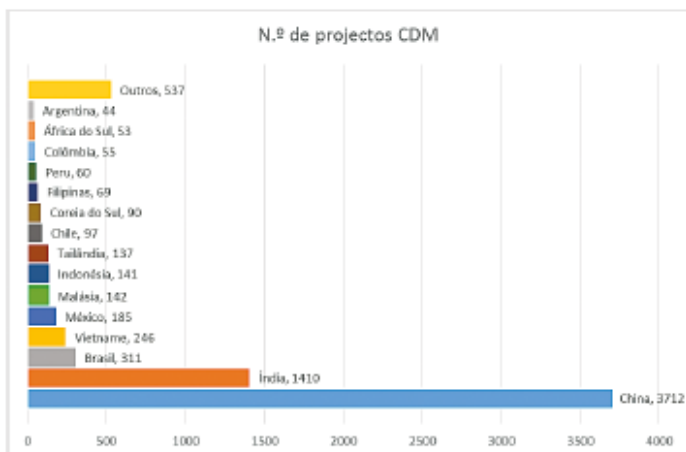


FIG. A7.1 | Projectos CDM registados (gráfico elaborado com base em dados da UNFCCC, 30/09/2013).



mente servida por uma infra-estrutura energética. O uso de biomassa é dominante, com consequências na preservação dos recursos naturais do continente. Há no entanto formas de atenuar os seus efeitos, por exemplo promovendo a utilização de fornos solares ou mais eficientes, uma vez que a maior parte da energia é utilizada na confecção de alimentos.

Todos os PALOP estão classificados pelas Nações Unidas como Países Menos Avançados (PMA), excepto Cabo Verde, que passou a ser considerado um País de Rendimento Médio em 2008. Todos os cinco países ratificaram a Convenção sobre as Alterações Climáticas e o Protocolo de Quioto e têm as suas Autoridades Nacionais Designadas operacionais, um passo fundamental para poderem receber projectos CDM. Portugal tem dado prioridade à constituição destes organismos nos seus programas de cooperação com os PALOP.

Em termos de potencial de implementação de projectos FER, a biomassa e a energia solar serão as duas fontes mais disponíveis nos PALOP, mas é necessário proceder a estudos aprofundados para apurar o verdadeiro potencial existente nas diversas áreas.

Um estudo feito para o Banco Mundial em 2008, sobre oportunidades de desenvolvimento de projectos CDM em África, abrangeu quatro PALOP (São Tomé e Príncipe não foi incluído) e apenas uma parte das FER, tendo concluído que o potencial de redução de emissões pode ser significativo (Gouvello *et al.*, 2008).



FIG. A7.2 | Micro-turbina eólica instalada numa aldeia cabo-verdiana.

### Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau está essencialmente dependente da biomassa (recursos florestais) e da importação de produtos petrolíferos. A desflorestação é um problema significativo que se tem agravado com o passar dos anos, apesar da política nacional de reflorestação (MHV/CE, 2007).

Também neste país a produção de biocombustíveis a partir de recursos agrícolas poderá ser uma das FER mais importantes a explorar, mas também a solar e a eólica.

A velocidade média do vento na Guiné-Bissau situa-se 3 e 5 m/s, sendo suficiente para a instalação de parques eólicos. O país dispõe além disso de uma boa radiação solar - 5 a 6 KWh/m<sup>2</sup>/dia (8 horas diárias).

### São Tomé e Príncipe

O potencial do país para utilização das FER está ainda pouco estudado e requer um levantamento exaustivo das potenciais fontes.



- Home page
- Objectives
- Results
- Image Gallery
- Next Steps
- Project Partners



# SURE

## A F R I C A

SUSTAINABLE URBAN RENEWAL ENERGY EFFICIENT BUILDING FOR AFRICAN COUNTRIES



- English / Inglês
- Portuguese / Português

### Contact Us:

Prof. Manuel Guedes

E-mail: [mcguedes@civil.ist.utl.pt](mailto:mcguedes@civil.ist.utl.pt)

Dr. Luis Alves

E-mail: [lavres@ist.utl.pt](mailto:lavres@ist.utl.pt)



# OTHER PROJECTS



- E.U. CN/Asia-link/011 091.400: Cino European Centre for Sustainable Building – (2003-2006)
- E.U. EIE/04/131/S07.40673: IE4Sahel – Sustainable Energy for the Sahel region – (2004-2007)
- E.U. MSCF-CT516617: StaR City – The Green City of The Future (2004-2011)
- SURE-Africa COOPENER EIE-06-274: SURE-Africa: Sustainable Urban Renewal – Energy Efficient Buildings for Africa (2006-2011)
- Polar Lodge: a Sustainable Modular Lodge for Researchers in the Antarctic. PROPOLAR, 2015-2018



IST



**MUITO OBRIGADO!**

Prof. Manuel Correia Guedes

[manuel.guedes@tecnico.ulisboa.pt](mailto:manuel.guedes@tecnico.ulisboa.pt)

**2022**

# PRO SURF CPLP





# CONTEXTO MUNDIAL SURF

DEMOCRATIZAÇÃO  
DO SURF

UMA ONDA DE  
QUALIDADE  
PODE FAZER CRESCER A  
ECONOMIA LOCAL  
ATÉ

**3%**

**35**

MILHÕES DE  
PRATICANTES



NÚMERO DE PRATICANTES  
CRESCERÁ **12% AO  
ANO**

INDÚSTRIA  
AVALIADA EM

**2,7 MIL  
MILHÕES**

DE DÓLARES EM 2020

EM 2026

**3,1 MIL  
MILHÕES DE  
DÓLARES.**



# **PORQUE NASCE O PROJETO**

- ✓ **NOS JOGOS DE TOKYO DE 2020, APENAS 2 PAISES AFRICANOS - NENHUM CPLP**
- ✓ **AUMENTO DA PROCURA POR DESTINOS POUCO EXPLORADOS**
- ✓ **CONTINENTE AFRICANO COM MAIS DE 30,000 KMS DE COSTA**
- ✓ **VASTA DIVERSIDADE DE ONDAS**
- ✓ **"MOÇAMBIQUE, UMA DAS DEZ MELHORES LOCALIZAÇÕES DE SURF NO MUNDO" - THE GUARDIAN**
- ✓ **OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE UMA INDÚSTRIA E TECIDO EMPRESARIAL INEXISTENTE**



# O QUE FOI FEITO

INCLUSÃO DE **2 ATLETAS** FEMININOS E MASCULINOS NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA FEDERAÇÃO NACIONAL DE SURF

INSTALAÇÃO DE FIBRA ÓPTICA

FORMAÇÃO **5 JOVENS** SÃO TOMENSES EM COBERTURA AUDIOVISUAL E STREAMING

INJEÇÃO **10 MIL EUROS** NA ECONOMIA LOCAL

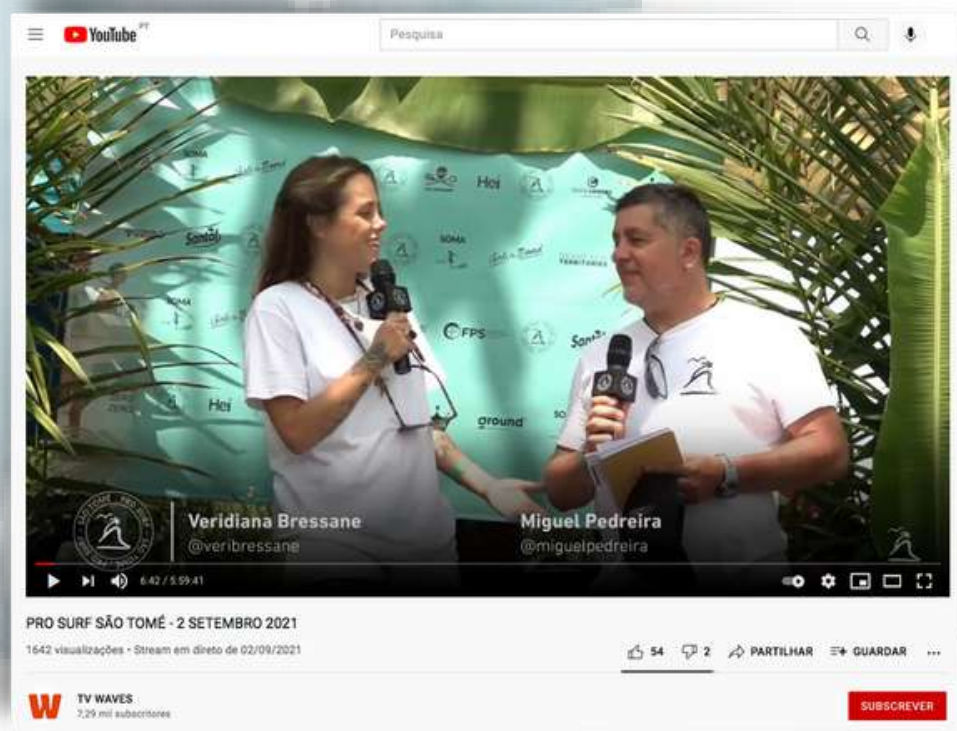
## IMPACTO

FORMAÇÃO DE **11 JOVENS** SÃO TOMENSES EM PRODUÇÃO DE EVENTOS

IGUALDADE DE GÉNERO ATRAVÉS DO DESPORTO

REDUCAO DE **75% DA DIVIDA** DA FEDERACAO NACIONAL DE SURF PARA COM A ISA

DOAÇÃO DE **30 PRANCHAS** DE SURF E **3 COMPUTADORES**



✓ **5º CAMPEONATO NACIONAL DE SURF**

✓ **1º CIRCUITO DE SURF NACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE - 3 PRAIAS**

✓ **1º CAMPEONATO NA HISTÓRIA DO PAÍS COM UMA PROVA FEMININA**





# PARCEIROS PRO SURF



## SPONSORS

- GROUND
- VIMEIRO
- SANTAL
- TURBO CST

## MEDIA

- RTP AFRICA
- WAVES
- ZAP VIVA
- FUEL TV
- BEACH CAM
- SURFTOTAL

COMITÉ OLÍMPICO  
DE SÃO TOMÉ

MINISTÉRIO  
TURISMO

## PARCEIROS

- COMITEE OLIMPICO STP
- BRAND LOVERS
- FED. PORT. DE SURF
- XHAPELAND
- BILLANBONG+ 58 SURF
- AUTHENTIC
- CULTO DA IMAGEM
- IMPRIMA CABO VERDE
- MIX TOYS
- ZUNTA TV
- VISUALSYNC
- AGRIPALMA

MINISTÉRIO DO  
DESPORTO  
JUVENTUDE E  
EMPREENDEDORISMO



# 2022

# ISA

INTERNATIONAL SURFING ASSOCIATION

For a Better Surfing Future

GOVERNO CABO  
VERDE

FEDERANÇÃO SURF  
CABO VERDE

# OBJETIVOS PRO SURF CPLP



**CRIAR ESTRUTURAS QUE FOMENTEM A PRÁTICA REGULAR DE SURF PARA AMBOS OS GÊNEROS NA CPLP**



**AUMENTAR O FLUXO DE TURISMO DURANTE A ATIVIDADE**



**CRIAR UMA NOVA ECONOMIA LIGADA À MODALIDADE, GERANDO EMPREGOS E OPORTUNIDADES PARA OS PRATICANTES DE SURF E COMUNIDADE ENVOLVENTE**



**DESENVOLVER ATLETAS OLÍMPICOS E DE COMPETIÇÃO DE SURF**



**AJUDAR A FINANCIAR A ONG COM PROGRAMA DE SURF THERAPY FEMININO - SOMA**





# OBJETIVOS PRO SURF 2022



**ORGANIZAÇÃO DA  
SEGUNDA EDIÇÃO  
DO PRO SURF SÃO TOMÉ**



**VISITAS TÉCNICAS E  
CRIAÇÃO DE REDE EM  
CABO VERDE PARA  
ORGANIZAÇÃO DO PRO  
SURF CABO VERDE EM 2023**

**Estrutura para a prática regular de surf feminino em Cabo Verde**

**Rede de parceiros para garantir a visibilidade nacional e internacional do Pro Surf São Tomé**

**Ações de comunicação, captação de apoios e patrocínios**

**30 viagens a São Tomé e Príncipe**

**Contratação de técnicos e empresas locais**

**Sessões de formação da mão de obra local**

**Organização de etapas eliminatórias**

**Contratação de unidades hoteleiras, transporte e serviços de restauração**

**Produção do Pro Surf São Tomé em 3 praias diferentes**

**Organização de uma limpeza de praia e reconhecimento das pradarias marinhas**

**Estudo de impacto do evento na comunidade**

**Produção de conteúdos audiovisuais**



# SUSTENTABILIDADE

**APOIOS INSTITUCIONAIS  
GOVERNOS  
COMITÉ OLÍMPICO**

## FINANCEIRA

**MODELO DE  
PATROCÍNIOS/  
VISIBILIDADE**

**PRODUTOS E  
SERVIÇOS ANEXOS**

## SOCIAL

**SAÚDE E BEM-ESTAR**

**IGUALDADE DE GÉNERO E  
EMPODERAMENTO**

**REDUÇÃO DAS  
DESIGUALDADES NO  
INTERIOR DOS PAÍSES E  
ENTRE PAÍSES**



## AMBIENTAL

**PROTEÇÃO DOS  
MARES E VIDA  
MARINHA**



**PRO SURF  
CPLP**



**MUITO  
OBRIGADA.**

[prosurfsaotome@gmail.com](mailto:prosurfsaotome@gmail.com)

# XLIII REUNIÃO DOS PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

## PROJETO DE ESTUDO

### Título:

“Procedimentos de Regulação Adotados pelas Agências Reguladoras e Estruturas Nacionais de Avaliação e Regulação do Ensino Superior dos Estados-membros da CPLP”

**ENTIDADE FINANCIADORA**  
“FUNDO ESPECIAL - CPLP”

**ENTIDADE EXECUTORA**  
ARES CABO VERDE

**ENTIDADE CIENTIFICA**  
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM POLÍTICAS DO ENSINO SUPERIOR





## 1. ENQUADRAMENTO SETORIAL

O presente projeto de estudo enquadra-se no âmbito da operacionalização do Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, isto é, dando sequência à Resolução aprovada na XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada a 16 de julho de 2018, em Santa Maria, República de Cabo Verde, sobre Garantia da Qualidade, Avaliação e Acreditação de Cursos de Educação Superior nos Países da CPLP,

Especificamente, pretende-se dinamizar uma abordagem ao ensino superior assente no pressuposto de **Educação de Excelência**, ou seja, de um sistema educativo integrado no conceito de economia do conhecimento que, da base ao topo, incite as Instituições de Ensino Superior (IES) a desenvolverem domínios a nível das ciências integradas, das tecnologias e para a construção de um perfil cosmopolita aberto ao mundo, capaz de interiorizar valores intrínsecos ao saber ser, saber fazer e saber estar, de responsabilização mútua, enquanto membros da comunidade, visando o fomento de uma cultura de investigação, experimentação e inovação.

## 2. OBJETIVO:

- Estabelecer um quadro de referência para o desenvolvimento e consolidação dos Sistemas de Garantia de Qualidade do Ensino Superior dos Estados membros da CPLP no horizonte 2030, que permitirá elaborar um conjunto de recomendações para o trabalho futuro das Agências Reguladoras e estruturas nacionais de avaliação e regulação do ensino superior dos Estados-membros da CPLP.



## 2.1. Objetivos específicos

- Aprofundar o conhecimento sobre o estado da arte relativo aos procedimentos de avaliação e regulação adotados pelas Agências Reguladoras e estruturas nacionais de avaliação e regulação do Ensino Superior dos Estados Membros da CPLP e proceder a um levantamento dos normativos de procedimentos conducentes ao reconhecimento de graus e diplomas;
- Conhecer os sistemas e tecnologias de informação e comunicação ao serviço do trabalho em rede na área da qualidade do Ensino Superior nestes países e estudar a possibilidade da sua inclusão na estrutura de interface dos sistemas de informação Plataforma Digital (PD) da ARES/CV, visando ampliar a capacidade da Plataforma, com a possibilidade de gerir e tramitar o processo de avaliação e acreditação das IES;
- Identificar indicadores comuns, ou seja, mapeamento, sistematização, partilha e análise de instrumentos, metodologias e indicadores de avaliação do ensino superior nos Estados membros da CPLP (tais como, a avaliação de ciclos de estudos; avaliação de áreas científicas; avaliação institucional; autoavaliação; avaliação externa; avaliação do ensino na modalidade de ensino a distância) e elaborar um conjunto de recomendações para o trabalho futuro das Agências Reguladoras e estruturas nacionais de avaliação e regulação do Ensino Superior dos Estados Membros da CPLP.
- Elaborar um plano de formação para os quadros das ARES Espaço da CPLP, que possibilite a capacitação institucional das Agências Reguladoras e estruturas nacionais de avaliação e regulação do Ensino Superior dos Estados-membros da CPLP.



### 3. QUADRO LÓGICO DO PLANO DE AÇÃO: 2022

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO		MEIOS DE VERIFICAÇÃO	RESPONSABILIDADE IMPLEMENTAÇÃO E PARCERIAS
			1º Trimestre	2º Trimestre		
FASE 1 - Caracterização dos sistemas de ensino superior dos Estados-membros da CPLP	Reforçar a partilha de informação sobre a acreditação e a regulamentação de cursos e IES e os procedimentos conducentes ao reconhecimento de graus e diplomas	Registo de Entidades de Ensino Superior dos Estados Membros da CPLP atualizados	X		Relatório de Informação trimestral	ARES/CV-CIPES
FASE 2 - Caracterização dos sistemas de garantia da qualidade do ensino superior nos Estados-membros da CPLP	Inscrever a Garantia da Qualidade, Regulação, Avaliação e Acreditação de Cursos de ES como um eixo do Plano Estratégico de Cooperação.	Sistema Interno de Garantia de Qualidade funcional		X	Relatório de Informação trimestral	ARES/CV-CIPES + Academia FORGES
FASE 3 - Caracterização dos sistemas e tecnologias de informação e comunicação ao serviço do trabalho em rede na área da qualidade do ensino superior nos Estados-membros da CPLP	Incentivar a utilização de tecnologias de informação e comunicação ao serviço do trabalho em rede na área da qualidade do ensino superior;	laboratórios Tecnológico disponível para partilha de informações		X	Relatório de Informação trimestral	ARES/CV-CIPES+A3ES

### 3.1. Quadro Lógico do Plano de Ação: 2022



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES	PROGRAMA DE EXECUÇÃO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	RESPONSABILIDADE IMPLEMENTAÇÃO E PARCERIAS
			3º Trimestre		
<p><b>FASE 4 - MAPEAMENTO DOS INDICADORES:</b> Sistemas de garantia da qualidade do ensino superior nos Estados-membros da CPLP</p>	<p>Estabelecimento de um quadro de referência e/ou objetivos mínimos comuns a atingir pelas Agências Reguladoras e estruturas nacionais de regulação do ensino superior dos Estados membros, visando o desenvolvimento e consolidação dos sistemas de garantia de qualidade do ensino superior no horizonte 2030.</p>	<p>Registo de Entidades de Ensino Superior nos Estados Membros da CPLP atualizados com indicadores comuns</p>	X	<p>Relatório de Informação trimestral</p>	<p>ARES/CV-CIPES</p>
<p><b>FASE 5 - FORMAÇÃO:</b> Capacitação institucional das Agências Reguladoras e estruturas nacionais de regulação do ensino superior dos Estados-membros da CPLP</p>	<p>Quadros Operacionais das ARES/CPLP Qualificados no processo de avaliação, regulação e certificação voltando o sistema mais simplificado com melhores indicadores de qualidade.</p>	<p>Quadros Operacionais das ARES CPLP devidamente qualificados</p>	X	<p>Relatório de Informação trimestral</p>	<p>ARES/CV - Academia FORGES+A3ES</p>

## 3.2. FASES/AÇÕES “ADICIONAIS” SAÍDAS DA MESA REDONDA DE LUANDA - JANEIRO 2022

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	RESULTADOS ESPERADOS	INDICADORES	PROGRAMA DE EXECUÇÃO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	RESPONSABILIDADE IMPLEMENTAÇÃO E PARCERIAS
			4º Trimestre		
<p><b>FASE 6</b> - Estudar e conceber um <b>PLANO DA “MOBILIDADE de Peritos em Avaliação e Regulação altamente qualificados”</b> no espaço da CPLP.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de um levantamento de necessidades das áreas/setores de mobilidade, a nível das Agências Reguladoras e estruturas nacionais de regulação do Ensino Superior dos Estados-membros da CPLP;</li> <li>Estabelecimento de um plano de formação destinado aos membros das Comissões de Avaliação Externa, relativamente aos procedimentos de avaliação e acreditação das Instituições de Ensino Superior e seus Ciclos de Estudos, no espaço da CPLP</li> </ul>	<p>Estudo de uma estrutura/modelo de cooperação técnica baseada no interconhecimento e no espírito de ajuda entre as Agências Reguladoras e estruturas nacionais de regulação do ensino superior Avaliação Externa, relativamente aos procedimentos de avaliação e acreditação das Instituições de Ensino Superior e seus Ciclos de Estudos, no espaço da CPLP</p>	X	Relatório Anual	ARES/CV/CIPES +INAAREES/ Angola/ Entidades de Avaliação e Regulação dos Ministérios de Educação de São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau
<p><b>FASE 7</b> - Diagnosticar os elementos necessários para criar uma <b>REDE DE APOIO</b> e incentivo à cooperação técnica no domínio de <i>Avaliação e Promoção da Qualidade do Ensino Superior no espaço da CPLP.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração de um programa de formação dos Gestores de Procedimentos e Técnicos que exercem funções nos processos de reconhecimento de graus académicos.</li> </ul>	<p>Plano de formação dos Gestores de Procedimentos e Técnicos de Reconhecimento de Títulos e Graus de Diplomas das ARES Espaço da CPLP</p>	X	Relatório Anual	ARES/CV/CIPES +INAAREES/ Angola/A3ES-Portugal+ARES/Moçambique e Brasil.



## 4. SUSTENTABILIDADE DO PROJETO

### **Sustentabilidade institucional**

Após a execução do projeto, as Agências de Avaliação e Regulação do Ensino Superior estarão munidas de instrumentos que permitem a melhor articulação entre si, garantindo que a comunicação entre as Agências se continue a processar, designadamente na troca de informações sobre estratégias, metodologias, alterações dos quadros nacionais de acreditação e regulação, bem como aspetos relacionados com eventuais novos procedimentos criados para reconhecimentos e equivalências de graus e diplomas.

### **sustentabilidade política**

Admite-se que, no âmbito da CPLP, se possa manter um interesse pela melhor articulação e tramitação das atividades das Agências, não só das que interessam ao conjunto dos países da Comunidade, como também em domínios que podem contribuir para o reforço do desempenho das Agências nacionais. A CPLP deverá criar uma linha de acompanhamento referida aos sistemas de ensino superior, com especial incidência nas áreas da avaliação e regulação deste sistema de ensino.

### **Sustentabilidade financeira**

As Agências de Avaliação e Regulação comprometem-se a, após a execução do projeto, a encontrar soluções de financiamento destinadas a manter a funcionalidade do sistema de articulação e tramitação, encontrando fontes alternativas no âmbito nacional, no âmbito internacional e no próprio âmbito da CPLP.

## 5. PERCURSO CONSTRUÇÃO DO PROJETO

2014

VI Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP, em Maputo, Ano: 2014

Recomendação assinalada: Criar um espaço de partilha de boas práticas sobre Sistemas de Garantia da Qualidade do Ensino Superior, Domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP;



2018

XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada a 16 de julho de 2018, em Santa Maria, República de Cabo Verde, Ano 2018

Recomendações saídas da II Reunião das Agências Reguladoras do Ensino Superior dos Estados membros da CPLP - Dia 10 de dezembro de 2020 ARES/ Cabo Verde;



2022

IX Reunião dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior Espaço CPLP - Luanda:17-19 de janeiro de 2022

Desafio reforçada na discussão da Mesa Redonda realizada em Luanda à margem da IX Reunião dos MCTES, sob a Coordenação do INAAREES.

## 6. ESTADOS MEMBROS E/OU ESTADOS TERCEIROS ENVOLVIDOS



O projeto beneficia as Agências de Avaliação e Regulação, institutos e ou Direções Nacionais do Ensino Superior nos Países/Regiões da:

1. República de Angola,
2. República Federativa do Brasil,
3. República de Cabo Verde,
4. República de Moçambique;
5. República Portuguesa;
6. Republica de São Tomé e Príncipe;
7. Republica da Guiné Bissau;
8. Republica da Guiné Conacri;
9. República Democrática de Timor-Leste



## 7. EQUIPA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO DE ESTUDO

### ENTIDADE EXECUTORA

#### AGÊNCIA REGULADORA DO ENSINO SUPERIOR - ARES - CABO VERDE

(03 Consultores - Centro de Investigação em Políticas do Ensino Superior - CIPES)

#### Angola

(1 Consultor do Instituto Nacional de Avaliação e Acreditação  
Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior - INAAREES de Angola)

#### Brasil

(1 Consultor da Secretaria do Ensino Superior/RF/INEP )

#### Moçambique

(1 Consultor Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior -  
CNAQES)

#### Portugal

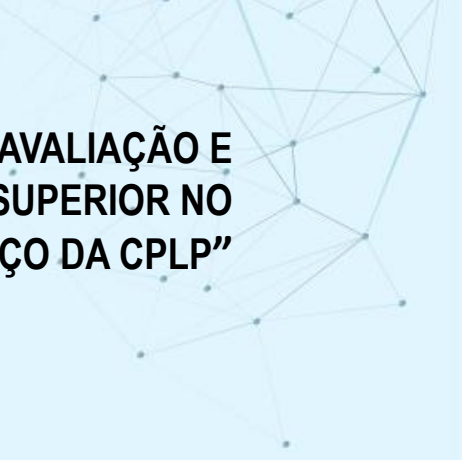
(1 Consultor Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior -  
A3ES)

## 8. RESULTADOS ESPERADOS

O alcançar dos objetivos para o estudo permitirá estabelecer um quadro de referência para o desenvolvimento e consolidação dos Sistemas de Garantia de Qualidade do Ensino Superior dos Estados-membros da CPLP no horizonte 2030, baseado em indicadores de referência comuns a serem adotados pelas Agências Reguladoras e estruturas nacionais de avaliação e regulação do ensino superior dos Estados-membros.

Especificamente espera-se:

- Criar uma rede de apoio e incentivo à cooperação técnica no domínio da capacitação e formação de profissionais, considerando as especificidades e as necessidades das Agências de Avaliação e Regulação do Ensino Superior da CPLP ou instâncias congêneres;
- reforçar a partilha de informação sobre a acreditação e a regulamentação de cursos e IES e os procedimentos conducentes ao reconhecimento de graus e diplomas;
- incentivar a utilização de tecnologias de informação e comunicação ao serviço do trabalho em rede na área da qualidade do ensino superior;
- avançar no sentido da criação e dinamização de um mecanismo comunitário de vigilância multilateral com o fito de apoiar as Agências Reguladoras e estruturas nacionais de avaliação e regulação do ensino superior dos Estados-membros, tendo como fundamentos a democratização do conhecimento, o espírito de interajuda e o princípio da solidariedade mútua.



**“DESAFIOS DA GARANTIA DA QUALIDADE, AVALIAÇÃO E  
ACREDITAÇÃO DE CURSOS DE ENSINO SUPERIOR NO  
ESPAÇO DA CPLP”**

**OBRIGADO PELA ATENÇÃO**

Jorge Dias | ADM-ARES - Cabo Verde

E-mail: [jorge.dias@ares.cv](mailto:jorge.dias@ares.cv)



## Grelha de deliberações da XLIII RPFC

15 e 16 de março de 2022

Ponto da Agenda	Deliberações
<b>3.4 Constituição do Grupo de Trabalho para elaboração de um documento orientador sobre os mecanismos de cooperação em cenários de emergência</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Até final de março de 2022, a Presidência irá propor um calendário para convocação da primeira reunião do Grupo de Trabalho, que é composto por Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste.</li> <li>• Nessa reunião será iniciada a elaboração de um documento com um cariz “macro”, que definirá o enquadramento orientador dos trabalhos a realizar pelas áreas setoriais, que deverão prosseguir as suas reflexões com base nessa orientação. Após conclusão dos trabalhos setoriais, os documentos respetivos deverão ser endereçados à RPFC para elaboração da versão definitiva do documento orientador sobre os mecanismos de cooperação em cenários de emergência.</li> </ul>
<b>5. Acordos firmados entre a CPLP e Organismos Internacionais – estágio de Implementação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O SECPLP irá reavaliar os Acordos existentes, na antecâmara das Reuniões Ministeriais Setoriais a decorrer sob a égide da Presidência de Angola da CPLP, e reportará sobre esse ponto no balanço que será feito no termo dessa Presidência, visando o reforço dos Acordos que se considerem pertinentes.</li> <li>• O Brasil manifestou a sua disponibilidade para apoiar o SECPLP no processo de articulação com a UNESCO e com a ONU Mulheres.</li> </ul>
<b>6. Propostas de Atividade para apreciação/deliberação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As apresentações por parte das entidades proponentes passarão a ser realizadas em momento prévio às RPFC, em formato virtual, preferencialmente na semana que antecede a realização das mesmas.</li> </ul>
<b>6.2 Identificação de Recursos Livres do Fundo Especial e recursos aportados pelos EM para as propostas de Atividade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Foram apurados um total de 27.837,61€ em saldos remanescentes, que ficam disponíveis para financiamento de novas Atividades. Estas novas disponibilidades resultam do apuramento de saldos das seguintes Atividades já concluídas: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Instituto da Água – COOPT007 – 9.109,52€</li> <li>○ Diretrizes de apoio à agricultura familiar – H201603 – 13.952,18€</li> <li>○ Apoio jovens agricultores Cachéu – H2014029 – 3.207,43€</li> <li>○ Portal dos Mares – COOPTL002 – 1.568,48€</li> </ul> </li> <li>• Este montante será somado aos recursos apurados a partir dos limites de consignação de 2020 e 2021, no valor de 216.993,79€;</li> <li>• A XLIII RPFC apurou um total de recursos livres disponíveis no valor de 209.410,16€.</li> </ul>
<b>6.3 Deliberação sobre Propostas de Atividade para inclusão no QBC</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A XLIII RPFC decidiu solicitar a revisão técnica das seguintes propostas de atividade, que deverão ser rerepresentadas à próxima RPFC: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Plataforma ODSlocal CPLP, condicionada à revisão que estabeleça o faseamento da atividade em períodos de execução anual;</li> </ul> </li> </ul>

Ponto da Agenda	Deliberações
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manuais de Arquitetura Sustentável para Brasil e Guiné Equatorial, condicionada à confirmação de endosso da Universidade CEUB do Brasil;</li> <li>• A XLIII RPFC decidiu aprovar técnica e financeiramente as seguintes propostas de atividade, sujeitas às seguintes revisões: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento do Surf de Competição na CPLP, condicionada a revisão técnica para reforçar, entre outros, o contributo da componente ambiental e a sua sustentabilidade financeira futura, no valor total de 37.100,00€ (incluindo taxas administrativas);</li> <li>• Desenvolvimento de estudo alargado relativo aos procedimentos de avaliação e regulação adotados pelas agências reguladoras e estruturas nacionais de avaliação e regulação do ensino superior dos Estados-membros da CPLP, condicionada à realização de consultas internas pelos Estados-Membros que entendam pertinentes, no valor total de 84.800,00€ (incluindo taxas administrativas).</li> </ul> </li> <li>• Brasil e Portugal encaminharão ao SECPLP, logo que possível, comentários e propostas para a revisão dos documentos de Atividade apreciados na XLIII RPFC.</li> </ul>
<b>7.6 2ª Edição da Ação de Formação em Direito Internacional Humanitário</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A proposta de atividade será levada a deliberação da próxima RPFC (XLIV RPFC).</li> </ul>
<b>7.8 Informações sobre o andamento do Programa de Cooperação para Fortalecimento, Disseminação e Elaboração de Guias Alimentares</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As respostas aos questionários enviados aos EM deverão ser remetidas ao SECPLP, até ao dia 31 de março de 2022.</li> </ul>
<b>7.9 VII Congresso de Educação Ambiental da CPLP – Proposta de Moçambique</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A proposta atividade será levada a deliberação da próxima RPFC (XLIV RPFC).</li> </ul>
<b>7.11 Aprimoramento das metodologias para levantamento de estatísticas referentes à cooperação jurídica internacional.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As respostas aos formulários enviados aos EM deverão ser remetidas ao SECPLP, até ao dia 31 de março de 2022.</li> </ul>

## **Grelha de Deliberações da XLIII RPFC**

15 e 16 de março de 2022

**(Adenda)**

*No seguimento da NV 278/GSE/CPLP/22, de 18 de março e da NV 315/GSE/CPLP/22, de 29 de março de 2022, bem como no contexto da decisão da 251ª Reunião do CCP, realizada a 1 de abril de 2022*

<b>Ponto da Agenda</b>	<b>Deliberações</b>
<b>6.2 Identificação de Recursos Livres do Fundo Especial e recursos aportados pelos EM para as propostas de Atividade</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Foram ainda apurados um total de mais 48.042,12€ em saldos remanescentes, que ficam disponíveis para financiamento de novas Atividades. Estas novas disponibilidades resultam do apuramento de saldos das seguintes Atividades já concluídas:<ul style="list-style-type: none"><li>○ II Feira do Livro da CPLP - I2016002 – 22.062,13€</li><li>○ Capital da Cultura da CPLP - I2016003 – 25.979,99€</li></ul></li><li>• A XLIII RPFC apurou um total de recursos livres disponíveis no valor de 257.452,28€.</li></ul>